

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LUARA PAULA VIEIRA BAIA

**Maternidade tem cor?** Vivências de mulheres negras sobre a experiência de ser  
mãe

Maringá - PR  
2020

LUARA PAULA VIEIRA BAIA

**Maternidade tem cor?** Vivências de mulheres negras sobre a experiência de ser mãe

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr. Fagner Carniel  
Coorientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eliane Sebeika Rapchan

Maringá - PR  
2020

Baia, Luara Paula Vieira

Maternidade tem cor? : vivências de mulheres negras sobre a experiência de ser mãe / Luara Paula Vieira Baia. -- Maringá, PR, 2020.  
120 f.: il., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Fagner Carniel.

Coorientadora: Profa. Dra. Eliane Sebeika Rapchan.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2020.

1. Maternidade - Aspectos sociais. 2. Raças - Aspectos sociológicos. 3. Mulheres negras. 4. Narrativas. 5. Antropologia. I. Carniel, Fagner, orient. II. Rapchan, Eliane Sebeika, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

LUARA PAULA VIEIRA BAIA

**Maternidade tem cor? Vivências de mulheres negras sobre a experiência de ser mãe**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

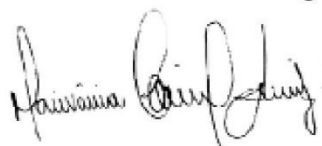
COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Fagner Carniel  
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Eliane Sebeika Rapchan  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Marivânia Conceição de Araújo  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Iracema Hilário Dulley  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

Aprovada em: 30 de março de 2020.

## AGRADECIMENTOS

Desde que aceitei o desafio da pesquisa, eu imaginei que seria como todos costumam dizer, “um processo solitário”. Ainda assim, me vi em diversos momentos me perguntando se gostaria de passar por isso visto que, de fato, achei solitário, às vezes angustiante, mas que me deu alegrias e, especialmente, me fez acreditar em mim. As alegrias no meio do caminho e o constante processo de acreditar em mim mesma só foram possíveis porque, de uma forma ou de outra, muitas mãos me foram estendidas neste transcurso. Aos que me ajudaram na construção desta dissertação, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe, que é a inspiração deste trabalho. É da existência de nossa relação que minha curiosidade nasceu e hoje se consolida neste texto. Obrigada não só por incitar a curiosidade em mim, mas por todos os anos de dedicação, amor e partilha que tem me proporcionado. Te amo imensamente!

Ao meu pai, pelas doces memórias que construímos na minha infância e que me fazem felizes ainda hoje a qualquer momento que me venham à cabeça. Ao meu irmão, por fazer parte da doçura dessas lembranças e por me ensinar ao longo dos anos que amar é deixar livre e respeitar.

Ao meu sobrinho, Bernardo Giongo Vieira, pela alegria que me proporciona em cada conversa, pelos abraços e beijos com cheirinho de criança e, principalmente, pelo amor que sinto todas às vezes que me chama de tia “Luala”.

Entre aqueles que seguraram firme a minha mão nesses dois anos e antes dessa aventura começar, gostaria de dizer a Lílian, Isadora, Renata, Rafael e Raony imensos obrigadas. Obrigada por me fazerem sentir acolhida todos os dias há alguns anos e pela singularidade de uma relação tão honesta e bonita como a que temos mantido, amo vocês.

A Eduardo Oliveira de Almeida, pelo encontro tão intenso nessa e talvez em outras vidas. Obrigada por todos esses anos de apoio, sensibilidade, cumplicidade, amor e entendimentos. Não tenho palavras para dizer o quanto honro e amo sua presença em minha vida.

A Ayra Okuzono, pela parceria nesses dois anos intensos de aprendizado, seja nos perrengues ou nas alegrias, obrigada pela caminhada.

A Vivian Thomaz, pela sensibilidade que me toca e me ensina a cada conversa. Sou feliz demais com a sua amizade.

A Amanda Lima (Nina), por toda parceria e risadas cotidianas. Obrigada por dividir sua intimidade comigo todos os dias, obrigada por me deixar dividir a minha e especialmente

por me mostrar todos os dias que seu abraço sempre está para mim, saiba que o meu também está sempre para você.

A Lílian Amorim Carvalho, por toda amizade, apoio e amor durante esses anos. Você é uma das mulheres mais geniais e inspiradoras que a vida me deu a oportunidade de conhecer, obrigada por tudo, minha amiga genial.

A Paulo Vitor Navasconi, por todo o apoio e amizade desde que nos conhecemos. Há alguns anos eu falava vagamente do mestrado e acho que não teve alguém que me estimulou tanto desde então. Obrigada por acreditar mesmo quando eu não achava possível, amo você.

A Nilson Lucas Gabriel, uma das pessoas mais inspiradoras, inteligentes que conheci na vida. Obrigada por ouvir minhas piras mais abstratas e sempre vir com piores, te amo por isso.

A Luiz Castro Lopes, meu psicólogo, por me ajudar a me manter sã todos os dias e por me fazer perceber que é muito bom viver aceitando nossas sombras.

A Iuska Volski Mota, obrigada por cotidianamente me incentivar, apoiar e amar. Mas especialmente, por me mostrar tanta coisa linda na vida, agradeço pelo nosso encontro e por todas as traduções feitas para mim ao longo desse processo. Amo você, biju!

Às minhas interlocutoras que cederam tempo de suas vidas para nossas conversas, conversas essas que me tocaram profundamente. Este trabalho é de vocês também, obrigada pela generosidade e respeito ao meu trabalho.

Ao meu orientador, Fagner Carniel pela confiança, sensibilidade, apoio e generosidade imensuráveis. Contar com a sua sensibilidade durante todo esse percurso foi essencial para que chegássemos até aqui e essencial para o meu processo de confiança em mim mesma. Obrigada!

Às professoras que tanto me inspiraram em sala de aula e foram bancas na qualificação. Agradeço a Simone Dourado, Eliane Sebeika Rapchan e Marivânia Conceição de Araújo, que fizeram leituras cuidadosas do trabalho e que plantaram em mim o amor pela Ciências Sociais, especialmente pela Antropologia.

Ao Núcleo de Estudos Multidisciplinares Afro-Brasileiros (NEIAB/UEM), pelo espaço de crescimento intelectual, de aprendizado e militância.

Ao Coletivo Yalodê-Badá, por me acolher, me transformar e nunca permitir que a esperança em uma sociedade melhor se esvaia. Sinto muito orgulho de compartilhar as lutas, as vitórias e as derrotas com vocês.

Por fim, à CAPES pelo apoio financeiro que permitiu minha dedicação a este trabalho, bem como ao Departamento de Ciências Sociais e o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UEM.

## **Maternidade tem cor? Vivências de mulheres negras sobre a experiência de ser mãe**

### **RESUMO**

A figura materna ocupa um espaço significativo em grande parte dos agrupamentos humanos. A essa figura se destina um espaço social valorizado, santificado, glamourizado e, especialmente, “natural”. Ainda que tenhamos avançado e muito nos debates sobre sexualidade, maternidade, feminismos, entre outros, a visão da maternidade como um fim em si mesmo ainda é muito forte nos discursos e práticas sociais em nossa sociedade. A partir disso, neste estudo propõe-se compreender como o espaço da maternidade é vivenciado e elaborado por mulheres negras, mães, do município de Maringá/PR. Tendo como norte as discussões feitas pelo feminismo negro, a pesquisa partiu da escuta das experiências dessas mulheres e suas trajetórias, considerando-as como ferramentas potentes para pensar o saber antropológico e questões de gênero por vieses decoloniais. O trabalho foi construído através de conversas com as interlocutoras, as quais aconteceram em diferentes lugares, todos eles eleitos por elas. As narrativas dão forma ao percurso metodológico e é por meio da apreensão feita da temática pelas interlocutoras que esse texto foi se construindo. Partiu-se, assim, de uma postura que considera importante e fecundo saber o que mulheres negras têm a dizer sobre maternidade, tendo em vista que esse é mais um dos temas em que a questão racial é pouco debatida. Os marcadores sociais tornam singulares as experiências de diferentes grupos, de tal modo que pensar a maternidade para mulheres negras é, portanto, interessante de um ponto de vista antropológico, bem como do feminismo, especialmente para o feminismo negro.

**Palavras-Chave:** Maternidade. Mulher Negra. Feminismo Negro. Trajetória.



## **Does maternity have color? Experiences of black women over maternity**

### ***ABSTRACT***

The mother figure occupies a significant space in most human groups. This figure is intended a valued, sanctified, glamorized and, especially, 'natural' social space. Although we have advanced a lot in the debates about sexuality, feminisms, maternity, among others the view of motherhood as an end in itself is still very strong in social discourses and practices in our society. From this, this study aims to understand how the maternity space is experienced and developed by black women, mothers, from the city of Maringá / PR. Guided by discussions of black feminism, the research started from listening to the experiences of these women and their trajectories, considering them as powerful tools to think anthropological knowledge and gender issues through decolonial biases. This paper was built through conversations with the interlocutors, which took place in different sites, all of them elected by them. The narratives shape the methodological path and it is through the interlocutors' apprehension of the theme that this text was being constructed. Thus, we started from a position that considers important and fruitful to know what black women have to say about motherhood, regarding that this is one of the themes in which the racial issue is little debated. The social markers make the experiences of different groups unique, so that thinking about motherhood for black women is therefore interesting from an anthropological, as well as from feminism point of view, especially for black feminism.

**Keywords:** Maternity. Black woman. Black Feminism. Trajectory.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

TED Tecnologia, Entretenimento e Design

UEM Universidade Estadual de Maringá

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	11
2 CAMINHANDO COM MINHA MÃE: A CHEGADA AO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO .....	17
<b>2.1 AO ENCONTRO DE INTERLOCUTORAS .....</b>	<b>23</b>
2.2 POR DENTRO DAS NARRATIVAS .....	29
2.3 BREVES HISTÓRIAS .....	37
3 APRENDENDO A LEVAR MINHAS INTERLOCUTORAS A SÉRIO .....	38
3.1 A MATERNIDADE DE MULHERES NEGRAS EM CONTEXTO .....	40
3.2 RITA .....	44
<b>3.2.1 Maternidade e socialização pela sobrevivência .....</b>	<b>44</b>
<b>3.2.2 Mãezona – perfil interno de si .....</b>	<b>47</b>
<b>3.2.3 A criação de filhos/as negros/as .....</b>	<b>49</b>
<b>3.2.4 Família negra .....</b>	<b>52</b>
<b>3.2.5 Mito da mulher negra forte “supermãe” .....</b>	<b>54</b>
3.3 SÍLVIA .....	58
<b>3.3.1 A maternidade é um espaço de poder? .....</b>	<b>58</b>
<b>3.3.2 Maternidade e arrependimento .....</b>	<b>60</b>
<b>3.3.3 Rede de apoio – A mulher negra dá conta de tudo? .....</b>	<b>62</b>
<b>3.3.4 Maternidade como reconhecimento .....</b>	<b>63</b>
3.4 ANA PAULA .....	65
<b>3.4.1 Maternidade e Inadequação – o que esperam das mães? .....</b>	<b>65</b>
<b>3.4.2 Maternidade e parceria em relações homoafetivas .....</b>	<b>69</b>
<b>3.4.3 O que significa ser mãe negra .....</b>	<b>71</b>
<b>3.4.4 Maternidade como projeto .....</b>	<b>74</b>
4 PARA CADA MÃE, UMA MATERNIDADE .....	75
4.1 LÚCIA .....	76
<b>4.1.1 Ser mulher negra e a dificuldade de sonhar .....</b>	<b>76</b>
<b>4.1.2 Maternidade e a relação com a identidade racial e materialidades .....</b>	<b>79</b>
<b>4.1.3 Maternidade e dor .....</b>	<b>84</b>
<b>4.1.4 A dimensão política de criar filhos/as negros/as .....</b>	<b>87</b>
4.2 NOEMI .....	89
<b>4.2.1 Significado da maternidade .....</b>	<b>90</b>
<b>4.2.2 Ser negra e criar filhos negros .....</b>	<b>91</b>
4.3 MÁRCIA .....	94
<b>4.3.1 Mudanças pós experiência de maternidade – existe uma Márcia antes e uma depois? .....</b>	<b>94</b>
<b>4.3.2 Maternidade como projeto de vida .....</b>	<b>96</b>
<b>4.3.3 Maternidade como território de resistência .....</b>	<b>98</b>

<b>4.3.4 A dimensão política de ser mãe negra e criar filhos/as negros/as .....</b>	<b>100</b>
<b>4.3.5 Mãe preta e solo.....</b>	<b>103</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>114</b>
<b>APÊNDICE 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido .....</b>	<b>118</b>
<b>APÊNDICE 2 – Questionário .....</b>	<b>119</b>
<b>APÊNDICE 3 – Tabela do perfil das entrevistadas .....</b>	<b>120</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*Você foi uma trabalhadora incansável - graças a você, mulheres brancas, negras e latinas zarpam do porto de São Francisco. Você foi chapeadora naval, enfermeira, agente imobiliária e barbeira. Muitos homens e – se não me falha a memória – algumas mulheres arriscaram a vida para amá-la. Nunca existiu pessoa mais grandiosa do que você. Você foi uma péssima mãe de crianças, mas nunca houve melhor mãe de adolescentes do que você.*  
(Maya Angelou)

Começo a escrita desse trabalho com um trecho do livro *Mamãe & Eu & Mamãe* de Maya Angelou, uma mulher negra de inúmeras faces. Angelou foi atriz, cantora, diretora de cinema e, para mim, foi sem dúvidas uma mulher encantadora. O trecho que abre a introdução desse trabalho é um dos meus favoritos do livro de Maya sobre sua relação com a mãe, Vivian Baxter, uma mulher negra tão encantadora quanto à filha.

Esse excerto do livro de Maya remete-me à minha história com minha mãe, a mulher responsável pela existência desse trabalho, sem ela certamente minha curiosidade não teria se voltado à maternidade. Enquanto escrevo, dou-me conta de que ainda não a sobre a temática que guia minha pesquisa (maternidade para mulheres negras), nesta fase que, com certeza, é a mais desafiadora da minha vida até aqui. Ainda que não a tenha comunicado sobre esse assunto, ao pensar sobre minha pesquisa, percebo o quanto nossa relação possibilitou que esse trabalho existisse.

Ao refletir sobre o não comunicado, dou-me conta que está tudo bem e que é exatamente a ideia de que as relações entre mães e filhas/os podem variar em inúmeros aspectos que a maternidade existe enquanto um objeto de minha curiosidade. A ideia de não adequação, que sempre ouvi sobre relações entre mães e filhas/os que me trouxe até aqui, remete também a *Mamãe & Eu & Mamãe* e o modo como exprime outros tantos lados de uma mesma relação.

É preciso dizer que cheguei a esse tema porque durante o longo tempo em que procurei encontrar respostas para a relação que tenho com minha mãe, tentava desvendar o enigma de uma relação que sempre me pareceu tão distante, mas que também me atingiu com a proximidade de uma mão que sempre esteve estendida. Tentei compreender, nomear, tatear questões mais complexa que essa e não consegui. Só a partir do momento em que tomei contato com as Ciências Sociais é que essas inquietações começaram a ser aliviadas. Foi nesse

ambiente completamente desconhecido, mas extremamente apaixonante, que iniciei minha pesquisa em 2010 e onde permaneço até hoje. Ali minhas inquietações mais íntimas começaram a ganhar outros ares para mim mesma.

Pensar a maternidade enquanto um elemento de análise antropológica afeta-me porque ronda minha própria vida (e a relação com minha mãe), bem como a vida de um grande número de mulheres. A maternidade aqui é vista, conforme propõe Kitziner (1978), como um esse fenômeno que não diz respeito a um acontecimento apenas biológico, mas a uma vivência inscrita numa dinâmica sócio-histórica. Envolve prestação de cuidados, envolvimento afetivo em medidas. Deste modo, o movimento inicial desta pesquisa está circunscrito à minha própria experiência, mas ele se modifica a partir do momento que busco compreender esse elemento para além de minha própria vida. Fonseca (1999) indica o quanto esse movimento de desconstrução das premissas culturais do/da pesquisador/a se faz essencial e como a história cultural pode contribuir para este propósito.

Sendo assim, passei a buscar diferentes recursos que pudessem me auxiliar na desconstrução da minha noção de senso comum sobre a maternidade. A história cultural, como expõe Fonseca (1999), foi uma de minhas aliadas através dos escritos de Badinter (1985), em *Um amor conquistado*, por exemplo. Mas também foram inspiradores, nesse processo, a biografia de Maya Angelou intitulada *Mamãe & Eu & Mamãe*, o filme *Mother* de Darren Aronofsky, bem como diversos tópicos de discussão no facebook, conversas informais, entre outros. Neste momento, percebi que a maternidade me permeava com muita força, fazendo com que eu repensasse minhas imagens do mundo, das relações, entre outros. Assim, decidi que este seria meu objeto de estudo.

A maternidade é um assunto que perpassa a vida da maioria das pessoas, mesmo assim é frequentemente tratada com grande reducionismo. Na maioria das vezes, as discussões sobre essa temática envolvem crenças a respeito da maternidade enquanto componente intrínseco à vida das mulheres, ou ainda como demanda que não deve ser discutida, na medida em que é algo compreendido pelo senso comum como “subjetivo” ou até mesmo como “sagrado”, sentenciando essa experiência como parte constitutiva da vivência das mulheres, ou que, ao menos, devesse ser.

A historiadora Badinter (1985) assinala que a maternidade ocupa um lugar de distinção diante das demais questões sociais. Segundo ela, a maternidade não passaria despercebida em cultura alguma, apesar de sua importância e do modelo ideal de relação variarem no tempo e ganharem ou perderem alguns aspectos. Assim, de maneira consciente ou inconsciente, as mulheres carregariam essa questão consigo, ainda que seja para negá-la,

negociá-la ou aceitá-la. Desse modo, a maternidade se faz presente em muitos agrupamentos culturais.

Em meados da década de 1960, as discussões sobre mulheres e maternidade começaram a ganhar notoriedade em todo o mundo, em especial na Europa. Antes mesmo, Simone de Beauvoir já havia levantado uma profunda discussão sobre o assunto em seu livro *O segundo sexo*, por volta de 1949. As discussões tratadas por Beauvoir (1975) consolidam uma oposição aos diversos discursos essencialistas, de diferentes ordens vigentes até então, a respeito das mulheres.

É nesse cenário que, segundo Scavone (2001), as questões envolvendo maternidade começam a se fazer mais presentes sob a ótica das críticas feministas e, a partir da década de 1970, tanto a maternidade quanto a sexualidade começam a entrar com maior peso nas discussões envolvendo as mulheres. De lá para cá, as questões que tratam dessa temática ganharam corpo, mas, ainda assim, continuam a ocupar um imaginário muito difícil de alterar, porque apesar de já termos, antropologicamente, compreendido a maternidade enquanto um fenômeno social, cultural e biológico, ainda é muito comum tratá-la como algo intrínseco à “natureza feminina”, como um espaço que cedo ou tarde as mulheres adentrarão ou deveriam adentrar. Assim, embora seja uma questão que envolve simultaneamente natureza e cultura para seres humanos, a maternidade ainda é tomada como algo inerente às mulheres e que está atrelada apenas à fertilidade e fecundação, quando, no entanto, se trata de uma questão mais complexa do que é comumente pensado. Ser mãe envolve uma série de outros fatores que estão em dimensões sociais, culturais, psíquicas, etc., ou seja, tornar-se mãe passa por uma série de questões, como: desejo, controle, pressões sociais, entre outras.

É justamente por ocupar esse lugar social de relevância que a maternidade me interessa, enquanto um fenômeno para compreensão de questões de gênero, de raça e feministas. Concordando com o ponto de vista de Scavone (2004), considero a maternidade elemento fundamental para as discussões de gênero em nossa sociedade, pois pensar sobre isso é se deter num aspecto que contribui com a intensificação das desigualdades de gênero. Segundo a autora, essa intensificação não acontece pela maternidade em si, mas por todos os esforços na empreitada de ter filhos/as que recaem sobre as mulheres. Da concepção aos cuidados de criação, são elas que exercem majoritariamente esse trabalho em nossa sociedade (patriarcal).

É importante destacar aqui que a concepção de maternidade trabalhado por Scavone (2004), bem como para minha amostra, fica restrita ao recorte de gênero em sociedades como a nossa, havendo com toda certeza a possibilidade de realização de outras maneiras de

maternar em diferentes sociedades. Nesse contexto, podem surgir ainda indagações sobre as diferenças de gênero e a relação dos homens com a ideia de maternidade, sua relação com suas mães ou outras mulheres a respeito dessa temática. Certamente configura-se numa dimensão interessante para aprofundar a discussão, nesse caminho de desconstruir naturalizações do senso comum, entretanto, não é o foco deste trabalho, ficando apenas esse registro como indicativo de possibilidades para reflexão e pesquisas futuras sobre o tema.

Em 2014, a ong *Plan International*<sup>1</sup> desenvolveu uma pesquisa intitulada “Por ser menina no Brasil: crescendo entre direitos e violências”, cujos resultados obtidos vêm ao encontro das elaborações de Scavone (2004). A pesquisa buscava compreender contextos de desigualdade de gênero que impactavam na vida dessas meninas a longo prazo. Uma das perguntas que reiteram a perspectiva já apontada por Scavone (2004) questionava quem eram os responsáveis principais nos cuidados cotidianos, cerca de 78% das crianças pesquisadas responderam que a responsável principal pelos cuidados cotidianos era a mãe.

Desse modo, a maternidade se destaca enquanto um ponto importante nas discussões que envolvem questões de gênero e raça, visto que, segundo Parseval (1986), a maternidade está:

Longe de ser apenas uma função biológica, a maternidade inscreve-se num sistema de códigos articulado e estruturado ideologicamente, indissociável das concepções correntes de homem, mulher, família, criança. Encaixa-se, então, num esquema mais amplo de representação. Nossa cultura destaca, como momentos privilegiados da trajetória feminina, gravidez, parto, amamentação, vínculo mãe-filho, em detrimento de outros, fundamentando a ideia de maternidade como meta inevitável. (PARSEVAL, 1986, p.76)

Sendo assim, as concepções sobre maternidade se inscrevem em um contexto de dimensão central, ou seja, dizem respeito a um complexo ideológico que ao longo dos anos tem apresentado a maternidade às mulheres como um privilégio biológico e cultural, corroborando com a ideia de naturalidade dessa experiência, desconsiderando todas as responsabilidades e adversidades que recaem especialmente sobre as mulheres no cuidado de filhos/as.

Ademais, ao tratarmos a experiência da maternidade como algo inerente à vida das mulheres ignoramos processos de exploração do trabalho, a perda de autonomia, a não responsabilização paterna, entre outras questões que afetam diretamente as mulheres. É mais

---

<sup>1</sup> A *Plan International* é uma Organização não governamental, não religiosa e apartidária que possui 80 anos à frente de projetos de defesa de crianças, adolescentes e jovens, com foco especial na igualdade de gênero e está no Brasil desde 1997.



do que necessário que essa temática seja debatida com seriedade e, para isso, é preciso que as mulheres possam falar sobre suas maternidades, para que consigamos transformar a ação, mas também as ideias acerca dessa questão. E, para isso, é necessário um debate honesto sobre as expectativas sociais que envolvem as mulheres no que diz respeito à maternidade, buscando desconstruir os aprendizados sociais sobre relações entre mães e filhas/os, e especialmente sobre a própria maternidade.

Como dito anteriormente, a década de 1970 é um momento de muita discussão a respeito da vida das mulheres. Com o surgimento do ecofeminismo<sup>2</sup> muitas ideias da década anterior vão sendo desfeitas e, a partir disso, as concepções feministas sobre a maternidade se modificam. Já não se olha mais para esse marcador como um problema de aprisionamento feminino apenas, mas como uma experiência que pode ser positiva, se desejada, que, no entanto, de acordo com Stevens (2007), foi usurpada e distorcida pelo patriarcado. É nesse contexto que a maternidade passa a ganhar mais espaço nas discussões, embora ainda circunscrita a uma perspectiva eurocêntrica, ocidental e não racializada, ou seja, a experiência de maternidade passa a ser tratada pelo ecofeminismo mas de maneira bastante homogênea e excludente.

Embora essa perspectiva tenha trazido olhares muito importantes e necessários no que tange a ligação entre natureza e as opressões das mulheres e procurasse, ainda, se atentar a questões como racismo e classismo, como nos informa Torres (2009), sobretudo em relação à maternidade, essa vertente trabalhou com perspectivas homogeneizantes. Portanto, busquei acentuar, nesta investigação, um diálogo com os marcadores da diferença que não aparecem tão claramente nessa vertente.

Dessa forma, com essa pesquisa procuro compreender como mulheres negras vivenciam e entendem suas experiências e vivências da maternidade. Parto de um interesse genuinamente construído do ponto de vista da Antropologia, o qual consiste em compreender a maternidade através das elaborações de minhas interlocutoras, a partir de uma questão central: como mulheres negras mães identificam e vivenciam suas experiências de maternidade? Daí decorrem outras perguntas, tais como: existem elementos específicos na construção dessa experiência para mulheres negras? Essas mulheres identificam, em suas trajetórias de vida, a emergência de valores (positivos ou negativos) nas relações de poder estabelecidas a partir de suas experiências pessoais com a maternidade?

---

<sup>2</sup> Ecofeminismo baseia-se não apenas no reconhecimento das ligações entre a exploração da natureza e a opressão das mulheres ao longo das sociedades patriarcais. Baseia-se também no reconhecimento de que essas formas de dominação estão ligadas à exploração de classe, ao racismo, ao colonialismo e ao neocolonialismo. (TORRES, 2009, p. 166)

Os questionamentos que me proponho pensar neste trabalho sobre a maternidade somam-se à percepção da invisibilidade que acomete a vida de pessoas negras, especialmente a vida das mulheres negras. Por isso, considero pertinente a compreensão da maternidade através de um recorte racial. Entender como mulheres negras se veem dentro dessa experiência e o que ela significa, tanto para elas como para a sociedade, é um aspecto bastante relevante, visto que fazemos parte de um grupo que compõe 54% da população brasileira, que trabalha desde o surgimento desse país. Produzimos, criamos e, portanto, temos história, muitas histórias a contar.

Tendo em vista a relevância da vivência das mulheres negras para a produção de dados sobre nós, bem como o fato de oferecerem aspectos privilegiados das realidades que possivelmente não seriam apreendidos por outros meios, considero que as narrativas de minhas interlocutoras trazem, em alguma medida, percepções que desconstruem visões essencialistas sobre maternidade e o faz sob o ponto de vista racial, articulando, a suas vivências, uma série de outros elementos e preocupações pouco discutidos ao se tratar dessa temática nos espaços hegemônicos.

Nesse sentido, essa dissertação foi construída a partir de narrativas porque oferecem um ponto de vista privilegiado, importante e significativo para abordar as experiências humanas, ao me permitirem, enquanto pesquisadora, aguçar meus ouvidos e atenção ao que as interlocutoras dizem e me impedem de escapar ou de me recusar a ouvir o que elas têm a dizer. Enfocar as narrativas de mulheres negras é pertinente por, pelo menos, dois motivos específicos: um diz respeito à importância de ouvi-las; o outro, à importância de romper com o silêncio, a invisibilidade e a ausência<sup>3</sup> dessas expressões e relatos nas abordagens antropológicas.

Diante disso, o primeiro capítulo está dedicado principalmente à definição e apresentação das minhas escolhas metodológicas. Em um primeiro momento, assinalo como cheguei a essa questão, os porquês de focar a maternidade, especialmente a maternidade para mulheres negras. Na sequência, apresento como foram escolhidas minhas interlocutoras, bem como a relevância de se trabalhar com narrativas, biografias, histórias de vida, etc., que são as formas assumidas pelo material de pesquisa que compõe a perspectiva adotada neste trabalho.

---

3 Ao longo do trabalho de pesquisa, fiz levantamentos em diferentes bases a fim de encontrar trabalhos sobre narrativas de maternidades de mulheres negras na Antropologia e a busca foi nula para essa especificidade. Pesquisei em bases como: Portal Capes, Scielo, BDTD, Google Acadêmico, utilizando como descritores os termos “maternidade”, “maternidade negra” e “mãe negra”.

O segundo e terceiro capítulo versam sobre discussões elaboradas através de minhas entrevistadas. Esses capítulos tratam da análise das entrevistas feitas ao longo da pesquisa, cada um deles apresenta questões e pontos de vista da maternidade de maneira diversa, mas ambos abordam as visões de minhas interlocutoras sobre a experiência de serem mães. No segundo capítulo, temas como estratégias de proteção dos filhos contra o racismo, arrependimento, reconhecimento, maternidade e poder são algumas das discussões trazidas pelas experiências narradas. Já no capítulo três, as questões giram em torno da importância da esfera material na criação de filhos/as, a violência sobre corpos negros, dificuldades de socialização de famílias negras, identidades, entre outras.

Por fim, apresento as considerações finais como uma tentativa de dialogar com as discussões levantadas nos capítulos anteriores, através das narrativas presentes no texto. Aponto, também, para a maneira como minha experiência de campo sugere, com as narrativas dessas mulheres, uma agenda propositiva aos movimentos feministas hegemônicos. Isto porque, ao ouvir minhas interlocutoras, sinalizo que as experiências de mulheres negras têm sido sistematicamente negligenciadas, na medida em que, ao longo do tempo, são compreendidas a partir de uma perspectiva naturalista, como bem nos aponta Haraway (2000), reduzindo, assim, as múltiplas experiências de mulheres situadas em suas diversidades de raça, localização, sexualidade, idade, entre outras, a um modelo pretensamente universal.

## **2 CAMINHANDO COM MINHA MÃE: A CHEGADA AO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO**

Preciso retomar e aprofundar o que mencionei anteriormente sobre a importância de minha mãe na constituição do tema central dessa pesquisa. Trata-se de um processo que diz respeito a uma longa trajetória pessoal, afetiva, política e intelectual que deve ter durado uns sete anos, mais ou menos. Foi em meados de 2012, no terceiro ano de Ciências Sociais, que passei a pensar sobre maternidade. Na época, a questão era toda movida pela relação que tenho com a minha mãe, meus questionamentos a respeito de como eu acreditava que deveria ser, supostamente, uma relação de mãe e filha.

Inicialmente, porque eu me questionava se tínhamos uma boa relação, me angustiava com as questões que nos envolviam e mais, vivia em um estado de embate entre o que eu racionalmente pensava (já imersa nas teorias sociais) e o que sentia. Foi nesse cenário absurdamente pessoal que me atentei para a temática da maternidade como um fenômeno sociocultural-político e através de percepções tão íntimas, chego hoje à escrita desse texto.

Desde o momento que passei a refletir e estudar sobre questões de gênero, uma imensidão de percepções se abriu diante de mim. Há anos ouço conversas, leio textos, observo a minha relação, a de amigas, a de colegas de trabalho com suas/seus filhas/os, vejo filmes, enfim, estou e fico atenta a quaisquer circunstâncias que remetem à relação mãe e filho/a. Com isso, fiz de todo e qualquer lugar um laboratório vivo para as minhas observações, assim como suponho que faça toda pesquisadora apaixonada pela Antropologia, que anseia a todo tempo entender, escutar, aprender.

E para entender o que se passava, foi preciso que durante esse tempo eu fosse desconstruindo minhas ideias preestabelecidas a respeito de maternidade. Foi preciso questionar o porquê de meus estranhamentos com a minha própria relação, foi preciso compreender que a maternidade é um fenômeno carregado de subjetividades, de ideologias, de valores sociais, políticos, simbólicos e morais e foi a partir daí que decidi me aventurar por esse lugar tão comum da vida, mas que, acredito, esconde uma infinidade de descobertas surpreendentes.

Desse modo, cerca de sete anos depois dos meus primeiros questionamentos sobre maternidade, decidi que é isso que quero estudar, é esse universo que quero conhecer por meio da Antropologia. Desde então, notei que essa era uma questão que me atravessava em muitas camadas da vida social, algo que faz/fazia com que eu constantemente repensasse minhas imagens do mundo, das relações e, sendo assim, constatei que eu não tinha como fugir desse objeto de estudo.

Embora a maternidade seja um assunto que perpassa ora ou outra a vida das mulheres, essa temática é frequentemente tratada a partir de perspectivas bastante reducionistas, ou seja,

por vezes, as questões envolvendo maternidade são explicadas de maneira extremamente simplista, ignorando a complexidade desta experiência sociocultural. Na maioria das vezes, as discussões cotidianas sobre a temática envolvem crenças a respeito da maternidade como algo intrínseco à vida das mulheres ou então como uma espécie de tabu, algo que não precisa ser discutido, visto que é enunciado, muitas vezes, nos meios de comunicação, instituições religiosas, escolares, discursos médicos como algo “subjetivo”, “sagrado”, “pessoal”, entre outros adjetivos. Portanto, é um discurso proferido por instituições cuja autoridade e alcance contribui para sedimentar essa noção no senso comum, levando, em grande medida, a sentenciar a maternidade como experiência constitutiva da vida das mulheres e como fenômeno absolutamente individual, negando o caráter social dessa experiência e seus impactos.

Sendo assim, foi preciso desconstruir, primeiramente em mim mesma, a maneira como eu entendia a maternidade, ultrapassando as ideias que essencializavam essa experiência e que, portanto, me impediam de enxergar a maternidade enquanto um constructo social, inscrito em uma dinâmica sócio histórica e que abrange prestação de cuidados e envolvimento afetivo em medidas variáveis, conforme Kitzinger (1996). Desse modo, aprendi com a autora a entender a maternidade para além das representações sociais que apenas a veem como elemento biológico no “destino” da mulher, mas sim como uma experiência vivida de acordo com processos socio-históricos e que envolvem outras dimensões da vida, podendo variar, em diversos níveis, as definições do que é “ser mãe”. Portanto, parto conceitualmente desse lugar delimitado por Kitzinger (1996) para pensar as questões que envolvem a maternidade.

Partindo da importância da definição do conceito de maternidade posta por Kitzinger (1996), para quem este fenômeno diz respeito a um acontecimento para além do biológico, mas envolve prestação de cuidados e afeto guiados por dinâmica social e histórica, a discussão é fundamental para as discussões de gênero. Mais do que isso, o conceito de maternidade, além de essencial para pensar as questões de gênero, se constitui numa ferramenta importante para pensar o saber antropológico. O conceito de gênero aqui empregado vai ao encontro do sentido dado por Scott (1990), ou seja, trata-se de pensar como uma categoria de análise também serve para captar percepções femininas sobre as diferenças entre os sexos e suas entradas no meio social. Nesse sentido, minha análise será orientada para captar diferenças dentro do mesmo gênero, já que não vamos discutir o olhar dos homens sobre o tema, mas com o objetivo de observar se há diferenças em pensar a experiência de maternidade especificamente para as mulheres negras.

De acordo com a historiadora Badinter (1985), a maternidade é um lugar de distinção em relação a diversos outros lugares sociais. Para ela, trata-se de um tipo de fenômeno que não passa despercebido em nenhuma cultura, variando de importância, produzindo diversos modelos ideais sobre o que é “ser mãe”, mas, sem dúvida, a maternidade se constitui numa questão de existência, tanto biológica quanto social. Assim, seja para negá-la, aceitá-la, consagrá-la, ritualizá-la ou negociá-la, a maternidade é fenômeno que faz parte de muitos dos agrupamentos culturais.

É também por considerar a maternidade um elemento social relevante, que essa problemática está presente para mim, inicialmente manifesta por questões particulares e, ao longo do tempo, marcada por observações e leituras sobre a temática. Ao pesquisar maternidade, especialmente nas discussões sobre gênero e Antropologia, encontrei, para minha surpresa, um espaço de discussão bastante esvaziado. Durante o primeiro e segundo trimestre do mestrado, ative-me ao levantamento e leitura de materiais bibliográficos, minhas fontes foram majoritariamente primárias e secundárias, compostas por livros, artigos científicos, teses, dissertações, biografias, além de alguns filmes que trabalham com o tema.

Dois materiais, em meio a inúmeros que levantei, foram especialmente inspiradores nesse processo de estudos e construção da pesquisa, ainda que não estivessem necessariamente vinculados a Ciências Sociais ou especialmente à Antropologia. O primeiro deles se trata da lindíssima biografia de Maya Angelou, intitulada *Mamãe & eu, eu & mamãe*, em que a escritora retrata a amorosa e complexa relação com sua mãe. Assim como o livro de Angelou (2018), o filme estadunidense *Mother*, do diretor Aronofsky, suscitou-me uma série de analogias, questionamentos e reflexões ao longo desse primeiro processo de levantamento e leitura de materiais.

Embora o número de materiais sobre maternidade seja escasso na Antropologia, fui me deparando, no desenrolar dessa pesquisa, com alguns estudos e materiais muito densos, nesta área, ao que se refere à temática. O livro de Kitzinger (1996), *Mães: um estudo antropológico*, bem como o da antropóloga israelense, Orna Donath (2017), *Mães arrependidas – uma outra visão da maternidade* e um artigo muito pontual de Scavone (2004), intitulado *A maternidade e o feminismo: diálogo nas Ciências Sociais*, trazem de fato uma discussão bastante profunda a partir de uma visão antropológica do fenômeno da maternidade e serviram de base sólida na composição deste material.

É importante ressaltar, conforme já foi mencionado, que as discussões que englobam maternidade surgiram em meados da década de 1970, marcadas pelo pontapé inicial dado anteriormente por Simone de Beauvoir (1975), em seu conhecido livro “Segundo Sexo”. As

discussões feitas por Beauvoir naquele momento consolidaram uma oposição aos discursos essencialistas da época que mantinham concepções de maternidade como parte de uma natureza feminina, a restrição da sexualidade, a projeção do espaço doméstico como espaço típico das mulheres, etc. Por fim, Beauvoir (1975) contrapõe as ideias de suposta superioridade masculina através da diferença, mas o faz a partir da apresentação e da análise de uma diferença construída através da cultura e relações de poder, não de concepções biológicas.

É nesse cenário que, segundo Scavone (2004), as questões envolvendo maternidade se fizeram mais presentes sob a ótica das críticas feministas. A partir da década de 1970, a maternidade entrou com maior força nas discussões envolvendo a vida das mulheres. De lá para cá, embora as questões que tratam dessa temática ganharam corpo e tenhamos compreendido, em alguma medida, a maternidade também como um fenômeno social, cultural e biológico, elas continuam ladeando espaços muito difíceis de adentrar, sendo muito comum que ainda haja alguma resistência a essa discussão. A maternidade é muitas vezes vista como uma experiência dotada de um certo tipo de magia que a tornaria um elemento não tão relevante ou adequado aos debates socioculturais, ou, ao contrário, de uma reverência tal que discutir seria retirar-lhe a áurea que supostamente deve ser preservada.

Para Scavone (2004), pensar a maternidade implica em pensar um componente constituinte das desigualdades de gênero, não em si mesmo, mas porque, segundo ela, todos os esforços na empreitada de ter filhos/as recaem sobre a mulher, desde a concepção aos cuidados de criação, são elas que exercem majoritariamente esse trabalho. Sendo assim, gostaria de esclarecer outro ponto essencial dessa pesquisa: me proponho a discutir aqui um aspecto da maternidade, em específico, que é a racialização dessa experiência. Considero importante salientar este ponto por partir do pressuposto de que a palavra correta seria *maternidades* no plural, visto que existe uma variação considerável de como e por quem essa prestação de cuidados e afetos, inseridos em um contexto sócio histórico, acontece.

Portanto, me atarei aqui a maternidades para mulheres negras cisgêneras, podendo ser mães biológicas ou não. Entretanto, estas delimitações são, em alguma medida, resultados do meu próprio campo, ou seja, o grupo trabalhado se autodelimita a partir das especificidades das interlocutoras. Assim sendo, a composição do grupo não foi previamente definida por mim, mas se definiu a partir da minha problemática acerca da maternidade. Tendo em vista que, na antropologia, a concepção de representatividade dos sujeitos se constrói a partir de organizações próprias, como bem nos lembra Fonseca (1999), foi o meu terreno que me conduziu a esse grupo.

Cheguei à questão da maternidade para mulheres negras a partir de questões particulares, como já dito em momentos anteriores. Foi a observação dessa particularidade que abriu caminhos para a composição desta análise, a qual se propõe mais abrangente, mas nunca total. Trato aqui de uma amostra específica que se constituiu através de minha afinidade com algumas mulheres negras mães, bem como a partir de contatos de militância e trabalho. A opção por um universo familiar (mulheres, negras, maioria universitária ou com curso superior, residentes em Maringá-PR, etc.) não impossibilita que eu construa uma amostra levando em consideração características específicas das mulheres deste universo, visto que estas estão situadas em um contexto cultural, histórico e social, portanto não as tomo como genéricas, mas situadas.

Sou uma pesquisadora que tem proximidade com minha amostra. Nosso distanciamento surge quando adquirei conhecimentos pautados em bibliografias a respeito da temática, o que me movimenta do particular ao geral na investigação da maternidade de mulheres negras. Considero este movimento extremamente importante, assim como a proximidade entre sujeito e objeto, este último visto através da ótica apresentada por Fonseca (1999), que trata esta relação a partir da metáfora do espelho, aquela que nos permite ver as diferenças. Essa metáfora é, sem dúvidas, uma perspectiva que me contempla do ponto de vista científico. Ao pensar a relação com minhas interlocutoras, considero a visão oportunizada pelo efeito espelho como crucial a esse processo, pois me permite enxergar as diferenças dentro das semelhanças e, assim, construir um diálogo profundo com minhas interlocutoras e seus pontos de vista, bem como construir um material que seja relevante em um contexto específico, que não nos exclua como sujeitas situadas, mas que represente uma dimensão entre tantas possibilidades de análise da vida social.

Assim, a escolha da maternidade a partir de um recorte racial se deu ao longo da elaboração do processo de questionamentos a respeito da temática, que vêm sendo feitos há um longo tempo. Inicialmente problematizei a maternidade através das minhas próprias angústias, na sequência passei a me perguntar: como seria a vivência da maternidade dentro da diversidade de mulheres que existem? De que maneira mulheres negras, indígenas, lésbicas, rurais, urbanas entre tantas outras vivenciam a maternidade? Será que marcadores de cultura, de classe, de gênero, de sexualidade, de região, etc., definem de maneira relevante a experiência da maternidade?

Mediante essas questões que decidi me ater à maternidade para mulheres negras. O primeiro motivo que me levou a esse recorte, e não a outros, foi a falta de discussões em que houvesse o recorte racial. Notei que, assim como em diferentes debates, a maternidade negra



se apresenta como um campo negligenciado nas discussões a esse respeito. É preciso mencionar que encontrei muita coisa explicativa, na área da saúde, pensando parto, como o artigo “O tabu do parto: dilemas e interdições de um campo ainda em construção”, das pesquisadoras Elaine Müller, Laís Rodrigues e Camila Pimentel (2015) e também o artigo de Rosamaria Carneiro (2015) que apresenta reflexões antropológicas sobre o parto no Brasil, chamado “Em nome de um campo de pesquisa: antropologia(s) do parto no Brasil contemporâneo”.

Descobri também trabalhos que articulavam racismo e saúde, especialmente o parto, como a dissertação de Kauara Rodrigues Dias Ferreira (2015), da Universidade de Brasília, “Racismo e sexismo em instituições de saúde do DF: pré-natal, parto e pós parto de mulheres negras”, que mostra uma perspectiva bastante profunda de todas essas etapas e como se cruzam a elas racismo e sexismo. Por último, me deparei ainda com trabalhos muito significativos para pensar maternidade negra a partir da literatura, como o artigo “Mães de outras cores: matrifocalidade na literatura afro-brasileira de autoria feminina”, de Cristina Stevens e Vania Vasconcelos (2011) e a tese de doutorado sobre o incrível livro de Ana Maria Gonçalves, “Um defeito de cor”, de Fabiana Carneiro da Silva (2017).

Esses últimos serviram muito para inúmeras reflexões e também para me direcionar ao que, de fato, pretendo com essa pesquisa. Não tenho aqui a pretensão de encontrar respostas arrebatadoras a esse questionamento, mas sim produzir um texto que proponha pensar a partir do que essas mulheres têm dito e ainda têm a dizer. Tendo como norte as discussões feitas pelo feminismo negro, especialmente as levantadas por autoras como Sueli Carneiro (2003), Lélia Gonzalez (1984), Patrícia Hill Collins (2019), Grada Kilomba (2019), Ângela Davis (2016), bell hooks (2000), bem como por diversas/diversos pesquisadoras/res da Antropologia a respeito das diferenças, considero necessário investigar a maternidade para esse grupo social.

Partindo, portanto, do pressuposto de que os diferentes marcadores sociais são relevantes, pensar a maternidade negra é visto por mim como ferramenta importante nos debates antropológicos, de gênero e raciais. E, desse modo, inspirada na literatura acima citada, as narrativas (Kofes, 2001) surgiram como um tipo de expressão que eu poderia coletar e analisar de modo a produzir um trabalho que contribua com o debate.

## 2.1 AO ENCONTRO DE INTERLOCUTORAS

Minha entrada em campo ocorreu especialmente por contatos iniciais decorrentes da minha participação em um coletivo de juventude negra, somados a pessoas que conheci em meu espaço de trabalho e na convivência social de modo geral. Eu não passei muitos dias ou meses pensando quem contatar, visto que estou inserida em espaços onde encontro algumas mulheres negras e que também são mães. Assim, eu tinha o contato com mulheres que poderiam ser minhas interlocutoras, seja no meu convívio ou, pelo menos, em possibilidades de fácil acesso.

Ter as interlocutoras de uma maneira acessível às minhas pretensões me fez pensar, muitas vezes, em reduzir minha amostra ou em buscar características mais difíceis de serem encontradas nas mulheres já previamente pensadas por mim, porque sentia que esse campo delineado não representava aventura ou grandes novidades em relação ao meu cotidiano. Ou seja, não identificava em mim o “frio na barriga” comumente descrito por aqueles que iniciam seus trabalhos de campo, sentia que tudo aquilo que outrora li nos textos clássicos da Antropologia, sobre o trabalho de campo, não estava fazendo parte de minha própria experiência etnográfica e supunha, por isso, que eu estivesse fazendo algo errado.

Ative-me a isso por muito tempo, focada na inadequação que eu sentia em relação ao meu trabalho de campo, tudo parecia confortável demais: o que havia escolhido era próximo demais, minhas interlocutoras estavam em posição acessível demais, enfim, tudo era possível demais. Então, aos poucos, passei a questionar os porquês dessa sensação, por que eu sentia tão intensamente que eu mesma deveria dificultar o meu acesso às minhas interlocutoras colocando restrições que tornassem meu contato mais incerto?

A partir desses questionamentos voltei às lembranças dos textos lidos na graduação, das discussões em torno do trabalho de campo e percebi que ficou marcada nas minhas percepções antropológicas a ideia de um campo extremamente clássico, ao estilo descrito por Malinowski (1998) e tantos outros/as antropólogos/as. Sendo assim, meu mal-estar diante do acesso fácil às interlocutoras vinha dessa construção do trabalho de campo como um processo árduo, em que é necessário ir para lugares longínquos, conviver com pessoas que falem outra língua, estar entre um grupo que de alguma forma pareça muito distante de mim, mas ao mesmo tempo eu consiga acessar como se fosse um deles.

Ao pensar em como tornar mais incerto o meu acesso às interlocutoras, percebi que o problema não estava em não as enxergar como “outras” o suficiente, mas estava no propósito de tentar dificultar o acesso a elas a fim de construir, artificialmente, uma alteridade. Meu mal-estar só deixou de existir ao me recordar de alguns textos, entre os quais, o de Geertz (2014), em que o autor trata da natureza do saber antropológico, fazendo-me recordar

justamente dos escritos do diário de Malinowski, o qual põe por terra os mitos que envolviam os/as antropólogos/as como sujeitos dotados de uma empatia tão grande, que era quase capaz de sentir como os/as nativos/as.

Além do texto de Geertz (2014), recordei-me do texto de Lila Abu-Lughod (2012), em que ela assinala como a ‘necessidade’ de construir um ‘outro’ precisa ser revista na antropologia, pois esse movimento passa por relações de poder e hierarquização, por exemplo. Ou seja, percebi que meu incômodo, ao pesquisar mulheres tão próximas a mim (em seus marcadores), passava por uma hierarquização construída através dos discursos profissionais, discursos estes que estabelecem autoridade na construção do saber entre antropólogos/as e a vida dos que nos informam. Assim como nos informa Lughod (2012), passei a questionar, então, o que seria o ‘outro’, lembrando as discussões a respeito do que seriam os outros e a maneira como essa categoria não se sustenta, tendo em vista que isso vai depender da nossa posicionalidade dentro de um contexto de questionamentos a respeito do que seriam ‘os outros’.

Ao retomar o texto de Geertz (2014), o que considerei um sentimento de inadequação, em relação ao meu processo com minhas interlocutoras, se dissipou, uma vez que minha ideia de ver as coisas de um ponto de vista nativo tornou-se mais simples do que eu vinha pensando. De acordo Geertz (2014), é impossível que a/o pesquisador/a se vista na pele do outro, mas é possível e necessário que tenhamos cuidado e habilidade para descobrir o que este outro pensaria, analisando através dos símbolos, das imagens, das instituições, da linguagem, etc. O essencial, neste caso, é que o/a pesquisador/a compreenda o que esse “outro” vê de si mesmo, dos outros, de suas experiências.

Percebi também, nesse processo, que talvez houvesse ficado em mim algum resquício da falsa ideia de neutralidade. Talvez, ao longo dos anos, eu tenha me deixado levar um pouco que seja por essa ideia e quando chego a um objeto que me toca, automaticamente crio meios para negar sua importância, não por sinceramente não haver, mas por saber que estou sempre muito próxima socialmente (e também fisicamente) e comovida com a temática. Identificar esse movimento de busca por certa neutralidade me fez compreender que colocar determinados conhecimentos em prática é mais desafiador do que aparenta e, por vezes, esse conhecimento se mostra nebuloso. Ou seja, não é novidade que a ideia de neutralidade é um engano, mas, ao me deparar com o processo de construção da minha pesquisa, me vi recorrendo às mesmas ideias que tanto criticamos nas Ciências Sociais.

Deste modo, depois de compreender que estava partindo de concepções de neutralidade e de ideias muito fixas e ultrapassadas sobre o trabalho de campo, voltei meu

olhar para inúmeras discussões contemporâneas, e outras nem tanto, a respeito da aproximação do pesquisador com o objeto e da falácia da neutralidade nos processos de criação, na ciência, passando a dialogar mais proximamente com os trabalhos de Giumbelli (2002), Geertz (2014) e Peirano (2014).

A partir daí, passei a seguir na pesquisa com menos problemas ao olhar para meu campo e objeto, já que ambos me sensibilizam muito e passei a encarar esse estado como uma característica boa, frutífera e, arriscando dizer que, é isto que traz sentido ao trabalho, não só para mim, mas também para quem posteriormente o lerá. Decidi, assim, apostar no que Carniel e Rapchan (2018) chamam de um “potencial transformador” das narrativas etnográficas, entendidas como instrumentos capazes de aprofundar nossas formas de compreender e nos relacionar com a vida em sua extensão e profundidade.

Feitos esses apontamentos iniciais, vou me ater mais à descrição do campo daqui em diante. Inicialmente fiz um mapeamento de todas as mulheres negras com quem eu tinha algum tipo de proximidade, pessoas da militância, colegas de trabalho, amigas, amigas de amigas, etc. Ao mapear essas mulheres, construí pontes que me levaram a mulheres negras e mães mais distante das que eu tinha em meu círculo de contatos, visto que essas mulheres também têm suas mães, irmãs, primas, entre outras. A princípio, a escolha por mulheres negras mães ‘mais distantes’ se deu por influência das ideias fixadas de neutralidade, mas o que efetivamente deu sustentação a essas escolhas foi o fato de que as mulheres negras próximas a mim, em sua maioria, não tinham filhos/as.

Em relação ao quesito racial, fiz a opção pela autodeclaração das próprias interlocutoras, ou seja, só contribuiu com a pesquisa mulheres negras que se leem e entendem como negras. Optei pelo critério da autodeclaração, pois ele faz parte do critério do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entendendo-o como um mecanismo coerente já que a identidade racial passa fundamentalmente por como a própria pessoa se vê racialmente e como se dão suas interações com o mundo externo, portanto, considero acertado que minhas interlocutoras assim se autodenominem.

As faixas etárias das interlocutoras também não foram restritas, embora eu tenha consciência que as experiências e impressões possam variar conforme as diferenças etárias, por se tratar de uma pesquisa que utilizará da abordagem biográfica, me interessa ouvir um contingente variado de mulheres mães e considero muito significativo ouvir diferentes perspectivas de grupos etários e suas percepções sobre a experiência materna. Ao ter claro esse perfil geral, ou seja, mulher negra e mãe, passei a pensar sobre o aspecto espacial desses contatos. Decidi por restringir o campo à cidade de Maringá, no Paraná, portanto minhas

interlocutoras teriam que residir neste município ou, no máximo, na região metropolitana da cidade, o que ainda assim permitiria o fácil acesso.

Tenho consciência de que poderia ter deixado aberta a possibilidade de conversas online, mas decidi não fazê-lo por dois motivos específicos: o primeiro diz respeito ao meu interesse pelo encontro, ouvir o tom com que a pessoa fala, conseguir captar com maior facilidade as emoções presentes no diálogo, etc. O segundo motivo se concentra na facilidade com que eu encontrei minhas interlocutoras e tendo o contato interpessoal como especialmente relevante nesta pesquisa, não vi necessidade de expandir o campo para mecanismos online, por exemplo. Após colher todas as informações básicas dessas mulheres, construí esquemas com informações sobre nome, idade, quantidade de filhos, instrução educacional e estado civil, disponível no APÊNDICE 3 desta dissertação. Após o primeiro contato, que se limitou à explicação geral da pesquisa e à coleta de informações básicas de minhas interlocutoras, enviei uma mensagem para todas elas – um total de seis mulheres – propondo nosso primeiro encontro para uma conversa.

É preciso pontuar que não se trata de uma amostra nem de um universo completo de pesquisa. Parto das experiências dessas seis mulheres como um ponto de partida para analisar a dinâmica entre macro e micro, ou seja, a tentativa de compreender os dispositivos centrais da dinâmica de determinada situação, neste caso, de uma experiência. Desse modo, de acordo Giumbelli (2002), torna-se mais difícil construir saberes que se pretendem representativos de uma sociedade inteira, bem como partir de escolhas de grupos que a priori sabemos que podem transpor as técnicas e noções que já existem. Portanto, pretendo com as experiências narradas pelas interlocutoras compreender como se articulam macro e micro em relação à maternidade, mas sem fechar o ponto de partida a nenhuma dessas duas perspectivas (macro e micro), acompanhando o que a vida informa, como também nos lembra Ingold (2019) em um dos seus mais recentes escritos.

No primeiro contato, propus na mensagem um encontro presencial, sugeri lugares mas deixei em aberto para que sugerissem outros, se assim preferissem. Na maioria dos casos, porém, as entrevistas aconteceram na minha casa, num espaço onde preparei um ambiente silencioso e as recebi com um café da tarde. Apenas uma das seis interlocutoras fez questão de que a conversa fosse em sua casa, e, no decorrer dos dias que antecederam nosso encontro, enviou algumas mensagens dizendo que estava feliz em poder ajudar numa pesquisa e que faria um café da tarde especial para a nossa conversa.

Em todos os meus contatos, as interlocutoras se dispuseram a colaborar com a pesquisa. No primeiro contato pessoalmente, voltei a explicar rapidamente do que se tratava a

pesquisa, obtive o consentimento livre e esclarecido, conforme modelo disponível no APÊNDICE 1 e, em seguida, apliquei uma entrevista semiestruturadas. Posteriormente, o diálogo foi se ampliando de maneira livre afim de que minhas interlocutoras contassem sobre suas experiências de maternidade, todas as conversas foram gravadas em áudio, sem nenhuma oposição delas durante todo o processo.

Ao obter uma resposta positiva das interlocutoras nos primeiros contatos, percebi que o acesso “fácil” a elas pode estar ligado ao fato de que sou uma pesquisadora/nativa, ao passo que sou também uma mulher negra, me faltando apenas a maternidade para que eu pudesse ser uma delas. O reconhecimento de algumas características comuns me pareceu um lugar interessante para a pesquisa, pois permitiu passagens a lugares, falas, por vezes confissões que poderiam ser muito dificultadas ou, muitas vezes, não reveladas no contato com completos estranhos, ou seja, uma pesquisadora que não tivesse nenhum traço de proximidade com as interlocutoras. Embora próxima de minhas interlocutoras, a maternidade é uma experiência que não compartilhamos e, ainda assim, elas se posicionaram muito abertas em relação a isso. Da mesma forma, acredito que não ter essa experiência me colocou mais aberta a aprender com o que elas me diziam, a olhar com ainda mais atenção esse elemento de suas vidas.

É claro que a condução satisfatória de um estudo não está apenas na aproximação existente, como já nos sinaliza Geertz (2014), o êxito de uma pesquisa está mais ligado à condução do/a pesquisador/a em compreender “com que”, “como”, “por meios de que” os/as interlocutores/as leem determinada experiência do que com o fato de ser um/a deles/as. Ainda assim, ser nativa e etnógrafa, como nos aponta Peirano (2014), traz, tanto para as interlocutoras como para mim mesma, outras dimensões ao lidar com a pesquisa e com as mulheres investigadas e suas questões. Por fazer parte quase que inteiramente desse grupo, exceto pela maternidade, consigo perceber questões em comum com a minha trajetória na vida dessas mulheres, questões de raça e gênero são pontos que nos ligam e que ligam tantas outras mulheres e negras, fazendo com que, tanto minhas elaborações de questionamentos quanto a escuta do que essas mulheres dizem, sejam ainda mais atentas e, ousado dizer, cuidadosas.

No processo de elaboração do roteiro para a entrevista (disponível no APÊNDICE 2), busquei focalizar alguns pontos-chave em relação à maternidade. Sendo assim, procurei destacar em suas narrativas questões como o projeto ou não projeto de maternidade (em casos de gravidez não desejada), rede de apoio, idade que se tornaram mães e como se sentem hoje em dia em relação à maternidade, em especial, se consideram a maternidade uma esfera de valorização delas como indivíduos. As questões que busquei destacar na entrevista foram

inspiradas em uma entrevista de Patrícia Hill Collins para a revista Pernambuco (2018), em que Collins (2018) traz a maternidade como possibilidade de espaço de poder para essas mulheres. Tendo em vista esse apontamento, escolhi começar investigando o que minhas interlocutoras pensam sobre aspectos supracitados que se entrelaçavam com a experiência da maternidade.

Ponderei também, com bastante destaque, o que move essa pesquisa, que é compreender se a dinâmica da maternidade se altera levando em consideração a intersecção de raça e gênero e como elas se veem em relação a isso. Como as interlocutoras se veem e expressam essa visão é o que mais me interessa aqui, o fio condutor é a narrativa elaborada por elas para o meu questionamento, por esse motivo utilizarei a abordagem biográfica que discutirei a seguir.

## 2.2 POR DENTRO DAS NARRATIVAS

Cheguei às narrativas como metodologia, neste trabalho, por inúmeras questões, assim como também foram várias as que me trouxeram a esse objeto. A principal delas no processo de pensar a metodologia foi considerar as histórias contadas nos mais diferentes espaços e lugares excepcionalmente fascinantes. Ouvir histórias faz parte de algo que considero muito relevante, não só para a vida, mas na pesquisa, no processo de construção de saberes científicos, visto que ouvir o que um grupo, uma pessoa, uma comunidade, etc., tem a dizer a respeito de algo significa, em alguma medida, disposição para aprender.

Dessa forma, na minha perspectiva, ouvir é parte mais que essencial do bom trabalho antropológico. Conseguir, através da escuta, perceber pontos complexos de uma questão, entender através de códigos, de gírias, de dialetos, de vícios de linguagem, entre outros, aquilo que um grupo tem a dizer a respeito do que se investiga é fascinante. Foi justamente ao pensar sobre essas possibilidades que percebi quão valioso seria, para essa investigação, a construção das narrativas feitas pelas mulheres, considerando que a experiência da maternidade ganharia profundidade a partir de suas próprias elaborações.

Ao considerar que a história contada por mulheres negras mães a respeito de suas maternidades constitui uma profundidade específica à temática, automaticamente concordo com o ponto defendido por Kofes (2001), de que não narrar alguém é matá-lo. Portanto, pretendo fazer o contrário, ao pensar essa pesquisa através das narrativas de mulheres negras e mães, quero mantê-las vivas, quero que elas, ao falarem sobre suas experiências, se

mantenham vivas, quero que, ao pensarmos maternidade, possamos lembrar, que é também o que Kofes (2001) reivindica da narrativa, um espaço de lembrar e, assim, criar.

Tendo em vista que lembrar faz com que tragamos as coisas à existência, não se pode desconsiderar os embates políticos em torno das narrativas, de modo que registrar histórias faz parte de tensionar espaços dentro da produção científica, escolher o que narrar faz parte deste movimento. Visto que encontrei pouquíssimos estudos sobre maternidade de mulheres negras nas Ciências Sociais, a construção dessa pesquisa diz muito a respeito desse espaço de disputa política das histórias. Gostaria com isso de, em alguma medida, compreender essas especificidades, há tanto preteridas nas discussões de gênero e maternidade.

Considerando que a experiência de vida não está descolada das questões socioculturais a que os sujeitos estão envolvidos e que as narrativas não são autônomas em relação à vida vivida, pretendo, ao conhecer as vivências e narrativas traçadas por minhas interlocutoras, fazer o exercício etnográfico proposto por Kofes (2001) que consiste em promover a significação daquilo que a interlocutora diz, ou seja, não se trata de promover encaixes em perspectivas previamente estabelecidas, mas de compreender o que aquela experiência pode indicar, social e culturalmente, no contexto do que é pesquisado.

De acordo com Gibbs (2009), as narrativas constituem uma das formas mais importantes de organização de mundo para as pessoas. É através das narrativas que, muitas vezes, as pessoas dão sentido às suas experiências, ao mesmo tempo em que compartilham de outras, trata-se, com isso, de um processo fundamental no decurso da construção de sentidos para suas vidas, mas também para as comunidades e espaços em que vivem. A maneira como uma mulher negra mãe me informa sua experiência com a maternidade vem acrescida da maneira como esta mesma mulher quer me contar suas percepções, muitas vezes rodeadas de metáforas, força dramática, retóricas, contradições, persuasões, etc., e tudo isso pode nos dizer muito sobre determinado grupo.

Este é um ponto, sob a minha perspectiva, muito importante do trabalho com a narrativa, pois não se trata de uma ingenuidade em relação ao que é dito, mas sim da compreensão da existência permeada pelo contar. Importante ressaltar, que a Antropologia se vale dessa perspectiva ao se dedicar a especificidades para compreensão e ampliação de concepções que outrora pareciam estanques, é o “estranhar o familiar”, tão difundido quando pensamos antropológicamente, que considero que possa estar presente de modo muito produtivo nas narrativas dessas mulheres.



Ao eleger a maternidade como objeto de pesquisa e pensar sobre as intersecções deste fenômeno sociocultural, percebo que a compreensão dessa experiência passa necessariamente pela escuta de quem a vive. Isto não significa que não haja tantos outros caminhos metodológicos a seguir, em absoluto, significa apenas que, para minha problemática, considero o caminho adotado aqui uma maneira de dessecundarizarmos essas mulheres e suas histórias e isto é um elemento extremamente importante, sob meu ponto de vista. Trazer as narrativas de mulheres negras a partir de suas próprias elaborações é importante de um ponto de vista político, já citado anteriormente, uma vez que nas configurações de uma sociedade patriarcal e racista, essas mulheres têm suas experiências constantemente ignoradas.

Voltando ao que já mencionei em outro momento do texto, me deparei com uma enorme dificuldade em encontrar discussões sobre maternidades que fizessem recortes raciais, por exemplo, sendo assim, ouvir sobre as concepções de maternidade para mulheres pretas é sem dúvidas disputar narrativas que há muito têm sido universalizadas e há muito também já sabemos dos perigos que contém uma história única, como bem nos lembra Chimamanda Ngozi, em seu TED, intitulado “*O perigo de uma única história*”, no qual resgata uma série de exemplos de como as visões eurocêtricas sempre criaram a possibilidade de apenas um enredo e de como é importante que as histórias sejam contadas tanto pelos “vencedores” quanto por aqueles que são considerados “perdedores”. A escritora retoma como é limitante pensarmos a partir de apenas uma visão do mundo e o quanto todos perdemos significativamente ao fazermos isso.

Das palavras de Chimamanda Ngozi nasce minha justificativa, para que mulheres negras elaborem suas versões de si em relação à maternidade, criando desse modo outras narrativas para a maternidade, contando uma versão da história pouco ouvida e quase nunca perguntada. Desse modo, não apenas construímos (eu e minhas interlocutoras) narrativas originais sobre um grupo que tem suas especificidades, mas criamos a realidade. Bosi (2003, p.62) salienta que “recordar é sempre um ato de criação”, portanto, ao contarem suas experiências, retornam a suas memórias e as oralizam, tornando possível reviver e pensar sobre as experiências do passado, mas também a existência do presente, bem como a preparação para o futuro.

Ao contarem suas histórias, essas mulheres falam de raça, de gênero, de sexualidade, de opressões, de alegrias, de frustrações, etc. Falar de si é uma maneira de existir, para alguns grupos esse existir encontra-se presente desde sempre, para outros não, conseqüentemente, contar é uma possibilidade de estar viva de alguma maneira. E se construir ao se narrar tem a ver com as escolhas do que queremos ser, destarte não há aqui a inocência de não considerar

todas as possibilidades por traz da narrativa, especialmente aquelas que podem ser feitas pelas próprias narradoras. Não me atarei a esse ponto por hora, ele será devidamente discutido mais adiante. Debruço-me ainda em mais algumas reflexões acerca da abordagem biográfica (neste caso, as narrativas) e o quanto, sob minha percepção, trata-se de uma ferramenta metodológica muito rica na construção de boas histórias, de boas etnografias, de bons casos, de bons contatos humanos, quaisquer que sejam os propósitos que tiverem.

No início desta seção sobre narrativas, concordei com a afirmativa de Kofes (2001) sobre o não narrado ser algo morto, gostaria de retornar a esse ponto para dizer que a narrativa não tem o dom de criar grandes personificações, ou pelo menos não só. Não se trata de pensar um personagem como herói ou vilão de uma história, mais uma vez, tão somente, mas trata-se antes de pensar a narrativa como um indicativo social, recheado de detalhes, talvez seja isso, no meu caso, o que mais me faz simpatizar com o processo de escuta.

A particularidade que carrega uma narrativa pode revelar inúmeras relações, guardando nesse sentido um procedimento etnográfico que, de acordo com Kofes (2001), sinaliza o quanto uma pergunta pode guiar caminhos significativos no processo de elaboração de uma pesquisa. De maneira geral, poder escutar o que o outro tem a dizer é uma espécie de vulnerabilidade importante para o processo, pois é através desse estado que encontramos caminhos por vezes muito frutíferos para o conhecimento. É nesse estado de vulnerabilidade que ouvimos coisas inimaginadas sobre aquilo que carecemos entender e também descobrimos coisas para além do que outrora nossa criatividade se limitou questionar.

O que chamo aqui de trajetória é uma apropriação do que Kofes (2001, p. 27) denomina de trajetória que consistiria em um “processo de configuração de uma experiência social singular”. Portanto, quando me dedico a compreender as trajetórias de mulheres negras mães, estou investigando o processo de estruturação de uma experiência singular para essas mulheres, a maternidade. Tendo em vista que a intenção aqui está na compreensão que essas mulheres têm de suas próprias trajetórias de maternidade, ouvir suas narrativas sobre essa experiência – a maternidade de mulheres cujo exercício foi em inúmeros momentos retirados das mesmas, especialmente em contextos escravocratas – é fundamental para saber o que pensam, sentem, entendem de maternidade. É situar essa narrativa num espaço de vida.

Em seu livro “*Mulheres, Raça e Classe*”, Davis (2016) pontua que:

A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor

monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. (DAVIS, 2016, p. 19)

Como apontado pela autora, a ideia de maternidade no contexto escravocrata não se estendia às mulheres negras. O adjetivo ‘mãe’ não se aplicava a elas, ao contrário, eram tidas como meras reprodutoras, sua importância medida apenas pela capacidade biológica de gestar. O período escravocrata retirou a humanidade da vida de pessoas negras, tendo em vista que mesmo como força de trabalho eram ditas como mercadoria. A maternidade foi apenas uma das esferas atingidas. Assim, ao desconsiderar a experiência de mulheres negras escravizadas, nesse período, como uma experiência de maternidade, historicamente construímos um ideal do que seria uma ‘mãe’ e, dessa forma, impusemos limitações de cunho racial neste modelo.

Desse modo, compreendo que a experiência dessas mulheres precisa ser contada a partir de suas próprias interpretações, do que elas apreenderam de suas experiências e consideram relevante dizer. Digo isto porque tenho consciência de que a interlocutora escolhe o que narrar de suas experiências, isso, em absoluto, é negado por mim, mas ainda que suas narrativas sejam escolhidas a partir de qualquer que seja a intenção, ainda assim podem conter singularidades e descobertas muito relevantes do ponto de vista científico. Este ponto de vista está inteiramente ligado ao que, no início dessa seção, eu ponderei sobre narrativas: trata-se de manter vivas mulheres negras, através de suas experiências, uma vez que, concordando com Kofes (2001), também compreendo a inexistência de determinadas narrativas, a morte das pessoas.

Kofes (2001) retoma um questionamento de Ricoeur (1995) que consiste na indagação de como falaríamos de uma vida se não a reuníssemos e como a reuniríamos se não fosse através da narrativa? Esse questionamento, é, sem dúvidas, muito importante na compreensão do que são as narrativas, ou seja, elementos inevitavelmente orais e que, portanto, carecem de serem ouvidos. Ao narrar suas próprias trajetórias de maternidade, essas mulheres constituem suas histórias e identidades. Ao tecer o enredo de suas vidas, elas são narradoras e personagens, dão vida a si mesmas, tornando a experiência tátil, deste modo, “a narrativa, se não espelha a experiência a configura e, finalmente, a suscita experiência” (KOFES, 2001, p. 125).

Em seu trabalho, a autora – que pesquisava sobre Consuelo Caiado – chama atenção para a fala que colheu num dos depoimentos, em algum momento de suas conversas, ao questionar o interlocutor – um escritor, sobre Consuelo – ele prontamente respondeu que:

“nunca pensou em escrever sobre ela”. Na sequência de seu texto, ela aponta para o quão significativo seria o que ela chama de “ausência de enredo”. Ao dizer que nunca pensou em escrever sobre Consuelo, o escritor não apenas se lembra de algo que deixou de fazer, mas nos lembra também que o esquecimento está estritamente ligado à ausência de narrativa. Esta ausência pode existir por inúmeros motivos, pelo simples fato de esquecer-se ou por uma recusa em torná-la narrável. Seja como for, o que nos interessa aqui é perceber o quanto a pergunta de Ricoeur (1995) faz sentido, ao pensarmos a importância das narrativas. Muitas vezes, inúmeras trajetórias são “esquecidas” ou deliberadamente ignoradas no campo social e/ou científico, como já citei antes neste texto. E, muitas vezes esse, esquecimento ou essa desconsideração acaba por apagar diferentes trajetórias, especialmente de grupos que socialmente são, inclusive por isso, impelidos a espaços de subalternidade.

Dessa forma, perceber que a narração de uma experiência é um processo de construção daquela existência é algo sensível e fundamental para um processo de construção de conhecimentos plurais. Isso não significa dizer que a abordagem biográfica (nesse caso as trajetórias) não possua limites, certamente os possui, bem como todas as frentes que eu poderia escolher. Ainda assim, considero essa escolha produtiva, visto que faz parte de um processo que envolve, para mim, o esforço humano bastante grande do ouvir e, mais ainda, o compromisso, neste caso, de tornar viva e aparente, através do meu processo de escrita, a experiência de vida de um grupo que possivelmente teriam suas experiências “esquecidas” – como outrora foi a de Consuelo Caiado para o escritor – tal como ainda há inúmeros esquecimentos nesta sociedade.

De acordo com Gibbs (2009), as narrativas possuem inúmeras funções: podem servir para transmitir informações, persuadir, apresentar uma imagem, estruturar ideias e/ou identidades. Ou seja, as narrativas não têm como função apenas criar cenários de histórias que sejam coerentes e com sentidos cronológicos. O mesmo autor indica que, de modo geral, as pessoas contam suas vidas ou partes delas privilegiando o contexto temporal, mas isso não significa que o que elas têm a dizer deva ser invalidado ou subjugado, muitas vezes a cronologia é utilizada apenas por facilitar a chegada a um ponto específico. Sendo assim, esta abordagem pressupõe da pesquisadora uma perspectiva analítica que procura não encaixar o objeto a categorias externas, mas entender os campos semânticos dos próprios agentes, como nos aponta Kofes (2001).

Com isso, trabalhos que utilizam desta abordagem precisam passar por esse processo de compreensão das informações obtidas com as interlocutoras, considerando suas próprias construções semânticas e, a partir disso, analisar aquilo que busca. Ou seja, muito da

abordagem de histórias de vida, trajetórias, relatos de experiência estão calcados na análise cuja etapa é desenvolvida pela pesquisadora. Portanto, não se trata de um devaneio no qual a pesquisadora está vulnerável a cair, ao escutar a narrativa de uma interlocutora, mas na capacidade de ouvir e analisar fazendo as devidas considerações e tendo clareza dos limites.

O “fazer considerações” aqui diz respeito a entender coisas. Por exemplo, ainda que as interlocutoras possam apresentar incoerências em seus discursos, ocultação de informações, contradições, não cabe à pesquisadora apontar essas situações, haja vista que deve ter por óbvio considerar que quem vai narrar uma experiência sobre si, vai tentar fazê-la de modo que sua interpretação seja boa para si mesma. De todo modo, não diz respeito ao meu trabalho evidenciar possíveis incoerências de minhas interlocutoras a fim de desconsiderar suas narrativas de si, ao contrário, como nos aponta Levi (2005), a pesquisa só passa a comunicar por intermédio da escrita, cabendo à pesquisadora o processo de contextualização daquilo que é ouvido.

Portanto, o contar envolve muito de quem conta e de quem escuta o que se conta. Esse movimento envolve conteúdos subjetivos tanto da/do pesquisadora/or quanto das interlocutoras. Consequentemente, ao analisar a fala de minhas interlocutoras não ignoro as subjetividades presentes em seus discursos, pelo contrário, tenho consciência de que as pessoas tendem a construir narrativas que privilegie seus interesses e pontos de vistas, mas, isto não significa em absoluto que se trate de uma mentira ou ilusão, muito pelo contrário, a maneira como o/a interlocutor/ra constrói sua narrativa, pode gerar reflexões muito pertinentes à pesquisadora.

Assim, como nos lembra Kofes (2001), a pesquisadora é refém de tudo o que lhe é dito tanto quanto do que lhe é omitido. Ou seja, no último caso é preciso que nos atentemos para dimensões de humor, de ansiedade, de nervosismo, de tiques, de indiferença, etc., aspectos que podem nos informar de maneira eficiente assim como aquilo que nos é dito com palavras. Ser refém das possibilidades oferecidas nas interações é buscar compreender através dessas duas dimensões, imergindo nos sentidos dos outros, buscando apreender através do que nos é apontado.

O que Kofes (2001) nos assinala é muito importante para não esquecermos pressupostos que nos orientam e são essenciais na pesquisa antropológica: estar refém é um deles. E considero um dos mais importantes, porque ao estar refém estamos vulneráveis a apreender, curiosas e especialmente atentas. O que já nos é alertado por Geertz (1983, p.57) e que fica claro neste trecho: “*an ethnography of witchcraft as written by a witch, nor*

*systematically deaf to the distinctive tonalities of their existence, an ethnography of witchcraft as written by a geometer?*

É preciso estar refém diante de nossos objetos, mas é de suma importância reconhecer os limites e o que eles podem nos trazer, o que podem indicar. Sendo assim, é extremamente importante nos questionarmos sobre o tipo de revelação que nossos objetos podem nos mostrar, como as narrativas organizadas por mulheres negras mães podem ser informativas de percepções, movimentos de grupos, intenções, etc. Por fim, cabe ressaltar que não é vantajoso que neguemos os limites de nenhuma abordagem utilizada nos processos de pesquisa, mas é importante que consigamos nos situar na interação com o outro. O limite que enxergo nesta abordagem está mais vinculado ao modo como se conduz a pesquisa, do que com a abordagem em si, por exemplo.

Considero como um limite, a possibilidade de inclinação para a construção de uma narrativa cronológica e coerente. Muitas vezes, ao ouvir sobre uma experiência queremos encaixá-la em um tempo e lógica próprios, o que é absolutamente problemático porque ignora que a vida não existe de modo tão sistemático. Ainda assim, esta possibilidade aberta pela abordagem não significa que esse seja o *modus operandi* de pesquisas assentadas nesta abordagem.

Esta pesquisa não tem pretensão alguma de ocultar a maneira como minha subjetividade está entrelaçada à temática, muito menos o alcance que as narrativas têm e os limites que as mesmas assumem. Portanto, como já dito por Kofes (2001) e Levi (2005), não podemos esquecer que a pesquisa é o resultado de nossas análises e escrita sobre determinada questão e, assim, busco estar atenta a não cometer a inclinação por construir uma narrativa cronologicamente lógica e sem contradições. Aqui, minhas interlocutoras são indispensáveis no processo de construção deste saber, mas faz parte do meu trabalho analisar, reconhecer e transcender suas narrativas. É preciso aprender a ouvir também o não dito. As narrativas não se tratam de uma ilusão, elas são o que as interlocutoras elaboram acerca de suas vidas, experiências, suas emoções e suas histórias através de palavras. Cabe a mim ver além do dito.

Por isso, as próximas páginas serão uma espécie de abertura ao segundo capítulo, onde conto através de minibiografias um pouco das mulheres que me ajudam a construir essa narrativa a respeito da maternidade partindo de uma interpretação que pretende considerar os aspectos interseccionais envolvidos na experiência da maternidade.

## 2.3 BREVES HISTÓRIAS <sup>4</sup>

Este espaço objetiva apresentar uma parte da história de minhas interlocutoras, dando um indicativo de seus perfis e de como elas se descrevem enquanto mães. Solicitei que elas escrevessem minibiografias sobre si, onde privilegiassem informações como nome, idade, orientação sexual, nível educacional, estado civil, e como elas se veem como mães, como elas mesmas se descreveriam. As descrições abaixo foram escritas por elas e enviadas a mim.

*Me chamo Lúcia, tenho 44 anos de idade. Sou natural de São Miguel do Oeste – SC, mas vivo em Maringá há muitos anos. Tenho ensino superior completo e sou professora e faço parte da direção de um sindicato aqui na minha região. Sou uma mulher negra e mãe de uma menina de 12 anos, ou seja, tive minha filha aos 32 anos de idade. (Lúcia)*

*Meu nome é Sílvia, tenho 34 anos e me tornei mãe a primeira vez aos 19 anos, minha segunda gravidez se deu aos 22 anos. Tenho dois filhos, um menino e uma menina. Sou solteira na prática, mas ainda casada no papel com o pai dos meus dois filhos. Estou no quarto ano de Biologia e trabalhando como auxiliar de escritório no momento, minha orientação sexual é heterossexual. Bom... o tipo de mãe que me vejo é aquela que não abandona os filhos por nada, vou pra onde for mas eles sempre comigo, sou uma mãe que gosta das coisas do meu jeito, falo muito e tudo o que eu espero que eles sejam eu cobro! Sou uma mãe que amo incondicionalmente, mas com a falta de tempo me vejo às vezes sem conseguir expressar todo esse amor. Sou uma mãe meio brava não admito certos comportamentos e saio da caixa às vezes. Acho que é isso! (risos). (Sílvia)*

*Meu nome é Ana Paula, tenho 29 anos, me tornei mãe aos 20 anos. Sou solteira, bissexual e moro com a minha companheira a 3 anos. Sou acadêmica do curso de Artes Cênicas da Universidade Estadual de Maringá - UEM, e de forma independente, sou artesã e performer, já fiz tudo um pouquinho, desde vender coxinha e bombom na rua até comercial de tv. (Risos) Cheguei em Maringá porque meu pai já morava na cidade. Me separei do pai da minha filha e não tinha condições financeiras, nem psicológicas para morar sozinha com a minha filha. Fiz o vestibular da UEM em 2013 e passei, já deveria ter me formado, mas ainda estou aqui. Sobre minha maternidade não sei o que pensar. Ando muito sem tempo porque estou fazendo muitos freelancer em bar e ela recebeu dois bilhetes rosas (bilhete da bagunça) seguidos na escola. Vou precisar de mais tempo para fazer uma análise justa e menos emocional da minha conduta materna. Hoje eu falei para ela que eu não sabia o que fazer com o caso dos bilhetes porque eu não tinha sido mãe antes. Olha o meu nível. Mas eu realmente não sei o que fazer. (Ana Paula)*

---

<sup>4</sup> Todos os nomes usados aqui são fictícios, optei por mantê-los assim por ser uma possibilidade ética no processo de escrita do texto, uma das possibilidades, não a única. Ver, Fonseca (1999). Essas minibiografias foram enviadas por elas.

*Meu nome é Rita, eu estou com 56 anos e me tornei mãe aos 32 quase 33 e meu estado civil é casada. Sou natural de Santos, me formei em jornalismo e sou pós-graduada em Língua Portuguesa, faço mestrado não regular em Língua Portuguesa. Minha orientação sexual é feminino, me considero mulher, tudo normal. Meu filho vai fazer 25 anos e como me vejo como mãe? Me vejo como uma mãe super protetora, daquelas que fica ligando pro filho pra saber se tá bem, saio do serviço “onde você tá filho?”, “o que você quer que leve?” Eu faço isso com meu filho direto, hora do almoço... aquela mãe bem corujona mesmo, que vibra com o filho, acompanha tcc do filho, acompanha as competições do filho, acompanha cada vitória e cada derrota, tô sempre junto, daquelas mães bem presentes mesmo. Me vejo como aquelas mães que chega sufocar às vezes, mas sou a mãe que sei a hora que o filho sai da escola, hora que entra, o que tá fazendo, o que não tá fazendo, sabe? Sou daquelas mães que procura saber o que tá fazendo, dentro da mochila procuro coisas, dou conselho, tiro, dou castigo. Sempre fui uma mãe desse tipo assim, tá, me vejo como uma mãe super protetora e às vezes é bem ruim, mas é mais ou menos isso. (Rita)*

*Me chamo Noemi tenho 58 anos, e sou mãe de três (duas mulheres e um homem), sou funcionária pública, fui mãe a primeira vez aos 27 anos. Sempre quis ter filhos, logo que casei essa era a coisa que mais queria, me senti plena quando peguei o resultado da gravidez, acho que sou uma mãe satisfeita. (Noemi)*

*Meu nome é Márcia, tenho 42 anos sou advogada, sou servidora pública, estudante de Ciências Sociais e sommelier de cerveja. Tive meu primeiro e único filho aos 19 anos. Trabalho na defensoria pública do Paraná. Me considero uma mãe consciente da minha função, mesmo não tendo desejado ser mãe, acredito que sou uma boa mãe. (Márcia)*

Esta secção de breves histórias buscou trazer minibiografias das interlocutoras desse trabalho a fim de apontar para o que faremos nos próximos capítulos, que consistirá em discutir e analisar alguns pontos das narrativas colhidas por mim ao longo da pesquisa, buscando compreender quais elementos aparecem de maneira contundente nas narrativas de minhas interlocutoras. Tendo em vista que parto do pressuposto da possibilidade de diferença na experiência de maternidade de mulheres negras, pensar a diferença como o marcador que faz com que a experiência materna seja particular para elas, a princípio, parece ser uma chave muito rica e importante no debate antropológico e, portanto, será aprofundado nos próximos capítulo, junto às narrativas.

### **3 APRENDENDO A LEVAR MINHAS INTERLOCUTORAS A SÉRIO**



A escolha de trabalhar com narrativas já foi justificada anteriormente, no primeiro capítulo sobre as opções metodológicas adotadas aqui. Mas gostaria ainda de salientar, na abertura desse capítulo, que as narrativas fazem parte de uma maneira de pesquisar que considero potente e especialmente bonita. Vejo beleza nessa maneira de pensar o movimento da vida porque as narrativas possibilitam que escutemos com mais atenção e escutar tem um tanto de beleza, esse movimento diz respeito a levar os outros a sério, como nos lembra Ingold (2019) em um de seus últimos textos.

A Antropologia durante muito tempo, de acordo com Ingold (2019), buscou reivindicações de poderes superiores, tentou, e por vezes ainda tenta, se encaixar como uma disciplina que tem o poder de descrever contextos ou mesmo justificá-los. É justamente por isso que o autor nos chama atenção para o que ele designa de “levar os outros a sério”. Fazer uma antropologia que leve os outros a sério significa não buscar encaixar comportamentos a categorias, interpretar ou buscar meios de explicar agrupamentos sociais, mas trata-se de compartilhar as experiências daquele grupo, aprender com eles, estar em suas presenças e aplicar o que conseguimos captar ao processo de pensar como é a vida, como poderia ser, quais são as possibilidades de vir a ser. (INGOLD, 2019)

Ao pensar sobre a experiência de maternidade de minhas interlocutoras, busco levar a sério o que elas têm a dizer, apreender não só sobre a vida que as fez mães, mas o que elas têm a dizer como pessoas, mulheres, negras, como lidam com o sofrer, com os amores, o que pensam sobre um futuro, etc. Como pesquisadora, creio que tenho muito a apreender com minhas interlocutoras, levá-las a sério é saber que a pesquisa não pode ser feita sobre elas, mas com elas e nunca perder de vista essa premissa.

Pretendo, dessa forma, aprender com as narrativas que minhas interlocutoras produzem de suas experiências, atenta a não reproduzir, no processo de construção desse trabalho, uma posição que me permite ser levada a um mundo das “outras”, encarado muitas vezes pelas/as antropólogas/os como uma suspensão da realidade na qual precisam mergulhar, muito ao contrário, é justamente esse tipo de comportamento que engessa o potencial antropológico, visto que essa maneira de se comportar diante das experiências dos outros é não levá-las a sério, mas olhar a partir de um lugar encenado, na tentativa de encerrar o caso e, definitivamente, não é isso que busco fazer aqui. Busco não encenar essa relação “eu” versus o “outro”, porque compactuo das elaborações de Abu Lughod (2012) sobre o quanto essa cisão parte de uma hierarquia e, especialmente, como as semelhanças e diferenças estão sempre situadas e dadas por nossas posicionalidades dentro das relações.

Assim como Ingold (2019) ressalta a importância de se deixar afetar pelo que os outros têm a ensinar, Collins (2019) em seu prefácio à primeira edição de “Pensamento Feminista Negro” de 1990, também aponta para a necessidade e importância das mulheres negras falarem por si mesmas, o que significa, segundo ela, que o trabalho do pesquisador é ser “uma voz em um diálogo entre pessoas que foram silenciadas”, ou seja, ser *uma* voz, não *a* voz.

É isso que busco fazer neste capítulo, dialogar com as experiências de maternidade de mulheres negras sem me posicionar como a voz dessas mulheres, na medida em que posso ser apenas a minha voz. Assim, pretendo apenas ser uma voz com elas, aprender com suas histórias, pensar com elas, estar atenta a considerar o que me dizem ainda que o que digam contradiga os recursos de minha sensibilidade. Porque creio em um saber antropológico para tatear o mundo, ou os diversos mundos, e não para encontrar respostas, sendo assim, procuro escutar e levar a sério o que essas mulheres têm a dizer sobre maternidade.

### 3.1 A MATERNIDADE DE MULHERES NEGRAS EM CONTEXTO

A maternidade é uma questão que a cada dia tem ganhado mais espaço nas discussões acadêmicas. Todavia, como já apontado em outros momentos neste trabalho, a maternidade tem sido comumente discutida partindo de perspectivas bastante universalistas, deixando de incluir no debate dessa experiência os múltiplos marcadores sociais, como o marcador racial, por exemplo.

É impossível pensar a maternidade negra sem levar em consideração dois elementos essenciais quando refletimos sobre essa questão. O primeiro deles é o impacto da escravidão na subjetividade negra (de mães negras) e, no pós-escravidão, especialmente na década de 1970 nos Estados Unidos e por volta de 1980 aqui no Brasil, as difundidas campanhas pelo direito ao controle de natalidade, pelo direito ao aborto e pela maternidade voluntária.

hooks (2000) nos apresenta uma perspectiva muito interessante porque sinaliza sobre o modo como a escravidão impactou não só a dimensão objetiva na vida da população negra, mas também a subjetiva. Ao escrever “Vivendo de amor”, hooks (2000) nos leva a dimensões muito pouco pensadas quando se trata das discussões que envolvem o racismo e suas consequências, o amor, ou melhor, a falta dele na vida de pessoas negras. A autora diz em diversos trechos de seu texto que a supressão da dimensão emocional fez parte das estratégias de sobrevivência das pessoas negras. Segundo ela, faz sentido que tenha sido assim, tendo em vista que demonstrar afeto em condições de absoluta crueldade poderia potencializar o

sofrimento daqueles que sabiam que iriam se separar. A autora faz um questionamento muito pertinente, ela diz: “Num contexto onde os negros nunca podiam prever quanto tempo estariam juntos, que forma o amor tomaria?” (hooks, 2000, p. 3).

Quando penso a maternidade de mulheres negras, lembro sempre dessa indagação, afinal, que forma tomou o amor das mães negras por seus/suas filhos/as pós escravidão? No mesmo texto, hooks (2000) comunica que as crianças negras eram ensinadas a não chorar desde pequenas, as mães construíram com seus/suas filhos/as relações contornadas pela objetividade exigida nesse contexto. Relações muito ligadas à praticidade e objetividade diárias e menos a dimensões emocionais, são traços marcantes. Nesse sentido, o contexto vivido pelas mulheres negras durante a escravidão é um dos elementos que considero imprescindível para a discussão a respeito da maternidade dessas mulheres.

O outro contexto bastante significativo versa sobre as ideias de controle de natalidade que tiveram, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, uma repercussão bastante grande. A luta por direitos reprodutivos surgida nos Estados Unidos, organizada e difundida pelo movimento feminista, por volta da década de 1970, trazia ideias de desvincular as mulheres da concepção de maternidade por obrigação, defendendo o direito de poderem optar por serem mães, nesse mesmo sentido, defendiam o aborto seguro e legal. De acordo com Davis (2016), essas pautas foram extremamente necessárias na luta das mulheres, mas o movimento feminista, que se delineava majoritariamente branco, cometeu um erro grave ao não fazer recortes de raça e classe para pensar essas questões.

Com isso, o movimento feminista passa a considerar as ideias em torno do controle de natalidade um benefício do Estado em favor das mulheres. Bom, o que acontece é que mulheres negras, indígenas, pobres, entre outras, passam a ter seus corpos violados pelo Estado e essa violência foi muitas vezes incentivada por mulheres brancas, que, por sua vez, consideravam que o melhor, tanto para as mulheres pobres quanto para sociedade em geral, era que essas instituições decidissem por essas mulheres, determinando que elas não tivessem filhos/as.

O movimento que se propôs pensar direitos reprodutivos, liberdade sexual, autonomia, etc., ignorou completamente as questões de raça e classe, apoiando e incentivando práticas de esterilizações racistas. A maneira como o movimento feminista hegemônico ignorou, ao longo do tempo, as questões colocadas pelas mulheres negras, parte de uma operação que veio (e ainda vem) naturalizando a categoria mulher.

De acordo com Haraway (2000) o movimento feminista hegemônico (especificamente marxista e radical) falhou ao operar com a ideia de uma mulher natural que automaticamente

estaria unida a todas as outras em suas diversidades. Ao contrário, para Haraway (2000, p. 47), “não existe nada no fato de ser mulher que una de maneira natural as mulheres”. Ao utilizar a metáfora do ciborgue, a autora nos chama a romper com as concepções de naturalidade e especialmente de dualidade, para ela é urgente que se substituam as conexões feitas por identidade pelas diferenças, para que as possibilidades de afinidade se desloquem de perspectivas naturalistas, em qualquer que seja o campo.

Para Haraway (2000), não somos uma, nunca seremos e nem devemos desejar sê-lo. Ao invés disso, é preciso ser ciborgue, a criatura que se permite romper fronteiras, buscando construir outras possibilidades, que, segundo a autora, no que tange o feminismo, passa especialmente por romper com homogeneizações e considerar as diferenças. Portanto, quando falamos de maternidade para mulheres negras, é preciso considerar a maneira como os direitos reprodutivos foram vistos e construídos ao longo do tempo, especialmente porque os mesmos foram negligenciados por perspectivas bastante reducionistas, como nos lembra Davis (2016).

Assim como nos Estados Unidos, as questões das mulheres negras e tantas outras especificidades também foram negligenciados nos movimentos feministas hegemônicos no Brasil. Por aqui, de acordo com Góes, Moore e Figueiredo (2014), a esterilização também tinha como objetivo diminuir o contingente de negros. Tendo em vista o racismo estrutural brasileiro, a esterilização compulsória de mulheres negras andava de mãos dadas com as teorias eugênicas, visando a construção de um país cada vez menos negro. Na década de 1990, o movimento de mulheres negras e o movimento negro passam a pautar mais ativamente as discussões relacionadas à saúde reprodutiva das mulheres negras e a apontar para o caráter racista do controle compulsório da fecundidade dessas mulheres. (GOES; MOORE; FIGUEIREDO, 2014)

Sendo assim, quando pensamos as questões que envolvem as mulheres negras nos quesitos de saúde reprodutiva e maternidade, é possível notar que, de modo geral, fomos vistas como prejuízo e problema social. As discussões sobre maternidade, ainda que impulsionadas pelo movimento feminista, nos relegou espaços de bastante invisibilidade e mal-estar. Afinal, as mulheres negras são/foram vistas como um problema e, conseqüentemente, seus/suas filhos/as também. A partir desse contexto que considerou, por muito tempo, a fecundidade da mulher negra um problema, entender as imagens de controle sobre a maternidade das mulheres negras parece-me emblemático para compreensão de articulações de múltiplas opressões como as desigualdades de raça, gênero e classe, como discorre Collins (2019).

Diante disso proponho-me, nesta seção, traçar um breve panorama a respeito da maternidade negra, a partir de discussões conduzidas por Collins (2019). Para a autora, a maternidade é um conceito central nas filosofias afrodescendentes, mas a importância dada à maternidade não impediu que fossem criadas imagens de controle em relação às mulheres negras e suas maternidades, muito pelo contrário, a autora enfatiza que existe uma série de estereótipos em relação às mães negras, que ela designa como imagens de controle. Segundo esta intelectual, existem quatro principais imagens de controle em relação à maternidade das mulheres negras: a *mammy*; a matriarca; a mãe dependente do Estado; e a Jezebel. Cada uma dessas imagens procura engessar as mulheres negras mães a estereótipos e todos eles servem para perpetuar injustiças sociais, mantendo as desigualdades vistas como inevitáveis e naturais na vida das mulheres negras.

A imagem da *mammy* está vinculada a uma ideia de mulher serviçal e fiel, ela existe basicamente como justificativa para exploração econômica das escravas domésticas, uma vez que essa imagem vincula essa mulher a uma total abnegação de sua vida em prol da vida de outros. É aquela mulher que não tem vida própria, vive em função do cuidado e zelo da vida de outros. Contemporaneamente, a *mammy* se transforma na mulher negra que permanece sem uma vida própria para além do trabalho a que se dedica cem por cento do tempo.

Outra imagem de controle muito difundida a respeito das mulheres negras, de acordo com Collins (2019), é a da matriarca cujo estereótipo configura-se sobre a ideia de uma mulher negra que foge às suas “obrigações femininas”. É basicamente vinculado às mulheres que trabalham fora e não conseguem se dedicar exclusivamente ao cuidado dos filhos, são consideradas pouco femininas, castradoras de seus maridos e muito assertivas. Desse modo, essas mulheres são sucessivamente culpadas pelo fracasso de seus/suas filhas, ignorando completamente os contextos de injustiça social no qual essas mulheres se encontram inseridas.

A mãe dependente do Estado é uma clássica imagem de controle nos Estados Unidos, mas não é muito diferente do que acontece no Brasil, com os estereótipos em torno das mulheres pobres e, conseqüentemente, negras. Esse estereótipo foi desenvolvido para mulheres negras e da classe trabalhadora que fazem uso de políticas sociais, com uma narrativa que está atrelada à tentativa racista de construir uma imagem que coloca a fecundidade das mulheres negras como desnecessária, visto que só serviria para causar prejuízo ao Estado, utilizando de seus benefícios sociais. No Brasil, essa ideia é muito recorrente, com diversos programas de televisão retratando essas mulheres como golpistas do

Estado, como se engravidassem apenas para utilizar de benefícios, por exemplo, o bolsa-família<sup>5</sup>.

Por fim, outra imagem de controle muito presente na vida das mulheres negras é a Jezebel, com a ideia vinculada à sexualidade dessas mulheres, no caso aqui, ideias de uma sexualidade desviante, anormal e promíscua que compõem a figura da Jezebel. É construída como uma mulher que tem um apetite sexual inadequado, que não se comporta sexualmente dentro da norma e que transitaria fora da construção da heterossexualidade.

As imagens discutidas aqui são cotidianamente relacionadas às mulheres negras e representam a multiplicidade das opressões que cruzam nossas vidas, bem como a maneira como essas opressões ganham justificativas através de práticas sociais cotidianas, como explicita Collins (2019). Por isso, considero necessária a discussão desde o impacto da escravidão na vida das pessoas negras, o controle de natalidade, e seu viés marcadamente racista, até as imagens de controle construídas ao longo do tempo, pois todos esses elementos vão possibilitar entendimentos mais profundos da maneira como minhas interlocutoras estão imersas na experiência de suas maternidades. Portanto, essa discussão será retomada em determinados momentos da minha análise.

## 3.2 RITA

Início essa seção com a narrativa de Rita. Uma mulher de 56 anos, heterossexual, jornalista e professora. É casada e tem um filho de 25 anos e, segundo ela, nunca desejou ser mãe. Engravidou tomando pílula aos 32 anos e teve seu primeiro e único filho aos 33. É natural de Santos, no Estado de São Paulo, mas mora em Maringá há quase trinta anos.

### 3.2.1 Maternidade e socialização pela sobrevivência

Nossa conversa aconteceu no apartamento de Rita, durante nossos primeiros contatos, ela se mostrou muito interessada em participar da pesquisa. Alguns dias antes do encontro, a interlocutora me enviou uma mensagem dizendo que iria preparar um café da tarde para nós.

Toda nossa conversa durou cerca de uma hora e meia e, em meio a conversa, Rita fez questão que tomássemos um café, nesse momento ela contou sobre a viagem que o filho

---

<sup>5</sup> É um programa de transferência de renda do Governo Federal, sob condicionalidades, instituído no Governo Lula pela Medida Provisória 132. Para mais, ver: LEÃO REGO, Walquíria; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: 2013, Editora UNESP.

estava fazendo para fora do país. A conversa fluiu muito bem e, em relação a todos meus questionamentos, Rita se mostrou interessada ao responder, não me parecendo desconfortável em nenhum momento durante a entrevista. Ao contrário, falou sobre cada um dos assuntos questionados com riqueza de detalhes.

A escolha de alguns trechos de minha conversa com Rita, se fez a partir de percepções que me pareceram mais contundentes para a interlocutora. Questões que pareceram mover mais sua energia ao falar sobre maternidade, como por exemplo, as questões que envolvem a sobrevivência, a tentativa de blindar o filho do racismo, bem como a ideia de mulher negra e forte. Todas essas questões tratam de pontos importantes para pensar como a diversidade de visões a respeito de determinadas experiências, está intrinsecamente ligada à posição que determinadas mulheres ocupam na dinâmica social, no caso de Rita, sua experiência é contornada por sua posição social.

Sendo assim, umas das suas primeiras falas que me chamou a atenção é o fato dela dizer que embora não desejasse ter filhos, “*foi a melhor coisa que aconteceu*”. Segundo Rita, do ponto de vista emocional, a descoberta da gravidez e sua aceitação foi um processo bastante tranquilo. Embora não houvesse o desejo de ser mãe, a descoberta não a abalou emocionalmente, mas o que a preocupou extremamente foram as questões financeiras, em suas palavras:

*Eu estava assustada com a questão financeira mesmo, falei “e agora?”, aí fui pagar hospital, médico, deixei tudo pago... fui acompanhando as coisas assim, minha preocupação era essa mesmo. Quando penso na minha preocupação financeira, lembro muito da situação dos meus pais, acho que tem a ver, a situação financeira da minha família era muito difícil. (Rita)*

A experiência da maternidade não se mostrou tão assustadora para Rita, mesmo ela nunca tendo planejado passar por isso, mas as preocupações com as necessidades financeiras que um filho traria foi uma de suas primeiras inquietações com a maternidade. Entre as muitas questões que envolvem essa experiência, Rita deixa bem claro a importância que os aspectos financeiros relacionados têm para ela, quando se trata de sua maternidade. Após ouvir suas percepções a respeito do início de sua gravidez e dessa experiência, questionei sobre a maternidade ser um *espaço de poder* para as mulheres negras. A respeito disso, ela disse que não considera, que vê na maternidade uma experiência que não é valorizada. Sobre isso a interlocutora relata:

*Não, nenhum poder. Mãe não tem reconhecimento em nada, eu só fui dar valor à minha mãe depois que fui mãe, tá. Eu também só queria sair, festar,*

*viajar... eu não valorizava as coisas que ela fazia por mim, eu sentia que era obrigação. E na verdade, eu sinto que é mais ou menos isso, a mãe tem obrigação de fazer aquilo pelo filho, a partir do momento que seguiu a gravidez adiante, eu tenho obrigação de botar comida na mesa, lavar, passar, cozinhar, acho que está mais pra **submissão** do que pra poder, e não acho que tem reconhecimento não. Acho que o que fiz eu deveria ter feito e acabou, não espero reconhecimento nenhum, tenho orgulho dele, das coisas que ele faz, do menino que ele é. Me sinto orgulhosa de ter lutado, ter dois, três empregos, de ter lavado, cozinhado, ter colocado ele em boas escolas, cursos de inglês, a faculdade... o que ele quis pudemos proporcionar, então o que eu pude fazer eu fiz, de levar, buscar, pegar, pagar, comprar. (Rita)*

Enquanto ouvia Rita falar sobre sua percepção de maternidade, e a leitura que a mesma faz de sua experiência de maternidade, não consegui deixar de lembrar do famoso texto de bell hooks (2000) “*Vivendo de Amor*”. Este é um texto que gosto muito e que lança luz a uma série de conflitos, comportamentos e maneiras de pessoas negras estarem no mundo, o que não significa que esclareça tudo a respeito dessa questão, mas traz um olhar sensível e interessante para pensar as discussões sobre questões raciais e subjetividades.

Ao observar o sentido prático e objetivo que Rita associa a sua maternidade, os apontamentos de hooks (2000), a respeito dos resultados da escravidão na subjetividade negra, começam a fazer conexão com sua fala. Segundo hooks (2000, p. 3), “a escravidão criou no povo negro uma noção de intimidade ligada ao sentido prático de sua realidade. Um escravo que não fosse capaz de reprimir ou conter suas emoções, talvez não conseguisse sobreviver”. Ao apontar para a maneira como a escravidão cria noções específicas de subjetividade para as pessoas negras, a autora expõe como essa experiência (escravidão) pode forjar as noções de comportamento cotidianos dessas pessoas.

Rita se refere ao fato de fazer tudo o que podia, sempre em uma perspectiva material, o que não significa que não exista a dimensão emocional, mas talvez indique que suas construções de afeto e maternidade possam estar calcadas em outras dimensões. Quando diz, “*me sinto orgulhosa de ter lutado, ter dois, três empregos, de ter lavado, cozinhado, ter colocado ele em boas escolas, cursos de inglês, a faculdade... o que ele quis pudemos proporcionar, então o que eu pude fazer eu fiz, de levar, buscar, pegar, pagar, comprar*”, fica claro como a dimensão de intimidade e troca emocional está, em suas perspectivas, muito atrelada à dimensão prática da vida, o que, de acordo com hooks (2000), faz todo sentido, visto que os processos de desumanização proporcionados pelo racismo e pelo sistema escravocrata colocavam as pessoas negras em um constante estado de suspensão de seus sentimentos, desejos e vontades, fazendo com que aspectos subjetivos se destacassem menos que os aspectos práticos da vida.



A prática de se reprimir os sentimentos como estratégia de sobrevivência continuou a ser um aspecto da vida dos negros, mesmo depois da escravidão. Como o racismo e a supremacia dos brancos não foram eliminados com a abolição da escravatura, os negros tiveram que manter certas barreiras emocionais. E, de uma maneira geral, muitos negros passaram a acreditar que a capacidade de se conter emoções era uma característica positiva. (hooks, 2000, p. 3)

Os primeiros apontamentos de Rita sobre sua perspectiva da experiência como mãe indicam uma percepção da maternidade muito atrelada aos aspectos práticos dessa experiência. As falas de Rita fazem questão de ressaltar como a mesma sempre se dedicou totalmente aos cuidados básicos com o filho.

Apesar dos apontamentos feitos por hooks (2000) a respeito do modo como a subjetividade negra veio sendo forjada ao longo do tempo e, especialmente, como houve, de acordo com ela, um certo “embrutecimento” da dimensão emocional para pessoas negras, a perspectiva de Rita a respeito de si mesma como mãe aponta para a possibilidade de construir outras subjetividades, outros modos de demonstrar afetos. A todo o momento em sua fala, Rita conecta seus cuidados com o filho a seu afeto como mãe, seu cuidado está relacionado ao fato de ser sua mãe. Em dois momentos, ela diz sentir orgulho tanto do que ela fez em prol do filho, quanto do que ele é hoje em dia e orgulho é um sentimento que caminha junto aos afetos.

Creio que o que hooks (2000) denomina de “suspensão” pode ser compreendido por outras chaves ao analisarmos os discursos de Rita, tendo em vista que ela nos indica outras possibilidades de constituição da maternidade, ou seja, Rita, ao relacionar sua maternidade aos aspectos práticos e materiais da vida, mostra-nos também as diferentes facetas que o afeto pode tomar, ou melhor, o quanto o afeto pode ser multifacetado.

Pontuar este aspecto no compartilhamento das experiências de Rita, não significa considerá-la universal, em absoluto. Ao pensar as experiências narradas por ela, neste caso, tomo alguns pontos como centrais em sua fala, o que não significa que sejam percepções universais, assim como também não é o caso, ao pensarmos o texto de hooks (2000). Trata-se apenas de perceber a dinâmica autônoma de minhas interlocutoras e as infinitas possibilidades de compreensão e ação de uma experiência como essa.

### **3.2.2 Mãezona – perfil interno de si**

Outro ponto muito pertinente nas observações de Rita acerca de sua maternidade diz respeito ao modo como ela se vê internamente em relação à maternidade. Após suas considerações em relação ao seu papel no dia a dia, busquei questioná-la ainda mais em relação a essa experiência e, especialmente se existem aspectos de si mesma que ela acreditava terem mudado, ou não, depois de ser mãe. Neste momento, Rita fica alguns minutos em silêncio e, então, responde o seguinte:

*Hm, bom... Eu vou comer... fui no mercado sábado e pensei “será que M. vai gostar disso?”, fiquei mais medrosa, a primeira coisa é pensar nele. Vou comprar uma roupa, primeiro pra ele, tênis, primeiro pra ele...ele inclusive fala “mãe, compra as coisas pra você, esquece de mim” ele fala... mas depois que você tem filho, primeiro lugar é o filho, aí você fica em segundo, terceiro, quarto plano.*

*Mas fiquei medrosa, tenho medo de trânsito, eu tinha medo de bater o carro e eu me machucar e com quem eu ia deixar ele? Eu tenho medo de tomar remédio...*

**Pesquisadora:** *Você sente isso ainda hoje em dia?*

*Risos - Não, hoje em dia mesmo, tava falando com ele agorinha... a gente conversa o dia inteirinho, de manhã, de tarde, de noite, de madrugada. Esses dias ele foi assaltado, ele me ligou, eu ouvi antes do telefone tocar... e tava no silencioso, assim, se ele sai eu não durmo, então sou mais medrosa hoje, mais precavida.*

*Às vezes eu fico esperando ele chegar, durmo, dou umas cochiladas, mas eu escuto tudo, aqui é perto da Colombo, então, às vezes, tem umas freadas de carro, eu dou cada pulo na cama.*

*Eu fui repórter policial também né, eu acompanhava muitos acidentes e tals, por exemplo, ele não tem carteira de moto, achamos melhor não... no ensino médio, eu levava e buscava todos os dias, aquele homão e eu ia – Risos.*

*Hoje em dia, de madrugada quando ele fala que vai beber, dá 4h eu vou buscar, até pouco tempo, com namorada e tudo, vou buscar, vou levar... eu sou muito assim, meu marido não, meu marido deita e dorme tranquilão. Ele fala “deixa o menino, já é homem”, eu falo “não”.*

*Tá comendo bem? Comida... eu compro beterraba, cenoura, eu não como, às vezes, mas aí eu faço a comida dele. A vitamina dele, sempre lembro de que tem que tomar. Pergunto se está com dinheiro, deixo o cartão com ele, por que pode acontecer alguma coisa!*

*Pra você ter uma ideia, eu estava com os pneus do carro até pouco tempo todos carecas, ele começou ir pra Paiçandu, essa região aqui... bagunça dele. Aí eu falei “não”, troquei todos os pneus do carro, porque eu falei “não pode andar por ai com pneu careca”, isso é coisa que eu não me preocupo se é comigo. Então, acho que fiquei mais medrosa nesse sentido...*

*Eu sempre fui uma pessoa agitada, eu jogava basquete, eu viajava, saía, fazia bagunça... eu sempre fui uma pessoa assim, bem bagunceira, faladeira, mas com ele não... hoje eu sou assim, mais atenciosa. Você fica em quarto plano. Me sinto mais medrosa em relação a tudo, a trânsito, por exemplo.*

*Eu vejo com meus alunos, eles me chamam de **mãezona**, acho que a maternidade me fez mais **atenciosa**. Eu vejo meus alunos, que estão adolescentes, eles me chamam de **mãezona**, trago aqui pra casa, faço fazerem as tarefas, brigo. Eles falam “a Rita é **mãezona**, briga, briga tudo”... Eles sabem quando estou brava, mas me abraçam, me beijam. Meus*

*alunos são assim, como se fossem meus filhos, eu cobro muito, mas dou muito, dou atenção, ajudo, bom, acho que despertei meu lado mãezona. Eu tenho apelido de mãezona. Depois do M. que surgiu isso, antes eu não tinha esse perfil não. (Rita)*

Ao se definir como “mãezona”, Rita, inicialmente, me remete às reflexões de Collins (2019) a respeito das imagens de controle, especialmente a da *mammy*. Segundo a autora, trata-se de uma das imagens de controle resultantes dos processos de escravidão e coloca as mulheres negras em comportamentos servis e obedientes. No caso da *mammy*, os comportamentos esperados passam por cuidar, amar e alimentar filhos/as dos/as brancos/as.

Mas, ao contrário do que sugere a palavra que remete à imagem de controle postulada por Collins (2019), Rita é uma mulher que transcende essa imagem. Ela é sim uma mulher bastante preocupada com o bem-estar do filho, de sua família, dos que a cercam, mas seu comportamento não está atrelado ao outro, necessariamente. Faz parte do que ela é e construiu, seu trabalho, seu filho, sua família. Rita parte de uma percepção de maternidade muito ligada ao cuidado. Em todos os momentos de sua fala, ela cita o fato de ter se tornado mais medrosa com a maternidade, mas em todos os exemplos dados ela retrata o quanto é uma mãe cuidadosa. O cuidado aqui não é vivenciado, na fala e experiência de Rita, como aquele ligado à imagem de controle, mas sim se apresenta em uma dimensão essencial de sua própria experiência e singularidade como mãe.

Outro ponto que me chamou atenção na fala de Rita foi sua breve citação a respeito do modo como seu marido encara seu cuidado e atenção em relação ao bem-estar do filho. De acordo com ela, o marido diz que ela não deve se preocupar tanto, para conseguir dormir tranquilamente com o filho fora de casa. Essa observação feita por minha interlocutora evidencia a maneira como homens e mulheres tem construções de gênero, a respeito do cuidado e zelo, de modos muito opostos. Não é novidade que homens não são socializados para desenvolverem essa habilidade, ao conseguir se ver tranquilo em relação aos cuidados do filho (ainda que adulto), o marido de Rita parece indicar o quanto a dimensão de cuidados familiares está completamente vinculada aos papéis de gênero e, no caso de sua família, assim como na de muitas outras, essa é uma questão relegada a ela enquanto mulher, enquanto mãe.

### **3.2.3 A criação de filhos/as negros/as**

Tendo em vista o vínculo traçado por Rita entre sua maternidade e os cuidados, passei a questioná-la especificamente a respeito da criação de seu filho. O raciocínio de Rita sobre

essa questão foi bastante longo e aponta para reflexões muito importantes em relação a sua maternidade e às questões raciais na criação de seu filho. A interlocutora destaca aspectos muito pertinentes para pensar a maternidade atravessada pela raça. Quando questionada sobre sua visão a respeito dessas intersecções, Rita faz uma longa e instigante explanação de seu olhar sobre esse ponto, para ela:

*Um fato que eu nunca parei pra pensar, o M. sempre estudou em colégio particular, porque eu queria que ele tivesse uma educação melhor, não que as escolas públicas não sejam boas, mas eu optei por isso na época. Outra coisa é que eu sempre o coloquei em colégios católicos, pra que ele tivesse uma religião, eu não tenho uma religião, fui criada no catolicismo, mas estou mais pra ateia do que pra católica, mas queria que ele tivesse, na verdade tinha uma preocupação que ele fosse aceito na sociedade maringaense, muito católica. Fiquei entre duas escolas católicas da cidade, mas em uma delas fui muito mal recebida e na outra o contrário, então optei por colocar ele lá. Ele estudou lá e não deu problema nenhum, aparentemente... até que um dia um menino brigou com ele lá, e fez referência até a cor dele, daí eu fui na escola e briguei mesmo, virei uma leoa. O menino pediu desculpas, a mãe dele, etc; nunca mais teve problema, eu perguntava às vezes, mas nada. Teve mais problemas em relação à bagunça do que à cor. Uma coisa que quero destacar é que ele era chamado pra todas as festas de aniversário, tinha amigos assim em todos as séries, do futebol, do judô, do atletismo, do colégio, etc; às vezes M. tinha 3 a 4 aniversários por semana e depois eu me atentei para o que eu estava fazendo, a cada aniversário que ele ia eu comprava uma roupa nova, eu não queria que ele fosse discriminado. Ai talvez seja essa parte da coisa... ele foi em todas as festas, ele não ficou sem ir em nenhuma. O colégio R.M só tem rico, a gente era uns dos mais pobres que tinha lá, mas a gente trabalhava. Tanto é que eu pagava no começo do ano pro ano todo, várias vezes eu pagava a vista, e... dava tudo certo. Ele era bem tratado, afinal esse menino paga o ano todo. Eu já chegava e pagava à vista, por que queria que ele tivesse esse respeito, na minha cabeça e hoje eu vejo isso, tendo a parte financeira eu queria o respaldo que ele fosse bem aceito por conta disso. Foi um amigo meu que atentou pro detalhe das roupas, as roupas eram todas da Tigor, sabe aquela marca lá? Então, eu comprava uma roupa por festa, hoje ele abomina que eu faça isso, mas eu queria que ele usasse roupas e calçados de marca pra ele ser aceito por ser negro, eu falava assim “ele tano bem vestido, bem arrumado, com os presentes que ele levava”, eu fazia muito essa relação do financeiro com o tratamento. Sempre levei ele de carro, levava os amiguinhos, comprava bons presentes pros amiguinhos, pra que ele fosse visto, não era o neguinho que chegou todo remelento mal vestido na festa, entendeu? Era nesse sentido, eu tinha muito isso do que era o meu passado. Eu jogava no financeiro essa blindagem que eu queria fazer com ele, talvez até hoje, inconscientemente... ele não liga, ixi, anda todo mal vestido. Até meu marido, vixi, se você ver... anda todo arrumado assim. Quando ele vai viajar ele fala, “o visual, por a gente ser negr,o tem que estar bom, com unhas feitas, com jóias, etc. (Rita)*

Enquanto escuto as elaborações de Rita a respeito de suas tentativas de blindar o filho do preconceito, utilizando o aspecto financeiro, me lembrei de uma pergunta que abre um dos

livros de Fanon (2008, p. 26), afinal, “que quer o homem negro?”. Ao escutar as histórias de Rita, me perguntei: afinal, o que quer uma mãe preta? As tentativas de blindar o filho do preconceito e discriminação parece ser um dos motes de ação da maternidade de Rita. Segundo ela, sempre considerou, e ainda hoje considera em alguma medida, o acesso financeiro uma maneira de proteger o filho do racismo do mundo.

A maneira como Rita conduziu e conduz sua experiência materna está muito relacionada às observações feitas por Collins (2019) sobre a maneira como mães negras pensam a socialização pela sobrevivência de seus/suas filhos/as. A autora aponta para a importância que tem, para as mulheres negras, poder oferecer mais possibilidades aos/as filhos/as e, especialmente, o quanto essas mães “são ao mesmo tempo visionárias em relação às possibilidades, mas pragmáticas em relação aos caminhos para chegar até lá” (COLLINS, 2019, p. 307).

Rita é, sem dúvidas, uma dessas visionárias, ela racionalmente pensa estratégias de blindar o filho do racismo, trabalha para isso e se dedica à função de poupá-lo de discriminações. O fato de Rita ter construído, ao longo do tempo, estratégias que blindassem o seu filho não significa que elas sejam eficazes, mas mostra muito do que a maternidade pode significar para determinados grupos. As ações utilizadas por Rita para amenizar os efeitos do racismo sobre seu filho remetem às discussões difundidas por Goffman (1988) sobre estigma. Tendo em vista que a negritude é um estigma, Rita deixa claro, em suas declarações, a tentativa que faz para amenizar seus impactos sobre o filho, em uma sociedade racista.

Considerando que a cor da pele é um símbolo de natureza permanente, como nos diz Goffman (1988), Rita acredita que consegue amenizá-lo na medida em que adquirir comportamentos, vestimentas, posturas, etc., contrárias ao que socialmente se espera de pessoas que possuem o estigma da negritude. É muito notável o que ela nos diz a respeito dessa estratégia porque se trata de uma ação planejada, trazendo consigo as ideias de uma mãe pragmática em relação às suas ações.

Se posicionar como uma mãe que procura blindar seu filho das crueldades do racismo, não faz com que o racismo não o atinja. Ao contrário, Rita relata que a discriminação o alcançou em alguns momentos. Ainda assim, é bastante importante que pensemos como as mulheres negras vêm adotando estratégias de sobrevivência para elas e seus/suas filhos/as. Utilizar de recursos financeiros foi uma estratégia utilizada por Rita, na tentativa de subverter o que o estigma (cor) traz para a vida de seu filho, mas poderia ter sido qualquer outro.

Escolher utilizar de aspectos financeiros para tentar proteger o filho dos problemas que o racismo causa é uma estratégia bastante interessante, tendo em vista que vivemos em uma sociedade capitalista e altamente consumista, em que possuir determinadas coisas e transitar por determinados lugares põe os indivíduos em complexas relações. É claro que isso não transforma a vida de pessoas negras, estamos constantemente ouvindo negras/os famosas/os e ricas/os falando o quanto o dinheiro não salva dos problemas do racismo, mas admitindo que os coloca em outros lugares.

Canclini (2006) traz uma discussão, que particularmente gosto muito, a respeito do consumo e dos significados que sociedades como a nossa dão a determinadas coisas. Segundo ele, consumir é um dos modos de criar distinções entre grupos, portanto, manter seu filho com roupas de determinadas marcas, estudando em determinados colégios, frequentando alguns lugares, o distingue dos demais meninos negros, mesmo que por um tempo e ainda apenas em determinadas situações. Portanto, é compreensível que Rita considere essa via pertinente para evitar alguns tipos de problemáticas na vida do filho.

Ao utilizar o acesso a determinados tipos de consumo, Rita deseja distinguir o filho dos demais meninos negros. Este já não é qualquer menino negro, é o menino negro que dá bons presentes, anda bem arrumado, vai e volta de carro, estuda em determinada escola. Ainda que acessar estes elementos não elimine todos problemas raciais, o coloca em outras situações. Situações essas que são vivenciadas de formas diferentes por mães e meninos negros com outras condições financeiras e esse é um ponto importantíssimo no modo de criar um menino negro, vivenciado por minha interlocutora.

### **3.2.4 Família negra**

A maneira como Rita conduz sua maternidade nos dá muitos indicativos do que possam querer mães negras, assim como indica uma experiência da maternidade vivenciada com um marcador racial. Em todo seu discurso a respeito de sua maneira de lidar com o fato de ter um filho negro, a interlocutora recai sobre o direito de poder ter direitos. Ao contar sobre sua experiência de maternidade, Rita aponta para uma série de estratégias na condução da criação de seu filho, todas elas ligadas ao reconhecimento da humanidade de seu filho e, conseqüentemente, de sua própria humanidade.

Em algum momento de sua fala, Rita diz “*queria que ele tivesse respeito*”. A fala talvez esteja em consonância com a de muitas outras mães pretas, mulheres que desejam,

sobretudo, uma sociedade que não negue humanidade a nenhum dos seus. Ao ser questionada sobre ter uma família negra e o grau de importância que ela enxerga nisso, Rita diz:

*Acho importante sim, falo pra ele “olha filho, você tem que se sobressair, porque a gente é negro... eu por ser mulher negra tenho que ser melhor que a mulher branca, do que o homem negro e que do homem branco. Eu não posso dizer que fui discriminada por causa da cor, eu não consigo fazer essa associação... eu fui repórter de televisão em 1993, tive cargos de chefia, não sei o que foi, mas tô lá. Mas tive que ralar, tinha que provar todo dia, eu tinha que fazer, a primeira a chegar, a última a sair, engolir o choro, tinha que provar, tinha que fazer... tinha que estar pronto, tinha que pôr o jornal no ar meio dia. Talvez seja essa dureza da época da infância, que me fez ficar dura, mas ao mesmo tempo mãezona, eu queria blindar meu filho, não queria que ele passasse pelo que passei.* (Rita)

Ao falar da importância da família negra para ela e para a comunidade negra de maneira geral, Rita diz que a considera importante sim, mas parece traçar essa importância ao sentido prático de se ter uma família, colocando essa importância especialmente ligada à sua capacidade de orientação de seu filho, essa orientação está ligada ao fato de guiá-lo para que ele se sobressaia socialmente.

O discurso evocado por Rita abre precedentes para alguns pontos, um deles é a correlação que ela faz de sua maternidade como um guia, para que o filho não passe pelo que ela passou, uma espécie de superação de uma vida, de um passado. De acordo com Collins (2019), este modo de vivenciar a maternidade é muito comum na experiência das mulheres negras, tendo em vista que passa pelo desejo de que seus/suas filhos/as não passem por preconceitos e discriminações semelhantes ao que passaram.

Ao dizer que orienta o filho a ser melhor que todas as outras pessoas, no sentido de fazer mais por ser negro, Rita me lembra as elaborações feitas por Nogueira (1998) sobre a psique da população negra e sobre como acabamos sendo depositários do desejo de pais, também negros, que desejam romper o estigma do corpo negro, estigma esse que não se rompe, visto que nenhuma desses esforços nos livra de carregar a marca da cor seus significantes. Ainda assim, ao pensar por esse viés, Rita nos aponta para uma série de problemáticas que parecem envolver a criação de filhos/as negros/as em uma sociedade como a nossa.

Embora minha interlocutora cite a necessidade de sempre fazer mais que outras pessoas na sociedade, ela aparentemente não correlaciona essa “necessidade de fazer mais” à discriminação racial, afirmando que não consegue dizer que é por conta do racismo que isso acontece. Não conseguir fazer uma associação clara de suas desvantagens sociais advindas de

sua condição de mulher e negra, não significa dizer que ela não as note ou não as sinta, mas que pode ter optado por não falar sobre isso.

O comportamento de negar as relações entre seu duplo esforço e a discriminação racial, pode estar ligado a uma estratégia consciente ou não de evitar elaborar uma situação de sofrimento, de constrangimento, etc. Estratégia muito comum entre pessoas negras, haja vista que muitas vezes admitir esse lado da vida é bastante doloroso, bem como nos coloca em situações de bastante desconforto e vulnerabilidade. Talvez, essa visão aparentemente desconectada da discriminação e de seu esforço pessoal, apresentada por Rita, se relacione com o desejo de superar esta marca (a cor) que os aloca a espaços sociais indesejáveis e, em alguma medida, negar esses emaranhados pode trazer para Rita – em alguma instância consciente ou não – outras maneiras de se olhar no mundo, nos lembrando que a perspectiva de nossas/os interlocutoras/os sobre a realidade pode ser diferente da teoria.

### 3.2.5 Mito da mulher negra forte “supermãe”

Por fim, ao falar de algumas questões que envolvem sua maternidade, Rita narra-se a partir de estereótipos comumente relacionados às mulheres negras como, por exemplo, a ideia de força e autossuficiência. Quando questionada sobre como se enxerga enquanto mulher negra e mãe, a ideia de mulher negra forte aparece muito evidente nas suas falas, conforme nos diz a interlocutora:

*Sempre tive que me virar, não tinha o que fazer “o dá o desce”, então sempre me virei, corri atrás das coisas e não gosto de pedir, eu me viro, organizo tudo... não gosto de pedir nem pro meu marido, sobre buscar, levar, comprar, em relação a maternidade, eu não nunca me dei ao luxo de ser uma fracassada, talvez por ter sido atleta eu sou muito competitiva, não importa no que, com quem... então eu acho que essa minha força tenha um pouco a ver com isso. Sempre pensei que eu queria vencer, todo mundo tem esse direito, de você descansar, curtir, poder ir no clube, quero me dar esse direito, sair tomar uma cerveja... por exemplo, minha mãe hoje não tem. E minha mãe sempre disse “estude pra você não lavar a privada dos outros”, **a gente se torna durona, mas não sou uma durona ruim, não durona com os outros**, que acha que se fodeu e vai foder todo mundo, não é isso, eu ajudo todo mundo, o M. fala que eu ajudo todo mundo, é dinheiro, é aluno, etc, mas eu sou durona comigo, eu não me permito errar, fracassar. Quando eu penso no contexto da minha família, eu associo isso a minha não vontade de ter filhos, pensar que pudesse passar alguma vontade, eu passei por muitas, então quando tive ele eu pensei “vou dar tudo que eu não tive e mais um pouco”. Ele teve tudo e mais um pouco, eu não tive nada. Ele queria uma coisa eu estralava o dedo e tava ali, pra ele não passar necessidade, nenhuma vontade. **Pra mim a maternidade está muito associada a isso, a***



*dar materialmente tudo... E o M. fala “não compra, não compra que eu não quero”, eu compro, acho que ele tem trauma (risos), ele fala pra mim “não quero roupa, não quero nada”. Mas é isso, a ideia dele estar bem apresentável em qualquer lugar, não importa aonde. Me preocupo com isso, com estar bem arrumado, bem calçado, tomando banho. Falo todo dia pra escovar os dentes, fazer a barba, e tudo isso, desde sempre pra ele não ser discriminado. **Quando ele era nenê eu tinha coleção daquele perfume “mamãe bebê”, dava dois banhos por dia... até hoje eu pergunto quando está saindo se escovou os dentes, tem dia que se eu vejo que está saindo sem tomar banho, faço voltar.** Acho que vem tudo dessa questão, de ser negro e estar bem apresentável pros padrões da nossa sociedade. Me preocupo com isso, a maternidade é isso, pro resto da vida... eu sabia que seria. E não me incomoda, eu sei que vai ser assim, quando casar, quando tiver filhos, etc. É um trabalho satisfatório, é normal essas preocupações, talvez, **será que uma mãe branca pensaria sobre essas coisas? Não sei, nunca falei sobre isso, mas acho normal minhas preocupações, e isso é sempre muito associado ao negro, essas ideias de “negro fedido”.** (Rita)*

Ao falar de si, Rita descreve-se como uma mulher autossuficiente, diz inclusive que sempre foi assim. Sempre soube que “*tinha que se virar*”, portanto, se move, em suas relações, sempre de maneira muito independente, até mesmo em relação a pessoas que poderiam lhe auxiliar, como seu marido, por exemplo. As observações de minha interlocutora sobre como se vê enquanto mulher e a dinâmica de sua maternidade me remetem a dois estereótipos relacionados às mulheres negras: o primeiro de mulher negra forte e, no caso dela, também a ideia de supermãe.

De acordo com Collins (2019), a ideia de uma mulher negra forte foi construída associada à escravidão, elaborada a partir de uma ideia racista e misógina de que mulheres negras aguentavam tudo, seja fisicamente, simbolicamente ou subjetivamente. Esta concepção está estritamente ligada a esse período, o que acontece é que, com a transformação do sistema escravocrata para a economia capitalista, os estereótipos passam a se refinar. Não é raro que em diversos espaços as mulheres negras sejam retratadas como mulheres fortes, guerreiras, capazes de aguentar o mundo todo nas costas. Muitas vezes, nós mesmas reiteramos esses estereótipos, como faz Rita ao dizer, com certo orgulho, que sempre se virou, nunca gostou de pedir ajuda a ninguém e que se vira muito bem sozinha.

Essa maneira de estar no mundo apresentada por Rita se associa muito à ideia da matriarca trabalhada por Collins (2019), que é justamente essa mulher completamente independente, que aparenta um excesso de força, que dá conta de prover o necessário a si e aos outros e que são retratadas frequentemente como assertivas demais, beirando uma antifeminilidade.

Rita parece se assemelhar às ideias de uma mulher negra forte e de matriarca, em seu discurso a respeito de si e de sua maternidade. Nesse sentido, um ponto bastante relevante na fala de minha interlocutora é a relação que ela faz de sua maternidade como um trabalho, em que é necessário se deter com afinco sobre a sobrevivência, cuidado, instrução de filhos/as negros/as, etc. Compreender a experiência da maternidade como um trabalho, me parece bastante significativo do ponto de vista de romper com os essencialismos e romantizações que percorrem esse campo. Ao dizer que é “*um trabalho satisfatório*”, Rita aloca essa experiência a outras esferas da vida de maneira muito simbólica, tendo em vista que socialmente a maternidade é vista a partir de óticas bastante romantizadas e o trabalho doméstico ignorado enquanto trabalho, portanto, criar filhos/as raramente é visto na perspectiva colocada por Rita.

Outro ponto bastante frisado por ela, ao discorrer sobre sua maternidade, é sua extrema preocupação com a limpeza e aparência do filho. Ela diz que essa preocupação sempre existiu e ainda persiste, hoje em dia, com seu filho adulto. Para Rita, a dimensão do asseio é uma dimensão essencial da condição de pessoas negras. A obsessão com a limpeza ou a preocupação exagerada com essa questão não é uma novidade para pessoas negras, é de fato bastante cara a todas nós, tendo em vista que a construção de nós mesmos está repleta de concepções racistas e estereotipadas. Um dos estereótipos utilizados nos processos de colonização até os dias de hoje, a respeito de pessoas negras, é o da sujeira, é muito comum ver associações cotidianas desse tipo, em programas de tv, nas conversas informais, entre outros.

De acordo com Nogueira (1998), para compreender essa associação feita pelo branco e, muitas vezes, absorvida pelos negros em relação a sujeira, é necessário voltar às construções do racismo científico de meados do século XIX. Para a autora, é preciso entender o que ela chama de “inumanização do negro”, ou seja, processo de construções depreciativas a respeito de aspectos subjetivos e objetivos da população negra que foram criados, disseminados e ainda persistem até hoje, tanto nos discursos racistas como, muitas vezes, em nossa própria subjetividade, na construção de nós mesmos.

A preocupação de Rita com a limpeza de seu filho é uma dimensão recorrente na vida de pessoas negras e, como as mães ainda são as maiores responsáveis pelos cuidados dos/das filhos/as, não é surpreendente que mães negras se atenham a essa dimensão com muito afinco e atenção, como nos informa Rita em sua narrativa. Apresentar-se de modo que fuja às construções depreciativas das pessoas negras é, sem dúvida, uma estratégia utilizada por Rita, e provavelmente por muitas outras mães negras nesse país, tendo em vista que essas estratégias podem servir como uma blindagem aos/as filhos/as contra a discriminação racial.

Ao final do trecho em que Rita fala de sua preocupação com a limpeza e apresentação do filho, ela diz considerar sua preocupação normal, já que conhece as associações feitas a pessoas negras, especialmente a do “*negro fedido*”. Essa é uma dimensão que mobiliza a maneira com que Rita estabelece sua maternidade e os cuidados com o filho, mas não só, ousou dizer que esse cuidado se estende a ela e ao marido também, pois, em outro momento de sua fala, ressaltou o extremo cuidado que seu marido tem com seu corpo, suas roupas e o cuidado constante com sua apresentação pública. Assim, ousou dizer ainda que a preocupação com a limpeza e apresentação é um tema constante na vida das pessoas negras e suas famílias.

Além da dimensão discutida anteriormente, Rita traz em sua experiência outra questão bastante cara às mulheres negras: a ideia de dureza, de força. Em um momento de sua fala, ela comenta que “*a gente se torna durona, mas não sou uma durona ruim*”, ou seja, ainda que em alguma medida ela se veja próxima a esse estereótipo, também se distancia disso, ao dizer que não é uma durona “*ruim*”. Nesse sentido, Rita toca em um ponto muito discutido por hooks (2000), que é a maneira como as dimensões emocionais da população negra foram/são enrijecidas pela experiência da escravidão. De acordo com a autora, foi necessário que as mães negras construíssem um distanciamento do afeto e das emoções para suportar a dinâmica escravocrata.

Sob ponto de vista parecido, Collins (2019) apresenta como mães negras lidam com a dimensão material de maneira muito forte, em detrimento dos aspectos emocionais da relação mãe e filho/a. Para esta autora, as mães negras da diáspora incorporaram a autossuficiência econômica em suas maternagens. Dessa forma, as elaborações de Rita apontam para o aspecto trabalhado pelas autoras, a relação entre a maternidade negra e seu vínculo com a socialização pela sobrevivência. Ou seja, o impacto que o trabalho acarreta para as mulheres negras mães, tornando-se uma dimensão importante, valorizada e essencial no exercício de suas maternidades.

Oferecer mais oportunidades para os/as filhos/as é questão primordial na maternidade de Rita, quando diz que a dimensão material é uma das mais importantes em sua maternidade, ela deixa claro a maneira como se constrói enquanto mãe. Rita diz que não é dura no sentido ruim, ao frisar isso, ela me parece apontar para o que descreve como dureza é, na verdade, seu esforço de garantir suporte físico e psíquico ao filho, bem como um apontamento do afeto se constituindo de múltiplas maneiras. Portanto, pensar suas tentativas de poupar o filho da discriminação, encaixando-o em determinados modos de existir, é, sem dúvidas, um jeito de ser mãe, um jeito de ser mãe negra, como bem nos lembra Rita ao se questionar: “*(...) será que uma mãe branca pensaria sobre essas coisas?*”.

O modo como Rita apresenta sua experiência de maternidade, me lembrou uma citação do livro “Sula” de Morrison, feito por Collins (2019), em que a filha de uma personagem negra pergunta à mãe se ela os amou algum dia, sua mãe responde de maneira ríspida: “você está me perguntando se amei vocês? Eu fiquei viva por causa de vocês”. Esse trecho, sintetiza muito da fala e maneira de pensar a maternidade, segundo Rita, e possivelmente de tantas outras mulheres negras, uma vez que para a interlocutora o exercício da maternidade é antes de tudo a possibilidade de viver e garantir que seus/suas filhos/as vivam.

### 3.3 SÍLVIA

Sílvia tem 34 anos, é heterossexual, solteira, estudante de biologia, e trabalha atualmente como auxiliar de escritório. É mãe de um casal e teve sua primeira gravidez aos 19 anos, conta que a maternidade sempre foi um desejo seu. Segundo ela, desde muito adolescente sonhava ter filhos, uma filha especificamente e, deste modo, suas duas gestações foram planejadas. Sobre seu estado civil, Sílvia diz que se considera solteira na prática, embora ainda seja casada legalmente com o pai de seu filho e de sua filha.

Meu encontro com Sílvia aconteceu em minha casa, ela preferiu esse lugar a outros sugeridos por mim, como bibliotecas, cafés, sua própria casa, etc. Nossa conversa durou cerca de uma hora e dez minutos e, assim como Rita, se mostrou interessada desde o primeiro contato. Nos primeiros minutos de nossa conversa, ela disse que pensa constantemente sobre as questões que envolvem maternidade, mas que nunca conversa com ninguém sobre isso porque acha que as pessoas não iriam entendê-la.

Assim como aconteceu com a narrativa de Rita, selecionei alguns trechos que considereei significativos e que, a meu ver, sintetizam as vivências de Sílvia a respeito de sua maternidade.

#### 3.3.1 A maternidade é um espaço de poder?

Um dos pontos tocados por Sílvia, bem no início de nossa conversa, foi a maneira como se surpreendeu depois de ter se tornado mãe, isso porque, tendo em vista que sempre relacionou a maternidade ao exercício do cuidar, ao se tornar mãe percebeu que os desdobramentos vão muito além do simples cuidado pensado por ela. Ao ser questionada sobre o papel dessa experiência em sua vida, Sílvia diz o seguinte:

*Eu sempre quis ter uma filha, sempre falava pra ele (namorado/marido na época) ... ele era pagodeiro e eu sempre falava de filhos, mesmo antes da gente casar, eu já me imaginava mãe antes. Casei com 18 anos e com 19 anos minha filha já tinha nascido, era algo que eu já queria. Depois de três anos eu tive o C., eu só fui ter meu primeiro trabalho depois que a A. tinha dois anos. Quando você tá casada, você só delega a posição da mãe, a mãe faz tudo pra você, a mãe é perfeita. Mas depois da separação não é assim, agora eu sou pai e mãe, agora eu tenho que ter um posicionamento mais firme, etc. Eu acredito que a maternidade empodera, eu faço várias coisas que antes eu não faria, por eles mesmo, coisas básicas do dia a dia. E hoje eu não consigo me ver sem ser mãe, desde adolescente desejo isso, mesmo quando penso como seria sem eles, não consigo nem pensar. **Quanto ao empoderamento, com certeza, a gente sai as pessoas veem que você está bem, deu conta.** Às vezes coloca fotos de viagens, as pessoas ficam se questionando, ser mãe e conseguir estudar, fazer várias coisas, etc. Até mesmo pra minha mãe, vejo que ela admira o que eu faço, consegui. **Dá sim, uma sensação quando você vê que as coisas dão certo... Esses dias minha tia disse que eu orgulho ela bastante, despertar esse sentimento, empodera.** (Sílvia)*

Ao refletir sobre o espaço que a maternidade ocupa em sua vida, Sílvia associa essa experiência ao que ela denomina de empoderamento, segundo ela, a maternidade “empodera”. É importante notar que a ideia de empoderamento está relacionada a uma maternidade que está dando certo para as expectativas sociais, ou seja, sua ideia de empoderamento está vinculada ao reconhecimento de suas feitura sociais. Nos dois momentos em que Sílvia utiliza a palavra empoderar/empoderamento, ela a utiliza fazendo uma relação a seu êxito enquanto mãe e a sensação de reconhecimento por isso.

Sílvia conta que foi graças a capacidade empoderadora da maternidade que passou a fazer coisas que antes não faria, coisas básicas mesmo, diz ela. O que considera capacidade empoderadora é o fato dela se dispor a fazer e se preocupar com coisas antes impensadas, ilustrando, como exemplo, o fato de trocar um chuveiro, segundo ela, é algo que só faz motivada pela necessidade concreta dos /as filhos/as.

O que Sílvia denomina de empoderamento e tem, aparentemente, uma importância muito grande para ela é, na verdade, uma face do reconhecimento de seus esforços e preocupações. A interlocutora não compreende o empoderamento no sentido dado por algumas estudiosas, como Berth (2018) que compreende este conceito como prática de autoconscientização que gera transformações. Para Sílvia, ser reconhecida é algo que traz um sentimento de valorização e isso faz com que ela se sinta empoderada, o que não é um pensamento surpreendente, tendo em vista que mulheres negras estão em posições subalternas em diferentes espaços sociais e que, portanto, ser reconhecida enquanto boa em uma função,

capaz de dar orgulho, como ela mesmo mencionou, pode ser muito importante para essas mulheres.

Ao falar da dimensão do reconhecimento que a maternidade traz, Sílvia narra a partir de uma experiência satisfatória, na qual as pessoas ficaram surpresas com sua atuação como mãe. Fica implícito em sua fala que esse reconhecimento está atrelado ao fato de a maternidade está dando certo nos moldes esperados. É bastante curioso que ela relacione o que considera empoderamento com o fato de a maternidade estar “dando certo”, ou seja, possivelmente se ela não cumprisse o esperado e a dimensão de reconhecimento não existisse, seu olhar sobre a ideia de empoderamento fosse outra. Aparentemente, a maternidade empodera enquanto ela dá certo, ou, pelo menos, enquanto a sociedade considera que as mulheres têm dado certo naquela função.

### 3.3.2 Maternidade e arrependimento

Ao discutirmos a maneira como Sílvia se movimenta e vive a experiência da maternidade, surgiu em sua fala um assunto bastante relevante quando a questão é maternidade, o arrependimento. Sílvia diz, em dado momento, que acredita que estaria melhor sem os filhos, de um ponto de vista de conquistas na vida, tanto no âmbito profissional quanto no pessoal, ao passo que considerou outrora a experiência empoderadora. Neste momento, Sílvia pensa que talvez fosse melhor não a ter.

*Eu considero esse meu jeito mesmo, não sei se está necessariamente ligado a maternidade, porque sempre quis poder fazer as coisas sozinha, desde adolescente sempre quis poder ir num lugar... esse sentimento eu sempre tive. Com eles, melhorou meu ego, hoje eu posso com eles, o que talvez o pai... eu sempre coloco ele na balança depois que a relação acabou, porque nós dois estávamos no mesmo patamar, quem desceu e quem subiu? Por que a gente estava no mesmo patamar, eu vejo um declínio... quem conseguiu terminar a faculdade, questões financeiras, essas coisas, eu baseio meio por aí, sabe? **Eu acho que esse movimento de buscar as coisas tem a ver comigo mesmo, não só com a maternidade, porque eu acho que se eu não tivesse eles também eu estaria nessa... talvez melhor. Porque na verdade, a gente se priva de bastante coisa, como a questão de querer mudar de estado, eu já tive essa opção, pensar em como eu vou fazer, a logística pra três pessoas mudarem de estado, então talvez, não digo que... me colocou em cheque (risos), vamos lá, por que eu estaria melhor... Talvez eu não consiga concluir isso, acho que vou entrar em contradição (risos), eu, Sílvia, penso que eu teria algo a mais, pessoalmente e financeiramente. Porque tem a questão da faculdade, que eu poderia ter tido antes, porque quando era pra eu estar fazendo faculdade, eu estava fazendo casamento.***

*De repente estaria formada, concursada, quando olho pra traz e penso no que poderia ter feito... eu estaria diferente, não melhor (risos). (Sílvia)*

Tendo em vista que considero esse assunto muito relevante ao pensar os sentimentos que compõem a maternidade, peço para que ela elabore mais sua fala nesse ponto. Nesse momento, percebo um extremo desconforto por parte da interlocutora, então, tento encontrar meios de deixá-la mais confortável com a questão, visto que minha maneira de abordar o assunto pode ter lhe causado essa sensação. Busco retomar a questão de um jeito mais descontraído, ela ri e diz que percebe uma contradição em sua fala, já que havia dito que ama a experiência da maternidade.

Perceber o desconforto de Sílvia me fez retornar às discussões feitas pela antropóloga israelense, Donath (2017), em seu livro *“Mães Arrependidas”*, onde a autora trata o modo como a dimensão do arrependimento é negado na experiência da maternidade, para Donath (2017, p. 74) o arrependimento se constitui como “uma postura emocional subjetiva que reflete os valores, necessidades, decisões e história pessoal de uma pessoa, mas, ao mesmo tempo, é formado pelo entorno, segue as determinações da sociedade, e sua expressão ou não expressão tem uma relevância social”.

Dessa maneira, podemos compreender como as elaborações sociais a respeito da maternidade desconsideram a dimensão do arrependimento, já que este também se forma ou não a partir de determinações sociais. A dificuldade de Sílvia de pensar o arrependimento, sendo tomada por um sentimento de vergonha e impossibilidade de senti-lo, passa pelo que Donath (2017) diz no trecho citado e, neste caso, passa também por admitir sentimentos socialmente “condenáveis” a uma pesquisadora, uma vez que o processo de entrevista também está envolto por relações de poder. Ademais, somos constantemente bombardeadas com a ideia contrária a respeito dessa experiência, é a não maternidade que resulta nos discursos de “você vai se arrepender” e não o contrário, portanto, ao pensar nessa experiência como passível de arrependimento, Sílvia demonstra certo desconforto.

Ainda que eu tenha contribuído, com minha abordagem, para o constrangimento de Sílvia, é compreensível que ela tome essa questão com desconforto haja vista que a dimensão do arrependimento é bastante valorizada, desde que esteja em conformidade com às normas sociais dominantes, tornando-se um mecanismo de controle. Em muitas sociedades, é a ideia de interrupção da gravidez que passa pelo viés da possibilidade do arrependimento, a experiência da maternidade nunca. Dessa forma, sociedades que retratam a não maternidade como problema passível para se sentir arrependimento, acabam por ignorar as experiências

subjetivas das mulheres mães, ou elas mesmas, muitas vezes, não conseguem elaborar essa questão, visto que essa dimensão é negada ou considerada ilegítima.

A dimensão do arrependimento da experiência de maternidade não é socialmente estimada, ao contrário, é tida como uma impossibilidade, tornando esta dimensão deslegitimada, perpetuando estereótipos que engessam as diversas experiências maternas. É importante dizer também que o arrependimento não anula outros sentimentos, conforme Donath (2017) mostra com uma série de mulheres que dizem se arrependerem da experiência de maternidade, o que não significa, de modo algum, a anulação do amor que sentem por seus/suas filhas, da mesma forma Sílvia faz questão de deixar claro ao dizer que “... *eu estaria diferente, não melhor (risos)*”.

O que é necessário pontuar aqui é justamente a maneira como construções hegemônicas a respeito de alguns sentimentos podem afetar a vivência materna das mulheres, colocando-as em sentimentos de inconformidade e inadequação social, quando na verdade estamos falando de mecanismos de opressão de gênero sobre nós.

### **3.3.3 Rede de apoio – A mulher negra dá conta de tudo?**

A fala de Sílvia traz, em sua concepção de mãe, aspectos muito ligados à suposta força da mulher negra. Ao ser questionada sobre a existência de uma rede de apoio, Sílvia recorre à ideia de autossuficiência, mas também aponta para o modo como o companheiro assume um lugar secundário nos cuidados com o/a filho/a. Sobre suas ajudas no cuidado com o/a filho/a, Sílvia diz o seguinte:

*Eu tive apoio e ajuda da minha vó, minha vó me apoiou nessa questão, fiquei na casa dela uns dias e tals. No decorrer dos dias ia pra casa dela, passava o dia na minha vó e voltava mais tarde, meu ex-marido era pagodeiro, então em alguns finais de semana, eu deixava minha filha com a minha avó. Então, eu tive esse apoio, apenas da minha vó, minha mãe em alguns momentos e uma irmã mais nova dava um apoio às vezes. Quando veio o C. eu mudei pra longe, daí era só eu, eu coloquei os dois na creche porque já estava trabalhando. Eu pegava o ônibus e levava e buscava os dois. Então depois de um tempo minha rede de apoio foi a creche mesmo. **Eu não tinha como contar com meu ex-marido, ele era uma pessoa, não sei, não convivi com outros homens, mas ele em específico eu não podia contar.** Ele saía do trabalho às 21h e às vezes eu tava no centro em dia de chuva com as crianças, ligava pra ele... tinha vezes que dava e tinha dia que não dava. **Eu nunca fui muito de contar, isso é meu, teve uma vez que a A. estava com febre de madrugada, chamei e ele não levantou, peguei a 722 que na época tinha corujão e corri pro Santa Rita e fiquei lá a madrugada inteira, eu nunca fui de ficar implorando, vamos fazer isso, por favor....***



*essas coisas assim, não. Simplesmente não contava, não contava. Acredito que esse jeito tem a ver sim com a ideia de mulher negra forte, que é imposto, as pessoas já fizeram comentários sobre eu ser forte fisicamente, mas não só, acho que tem a ver com isso. Eu fui criada pela dona M. que foi forte, porque daí ela teve toda uma questão... enfim, então assim, eu via muito isso, que eu podia também. Eu nunca gostei de pedir muito, de ser a coitada. Eu gosto de falar que eu faço, eu vou, eu gosto de falar... como isso que falei de ter ido no hospital sozinha, acho que ganho pontos pra mim. (Sílvia)*

De acordo com a própria Sílvia, suas ações estão em alguma medida influenciadas por percepções de força e autossuficiência a respeito da mulher negra. É ilustrativo dessa percepção a afirmação sobre o quanto não gosta de depender das pessoas e faz o que for preciso para que os/as filhos/as fiquem bem, mas sempre contando o mínimo possível com a ajuda de outras pessoas.

Sílvia ressalta, tanto em sua vida como na da avó que a criou, essa maneira de lidar com o auxílio. A construção social de uma força sobre-humana vivida por duas gerações de mulheres negras – Sílvia e a avó –, e talvez até mais que isso, demonstra como esse mecanismo fortalece opressões sobre as mulheres negras. Sílvia diz, desde o começo de sua fala, que não gosta de contar, que nunca fez o papel de “coitada”, o que dá a entender que considera qualquer tipo de dependência um sinal de fracasso.

Essa imagem de força exacerbada, construída ao longo do tempo sobre as mulheres negras, cria, sem dúvidas, uma série de engessamentos na vida de todas nós, em experiências como aquelas apresentadas por Sílvia, quando diz não contar com o companheiro mesmo em um momento de doença, tal qual o episódio narrado sobre a vez que saiu de madrugada com a filha febril. Esse episódio demonstra, também, o modo como os homens assumem papéis secundários quando têm mulheres negras como parceiras. De acordo com Collins (2019), os homens pais (negros ou brancos) sentem-se desobrigados a colaborarem com aquilo que envolve seus/suas filhos/as, deixando sob a responsabilidade total das mulheres negras mães o encargo com os/as filhos/as, sobrecarregando-as e reiterando sobre elas as diversas opressões, como parece acontecer na história do hospital contada por Sílvia.

### **3.3.4 Maternidade como reconhecimento**

Tendo em vista que a questão do reconhecimento apareceu em momentos anteriores na fala de Sílvia, eu questiono a interlocutora sobre a maneira como ela pensa as questões

relacionadas à maternidade e reconhecimento, como é isso em sua experiência, etc. Sobre isso, ela diz:

*Sim, totalmente. Talvez aqui (na maternidade) a gente tenha o que aumenta o ego, a valorização. Esses tempos o C. me mandou uma mensagem pedindo pra eu levar um doce, eu respondi que antes dele pedir eu já estava pensando nele, que eu já ia levar o doce. E aí, ele não falou mais nada na mensagem, eu mandei “vamos, pode agradecer, aumenta o meu ego”. Então assim, é um momento assim que a gente quer que eles digam “obrigada, você fez isso por mim”, então assim, talvez eu queria isso em outros lugares, mas por enquanto eu só tenho na maternidade, então é um lugar de poder, em que eu sou reconhecida. E gosto do reconhecimento, e gosto de fazer pra ser reconhecida, tô fazendo, mas né... eu gosto de fazer pra ser reconhecida, em todos os lugares né, mas na maternidade estou mais.* (Sílvia)

As palavras de Sílvia abordam a maternidade enquanto um espaço de reconhecimento. Um lugar em que suas ações são reconhecidas por seus/suas filhos/as, ainda que sejam ações do dia a dia e este reconhecimento traz para ela um tipo de satisfação. Ao dizer que gosta do reconhecimento, que age em favor dele, a interlocutora situa sua experiência enquanto um espaço no qual se sente valorizada. Esse olhar sobre sua experiência se contrapõe a inúmeras ideias difundidas tanto dos discursos hegemônicos quanto dos contra hegemônicos sobre a maternidade. Sílvia sinaliza sentir-se bem com sua experiência, a despeito dos discursos, para ela a maternidade traz a satisfação do trabalho reconhecido. Ela é explícita ao dizer que talvez almejasse o reconhecimento em outras esferas da vida, mas que por enquanto ela só o tem na maternidade.

Essa colocação de Sílvia levanta a reflexão a respeito da maneira como nós, mulheres negras, temos o reconhecimento negado pelo racismo estrutural presente em sociedades como a nossa. Não é difícil imaginar que Sílvia, assim como tantas mulheres negras, tem suas produções invisibilizadas em diversos espaços do qual faz parte, visto que é isso que o racismo faz com as pessoas negras e, especialmente, com as mulheres negras. Portanto, ao considerar que como mãe ela tem o reconhecimento tanto do/a filho/a quanto social de ter feito/fazer um bom trabalho, como ela mesma disse em outros momentos, faz sentido que essa dimensão da vida seja considerada por ela um espaço de reconhecimento de seu empenho e dedicação. A respeito disso, Collins (2019) apresenta uma visão que parece se aproximar das elaborações de Sílvia, segundo a qual, embora existam mulheres que consideram a maternidade um espaço de sufocamento, para muitas mulheres negras esse espaço se faz

como um promotor de crescimento pessoal, elevação de status nas comunidades negras e por fim, serve como catalizador social.

Desse modo, é preciso pensar os diferentes alcances dessa experiência. É claro que com isso, não precisamos negar os problemas que existem no exercício da maternidade, mas é preciso nos atentarmos a narrativas situadas, como a apresentada por Sílvia, que traz a maternidade como um lugar de satisfação, de esperança e também de reconhecimento. Sílvia sinaliza que encontra na maternidade um tipo de reconhecimento que não enxerga em outros espaços, mas que junto a isso está também sua satisfação em gozar das experiências de ser mãe. Ao fazer estes apontamentos, Sílvia não nega os problemas sociais enfrentados por nós, ao apontar que essa é uma dimensão específica em que se sente reconhecida e valorizada, mas também revela uma dimensão de fruição dessa experiência. Ambos os apontamentos de Sílvia a partir de sua experiência com a maternidade são interessantíssimos, tendo em vista que dão luz a falta de reconhecimento das mulheres negras em tantas dimensões, bem como evidencia sua experiência de satisfação. Os dois apontamentos são extremamente importantes visto o cenário racial e de gênero em que estamos inseridas.

### 3.4 ANA PAULA

Ana Paula é estudante de Artes Cênicas, artesã e performer, trabalhando ultimamente como *freelancer*. Com 29 anos, é mãe de uma menina de nove, é bissexual e vive uma relação estável com a companheira com quem mora há três anos. Nossa conversa aconteceu em minha casa, lugar escolhido pela interlocutora pela praticidade, já que ela estuda na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e ficaria acessível pois reside próximo à universidade. Conversamos por cerca de cinquenta minutos e, em meio à conversa, tomamos um café. Ana topou contribuir com a pesquisa desde o início, mas tivemos certa dificuldade para conseguirmos de fato conversar, ela desmarcou uma vez nosso encontro alegando problemas com a organização do tempo.

#### 3.4.1 Maternidade e Inadequação – o que esperam das mães?

Uma das primeiras coisas que Ana falou sobre maternidade é que nunca quis ser mãe. Segundo ela, tinha muitas ambições relacionadas à vida profissional/acadêmica e sua gravidez aconteceu num contexto de total “azar”, em suas próprias palavras. Ana estava de mudança para outro estado, quando foi passar as férias com o então namorado e seria, de acordo com

ela, uma despedida, mas sua gravidez acabou acontecendo. Ao contar sobre o episódio, Ana relembra dizendo:

*Ser mãe não foi um bagulho que escolhi ser. Ser mãe pra mim tá sendo, de entendimento, de construção... quando a criança é bebezinha ela tem demandas, quando ela é maior, outras. Minha filha tem demandas hoje como “mãe, você não me ouve”. Então... acho que é isso, não consigo relacionar a minha maternidade com a da minha mãe, por exemplo, não sei. Embora eu seja uma mãe desconstruída assim, eu fico pensando na minha filha estar bem vestida, se ela tomou banho, fico pensando que as pessoas vão dizer sobre a roupa dela, sobre o material escolar dela, sabe? Enfim... essas amarras que eu sei que minha mãe tinha, minhas tias tinham, essas coisas que você sabe que seu filho tá bem, que você está parecendo ser uma boa mãe. Aquela mãe que renuncia tudo mesmo, você não escolhe mais nada pra você, igual uma frase da minha tia “depois que tem filho, acabou. Você quer comprar uma calça, seu filho tem calça? Vai ser pra ele entendeu?”, acho que é isso viu, você ser uma subvida, uma categoria inferior de vida, sabe. **É muito ruim isso, porque dentro dessa construção de mãe que tô te falando, as nossas vontades, nossas ideias, nossas piras, são completamente anuladas e quando a gente reivindica elas, as palavras tão na ponta da língua pra dizer “você é mãe agora, você não pode ter isso, você não pode escolher”.** Eu não queria ter filhos, eu idealizava na minha cabeça ter uma família, mas isso não necessariamente tinha a ver com ter filhos, quando eu fiquei grávida, puta que pariu... eu odiei, eu não odiei o feto, a criança... a coisa, eu me odiei, por ser uma mina tão foda e ter dado essa mancada, sabe? Foi foda assumir uma gravidez, não tenho fotos grávida, não gostava de tirar, não queria, eu tenho uma no facebook do Natal. Depois a gente vai... não sei o que acontece, cresce. Você vai entrando na pira, quero comprar uns vestidos bafo, mas assim, não sei como explicar, não tava leve, tempo todo aquela coisa assim, “tô fodida”, que legal, mas nossa... eu acho que incorporei mesmo a ideia quando nasceu, eu odiei, não queria que meu corpo tivesse passado por essa transformação, sabe? Se eu pudesse escolher, talvez eu fosse essa pessoa no futuro sem ser mãe, eu não ia querer, gerar uma criança, não que eu não fosse querer nunca ser mãe, mas gerar eu realmente não ia querer. Foi horrível, demorou anos pra voltar... e, péssimo (risos). O mais foda pra mim, foi essa pira do corpo, eu fiz uma cesariana, muita dor que você tem depois, é horrível... amamentar foi a pior coisa da minha vida (pode colocar isso na sua pesquisa, risos) que tipo assim, aí é muito bonitinho, gostosinho de ver essa conexão com a criança existe mesmo, é uma troca, mas que eu acho que não vale a pena pra mim, entendeu? Acho que posso trocar de outras maneiras. Meus peitos racharam, ela ia mamar e nossa, ia sarar um, aí ela sugava o outro e rasgava, horrível... fora ter que ficar contando com os outros pra fazer as coisas. (Ana Paula)*

Ana começa sua fala deixando claro sua falta de desejo de ser mãe, ela diz que essa não era uma questão em sua vida, mas passa a ser a partir de um deslize dela e do então namorado. As percepções de Ana a respeito do que esperam dela depois que se tornou mãe são muito claras e, por isso mesmo, ela se posiciona contrária a essa expectativa social em relação a ela e às mulheres mães. A interlocutora considera opressora a maneira como

esperam que as mulheres que são mães vivam, sendo também uma forma anuladora das vivências dessas mulheres. Ana diz que sente que seus desejos, ideias, vontades passam a ser anulados depois que se é mãe. Ela diz, em diferentes momentos da entrevista, que se sente como se virasse uma “subvida”, alguém que não importa mais tanto assim, que perde socialmente qualquer tipo de autonomia.

Ana percebe isso em seu cotidiano de mãe e se põe completamente contrária a essa idealização. A ideia de que a mulher passa a ter necessariamente uma identificação com o papel de mãe é o que mais a incomoda, o processo sociocultural de extinguir a personalidade das mulheres com base na experiência de maternidade. Para Ana, isso é uma das piores coisas que acontecem às mulheres mães, o tornar-se uma vida “inferior” aos olhos da sociedade. Como, segundo ela, suas tias fazem questão de lembrar ao dizer “*você é mãe agora, você não pode ter isso, você não pode escolher*”.

Outra questão levantada pelas reflexões de Ana a respeito da temática é o fato dela considerar a experiência fisiológica da gravidez extremamente desagradável, fazendo questão de citar o quanto a amamentação não teve nada de mágico, ao contrário, foi, para ela, uma experiência que classifica como odiosa. Enquanto ouvia Ana falar sobre esse ponto, pensei várias vezes em sua coragem para dizer isso, já que vivemos em uma sociedade que santifica o ato de amamentar, tornando-o não só uma etapa necessária para o desenvolvimento físico do bebê, mas também subjetivo.

Não entrarei nos méritos psíquicos e subjetivos que o ato de amamentar pode conter, mas considero extremamente importante a franqueza com que Ana descreve sua experiência, deixando claro que a construção da maternidade e da relação mãe e filho/a pode se dar de maneiras muito diversas e, especialmente, que não há um jeito uníssono de experienciar uma mesma fase. Para cada mulher haverá uma maternidade.

Quando questionada sobre a falta de autonomia, citada por ela anteriormente, Ana diz que as mulheres perdem sua autonomia individual após serem mães justamente porque, socialmente, se espera que elas renunciem a tudo, inclusive a suas próprias identidades, tornando-se apenas mães. Indagada se via algum elemento de poder na experiência de maternidade, Ana Paula responde o seguinte:

*Eu acho que tenho uma leitura meio grosseira da maternidade, meio friona, desse lugar de status da mulher mãe... desse, não sei... Não sei, sinto que em alguns lugares, não sei, talvez por que eu sou uma mãe jovem também, mas sinto em alguns lugares as pessoas quando descobrem que eu sou mãe, existe uma outra maneira que elas me tratam assim, existe um certo respeito, tipo “nossa, você é mãe? Caramba... sua filha está com você, você*

*cria ela? Sim. Ah, caramba que massa”. Então não sei se é esse lugar de reconhecimento que as pessoas dão, mas aí também penso que essa construção de maternidade que as pessoas tem, da mãe que ama, cuida, nãñã... To fazendo uma peça com a T.; e ela fez um textinho sobre isso, esse amor que faz tudo e tals, eu falei “não amiga, não é bem assim, sabe?”, essa construção da maternidade é muito filha da puta com as minas, sabe? Como se o amor de mãe fosse algo sagrado, não sei... eu acho isso meio assustador, acho que anula a gente enquanto ser humano assim, enquanto pessoas que erram, que podem dar mal exemplo. Eu fico “ai meu deus do céu”. Eu sou super orgulhosa que eu falo um monte de palavrão e minha filha não fala, você não vê a C. falando palavrão... eu não sei se me entendo em algum desses grupos enquanto ocupando um lugar de poder, se eu sinto isso... quando olho pra minha maternidade eu não sinto isso, acho que grupos muito específicos talvez, mães mais velhas talvez. Por que é meio isso né, é isso que as pessoas perguntam, “ah, mas você é casada?”, “ah, mas ele paga pensão?”, por que é isso né. O quão sozinha você faz, o quanto sem ajuda você faz... eu sinto isso, eu acho que quanto mais, ou quanto menos responsabilidade você tem. Tipo assim, “ah, o pai da sua filha não paga pensão então você não processou ele”, então ele é um irresponsável... então quem é esse homem? Você conhece ele? Ele conhece a filha, tipo assim... as pessoas fazem esse tipo de pergunta. E... não sei, mas não consigo me ver nesse lugar de poder, eu acho que talvez por ser orgulhosa de mim, da minha filha ser estudiosa, inteligente. Eu acho que não chega ser poder, tô em dúvida, mas não consigo, não pra uma mulher negra, solteira, bissexual, casada com uma mulher. (Ana Paula)*

Ao não se identificar com a ideia de que a maternidade seja um espaço de poder para as mulheres negras, Ana volta a tocar na questão da romantização da maternidade. Ela cita um episódio em que precisou dizer para a colega de trabalho que a ideia de sacralidade da maternidade era muito problemática para as mães. Existem outros pontos muito instigantes na fala de Ana que, de modo geral, versam sobre sua condição de mulher com diversos marcadores sociais – negra, bissexual, solteira e que vive uma mulher.

Quando pontua a maneira como as pessoas a interrogam por conta de sua filha, ela diz perceber que as pessoas, na verdade, estão atrás do mito da mãe que se abnega completamente. Então, se o que importa é quão sozinha você faz, quantas dificuldades você enfrenta, seria o mesmo que dizer quanto mais, melhor, porque nisso residiria uma boa mãe, portanto, Ana diz não enxergar nenhuma espécie de poder em uma experiência que coloca essas condições para ser validada.

A interlocutora também relata sobre a maneira com que as pessoas a interrogam sobre o pai de sua filha, o que me levou às reflexões feitas por Forna (1999), em um dos capítulos de seu livro “*Mãe de todos os mitos*” em que a autora discute como as sociedades, de modo geral, criam uma guerra contra as mães solteiras. Forna (1999) explana que as mães solteiras são alvo constante de humilhações por parte dos tabloides ingleses, mas também pela

construção social que se tem a respeito dessas mulheres mães. De acordo com a autora, há uma construção com base em diversos estereótipos de gênero que identificam essas mulheres como promíscuas, irresponsáveis, sexualmente imorais e dependentes do Estado. Idealizações que conversam com as elaborações feitas por Collins (2019) a respeito do estereótipo da Jezebel.

Ana mobiliza essa questão de maneira muito clara ao dizer como se sente interrogada pelas pessoas em relação ao pai de sua filha. Ela percebe, nesses questionamentos, o peso do julgamento sobre as mães solteiras, mas não há responsabilização do homem em relação aos/as filhos/as, sempre da mãe. Os preconceitos que envolvem a maternidade solo são inúmeros e atingem todas as mulheres nessas condições, entretanto é preciso pontuar que estes mesmos preconceitos e estereótipos se apresentam mais enfáticos sobre mulheres negras, pois se inter cruzam duas opressões: raça e gênero. Em consonância com os apontamentos de Ana, Forna (1999) reflete sobre o quanto a imagem da mãe solteira mobiliza muitos medos sociais, segundo ela:

(...) desde os tempos em que as mulheres davam à luz fora do casamento, eram encerradas em instituições para doentes mentais, mãe sozinha tem sido uma figura politizada, a própria encarnação da ameaça à família, ao patriarcado e a maternidade conservadora como descreve. (FORNA, 1999, p. 142)

Esse trecho é muito ilustrador do modo como a imagem da mãe é construída para manipular as maneiras como as mulheres serão encaradas, caso não cumpram com os valores e ideais de sociedades patriarcais. Ao desviar da figura de mãe requerida pelo patriarcado, mães solteiras se tornam uma espécie de desestabilizador social, visto que essa mulher cumpriu, em certa medida, as expectativas sociais em relação a ter filhos/as, mas se encontra distante das demais idealizações, a saber, casamento heterossexual e tudo mais que esta instituição engloba. Sendo assim, no caso de Ana e de tantas outras mulheres, há uma mulher sozinha rompendo com os ideais de família patriarcal. Existe a mãe e o/a filho/a, mas através de outra configuração, uma configuração socialmente tida como desviante e é isso que Ana nos revela ao dizer que não enxerga elemento de poder na experiência materna sendo uma mãe solo, negra, bissexual e casada com uma mulher.

### **3.4.2 Maternidade e parceria em relações homoafetivas**

Em diversos momentos de minha conversa com Ana, a interlocutora fez questão de reiterar o fato de que ela não se enquadra aos padrões esperados socialmente de mulheres mães. A ideia de sacralidade da figura materna, segundo ela, não faz parte do que é como mãe. Uma das coisas que a distância desse ideal é sua orientação sexual, conforme já destaquei: Ana é uma mulher bissexual e atualmente está casada com uma mulher.

Dessa maneira, ao discorrer sobre sua relação com a maternidade, falamos muito sobre redes de apoio e o modo como tem sido essa questão em relação a sua filha. Sobre isso, Ana apresenta um ponto de análise muito importante, a vida de uma mulher mãe que vive com outra mulher, e diz o seguinte:

*Contei com o auxílio da minha mãe nos primeiros seis meses. Depois era só eu e o pai dela, e a gente morava em Curitiba e não tinha amigos, porque ninguém é amigo de gente com filho. E aí, era só a gente e um casal de amigos no outro bairro que tinha também um bebezinho. Mas sempre cuidei de primos, então eu sabia como cuidar, foi foda, mas acho que eu sabia fazer as coisas. Ela ficava muito comigo mesmo, teve um período que eu vendia bombom na rua, ela ia comigo. Depois que mudei pra cá, morei com meu pai, então eles me ajudavam com ela, se eu precisasse sair, pra me divertir mesmo, mas tudo naquele clima pesadíssimo de “nossa, aproveita porque assim, não era nem pra você tá fazendo isso, entendeu?”. Depois eu casei com a L. e tem sido o melhor momento, de parceira e cuidado, de divisão de tarefas real, de enfim, de você perceber uma pessoa que se sente responsável, que pensa a logística da maternidade. Tipo assim, vamos sair com a C., coisa básica, pegar uma bolsa, colocar bolacha, água, uma peça de roupa. Vamos longe, tênis e não chinelo, esse tipo de coisa, o pai dela nunca pensou, sabe? Aí sai com a criança toda acabada, descabelada, sem uma fralda, um nada. Então tipo assim, pensar uma... parceria. (Ana Paula)*

De toda a elaboração feita por Ana, o ponto da parceria com sua companheira é o que mais me marca, visto que ela faz questão de deixar claro que, do ponto de vista de divisão de tarefas e cuidado, nunca esteve melhor senão agora que conta com o auxílio de outra mulher no exercício de sua maternidade.

De acordo com Lira, Moraes e Boris (2015), muitos estudos indicam que o desempenho de papéis parentais nas famílias homoparentais femininos apresentam uma maior tendência em compartilhar tarefas do dia a dia e as demais responsabilidades que envolvem os/as filhos/as e o lar. Essa tendência apontada pelo estudo aparece na fala de Ana ao se referir às diferenças notadas por ela ao dividir a responsabilidade da filha com a atual companheira e o que viveu com o pai da criança. Esse ponto levantado por ela é extremamente importante para pensarmos as diferenças de maternidade através de inúmeros vieses, neste caso, a sexualidade.



A orientação sexual de Ana é um marcador social e faz com que sua percepção de maternidade se amplie em relação a mulheres heterossexuais. Isso não significa que sua maneira seja única ou superior às demais, mas significa que sua sexualidade a levou a ter outras experiências de maternidade, uma experiência de verdadeira parceria, segundo ela. Com isso, Ana nos faz pensar a respeito do modo como as intersecções podem construir experiências muito distintas, ainda que estejamos falando de um ponto em comum da vida de muitas mulheres, conforme ela nos mostra ao intercruzar sua vivência de mulher negra mãe à sua sexualidade.

Outro ponto que me soa bastante relevante a respeito do apoio em sua maternidade é o fato de termos aqui também um pai não atuante. Mais uma vez o pai da criança aparece ocupando um papel completamente coadjuvante no cuidado e auxílio com a filha, apontando para o desequilíbrio existente nas relações entre homens e mulheres, tendo em vista as construções de papéis de gênero. A falta de atenção sobre cuidados também fica evidente na fala de Ana, ao dizer que o ex-companheiro não tinha noção dos cuidados e necessidades da filha.

Essa é uma questão bastante presente na vida das mulheres, já que somos criadas para uma série de tarefas supostamente naturais ao feminino, entre elas o cuidar. Cuidar tem sido há muito tempo uma atribuição dada às mulheres, visto que faz parte da esfera privada a qual temos sido relegadas, ao contrário dos homens, por exemplo. De acordo com Hirata (2015), a divisão sexual do trabalho pode tomar quatro formas principais: tradicional (mulheres cuidadoras e homens provedores); conciliação (as mulheres conciliam a vida profissional com a vida familiar); parceria (mulheres e homens compartilham tarefas domésticas e cuidados da família); e delegação (mulheres delegam a outras mulheres suas atividades domésticas, o que ameniza a contradição e a tensão na vida do casal). Essas formas acontecem no Brasil de modo bastante heterogêneo, mas, de acordo a autora, a parceria é a forma menos empregada nas relações.

A fala de Ana ilustra exatamente a sobrecarga vivida por ela e o papel secundário do ex-companheiro nos cuidados com a filha e, mais do que isso, chama atenção para a mudança da dinâmica de casal, no momento em que Ana passa a compartilhar sua maternidade com outra mulher, o que aponta mais uma vez para as socializações de gênero, bem como para os desequilíbrios causados por essas divisões em relacionamentos heterossexuais.

### **3.4.3 O que significa ser mãe negra**

Tendo em vista a multiplicidade de experiências que mulheres situadas em um mesmo grupo podem ter, de acordo com suas singularidades de classe, sexualidade, localidade, etc., construí em minhas conversas com Ana questionamentos que versam sobre questões de raça, especialmente a respeito da maternidade para uma mulher preta. Sobre isso, ela diz o seguinte:

*Seguindo essa lógica que não consigo me sentir nesse lugar de poder, pensar em ser uma mãe negra é muito mais foda... a gente carrega mais coisas, com relação a todas essas categorias, mãe, preta, bissexual, periférica, tals. Eu acho que ser uma mãe preta é uma coisa diferente de ser uma mãe branca, não sei explicar. Eu acho que sou uma mãe dura, e acho que pra mim, esse amor está ligado a questões materiais mesmo... acho que um pouco menos que minha mãe, minha mãe dizia que minha vó era muito ruim com ela (mulher branca), então isso eu não faço com a C., ela não apanha, enquanto uma prova de amor, eu não bato, mas acho que sou dura, dou uns gritos. Eu fico pensando que esse amor maternal está envolvido com dinheiro mesmo, bem-estar, preocupação com segurança, pra além dos afetos assim... mas acho que ganhei muito com a C., ela é muito carinhosa, me procura toda hora pra dar um beijinho, muito mais carinhosa que eu por exemplo. Eu acho que minha pira com a maternidade é tipo assim, minha filha andar de “nikão”, umas roupas da Farm se ela quiser... tá ligado? Logo que ela tenha uma Biz, é isso que eu quero, entendeu? Quero que ela tenha tudo, que fique de boa pra estudar, fazer as piras que ela gosta, vender as miçangas dela na praia né (risos), porque ela é branca, as chances dela ser uma branca rasta é grande (risos). Enfim, acho que gira um pouco nisso sim, minha mãe também é assim, até hoje... às vezes ela liga e pergunta: “Eai, vocês tão bem? Tá todo mundo bem de saúde? Oh, sobrou 50 reais aqui, é o que tenho, vou mandar, compra algo pra C.”, tipo assim, ela não fica “Ai como estão os desenhos da C.”, tipo, meu pai já é mais assim... Acho que amor maternal é renunciar, colocar em outro lugar o que você ia fazer pra você. (Ana Paula)*

Ana inicia suas considerações retomando que não vê na maternidade um espaço de poder e especialmente na maternidade de mulheres negras, já que as mesmas lidam com marcadores como os de raça e gênero e, no seu caso, também de sexualidade.

A maneira como percebe sua maternidade assemelha-se muito com as considerações feitas por Rita. Embora apenas Ana tenha sido clara em sua associação de afeto maternal com questões financeiras/materiais, ambas demonstram uma grande preocupação com o bem-estar material de seu/sua filho/a. Para Ana poder propiciar uma vida de confortos e sem privações para sua filha é uma dimensão muito importante de sua experiência como mãe e ela lembra que na maternidade de sua mãe este mesmo tipo de questão também sempre esteve presente.

Ana é a mãe negra de uma filha branca. De acordo com ela, o fato de sua filha ser branca não altera suas percepções em relação ao que tem de proporcionar a ela, ou seja, para a

interlocutora, a filha poder andar de “*nikão*” e umas roupas da “*Farm*” são questões fundamentais em sua maternidade. Esta percepção de Ana anda em consonância com as preocupações de Rita, que também é uma mãe negra e que deixa muito claro a dimensão de importância por trás de suas posturas de querer possibilitar acessos à/ao filha/o.

A visão de Ana, assim como a de Rita, me levou novamente às considerações feitas por Canclini (2006) a respeito do consumo e do valor que o mesmo tem em nossa sociedade. Ao se referir às marcas (Nike e Farm), Ana deixa claro que sabe que vestir determinadas marcas significa algumas coisas em nessa sociedade. Assim, o consumo faz parte do que Canclini chama de racionalidade interativa, ou seja, as pessoas fazem uso de determinadas coisas tendo em vista a interação que ocorrerá para quem possui determinado tênis, roupa, aparelho telefônico ou estuda em determinado local, em relação a outros. O consumo é um tipo de distinção em sociedades como a nossa, portanto, ao desejar que a filha alcance alguns tipos de objetos, Ana tem noção de que esses mesmos objetos a distingue e a coloca em determinados lugares. Essa distinção informa e, para Ana assim como para Rita, é necessário informar sobre o/a filho/a, já que isto possibilitaria ou não determinadas coisas ou interações.

A percepção de Ana me faz retornar também as discussões de Collins (2019) sobre o modo como a dimensão material é muito importante e presente nas constituições de maternidade de mulheres negras. Segundo a autora, as mulheres negras desenvolveram um comportamento maternal muito ligado à garantia das necessidades básicas de suas filhas e à proteção, a fim de fazê-las irem além delas mesmas. Desse modo, Ana diz que acaba sendo dura com a filha, pois muitas vezes foca muito nessa dimensão da vida, o que acaba a deixando enrijecida em relação a dimensões corpóreas do afeto. Segundo Collins (2019, p. 308), muitas trabalhadoras domésticas negras afirmam que “batalham para dar aos filhos a capacidade e formação que elas mesmas não tiveram, e oram para que as oportunidades que não se abriram para elas mesmas se abram para seus filhos”.

Tanto as percepções de Ana quanto as de Rita norteiam-se fortemente por esse caminho, em que construir materialmente as oportunidades para seu/sua filho/a ocupa um grande espaço em suas condutas como mães. Embora essa questão figure num lugar especial para ambas as interlocutoras e que o/a filho/a seja o ponto final de suas ações, elas encaram essa dimensão do consumo com uma certa diferença, para Rita o acesso a determinados elementos materiais tem a ver com blindar o filho da discriminação racista, já para Ana, possibilitar esse acesso está ligado ao próprio amor maternal. Sendo assim, esta dimensão é, sem dúvidas, um ponto bastante relevante para pensarmos essas maternidades.

### 3.4.4 Maternidade como projeto

Outro ponto discutido com Ana foi sobre a maternidade fazer parte de um projeto de vida e se a mesma configurava para ela como um espaço de valor. Sobre essas questões, ela diz que a maternidade vivenciada enquanto um projeto faz parte de um conjunto de privilégios, segundo ela:

*Eu vou ser bem sincera, eu acho que é um privilégio que você possa fazer um projeto ou quando você não tem um projeto, mas pode criar ele na hora, tipo... somos ricos, nossos filhos estarão amparados, temos várias babás, então assim, **eu acho que poder planejar uma maternidade é um privilégio**, não sei se vejo como projeto, mas acho que é mais interessante quando é um projeto. Quando você se planeja, quando você se cuida, você escolheu a pessoa ou não, vai fazer uma inseminação artificial, mas você planejou... não fazer que nem eu que tava fazendo faculdade federal entendeu? Me fodi inteirinha. (Ana Paula)*

Ao discorrer sobre o planejamento da maternidade, Ana deixa claro sua visão a respeito das diferentes oportunidades que as mulheres podem ter ou não, ao planejar uma experiência como essa. Enquanto fala sobre isso, diz que para ela a maternidade não foi concebida como um projeto, mas entende essa experiência como mais interessante quando planejada. O planejamento de uma maternidade está, segundo a interlocutora, muito relacionado a privilégios, especialmente aos privilégios de classe.

A experiência de Ana é muito contrária ao planejamento, ela descobriu sua gravidez e possível maternidade em um momento de incertezas financeiras, já que ainda estava no começo de sua faculdade e desempregada. Segundo ela, não pôde fazer na hora da descoberta um planejamento, pois não tinha alguns privilégios (classe) que possibilitasse isso, portanto, acabou sofrendo as consequências de não ter os recursos que ela relaciona ao projeto de ser mãe.

Sobre a experiência da maternidade como um espaço valoroso em sua vida, Ana reconhece que sim, ela diz que é algo que a fez ver as coisas com outros olhos, considerando-se uma pessoa melhor depois dessa experiência, embora tenha clareza de que se pudesse ter escolhido, não passaria por isso, conforme diz a seguir:

*Sim. Acho que fiz um bom trabalho, quero só viver minha vida em paz, com a C. bem, acho que ela tá bem. **Ela mudou minha vida, apesar de tudo temos uma vida maravilhosa, eu não tenho como dizer que não é um lugar de valor ter a C. na minha vida, não posso mesmo. Se eu pudesse ter escolhido eu não teria mesmo...** na época eu teria escolhido não, eu*

*gostaria de não ter filhos, mas ela é maravilhosa, sempre vai ter esse amorzinho no final, ela é perfeita, mas é muita responsabilidade. Uma responsabilidade que você não pode escolher não ter hoje, você está sempre em responsabilidade com isso.* (Ana Paula)

Quando a questão é o valor da experiência da maternidade em sua vida, a interlocutora diz que o valor que ela atribui à experiência tem a ver com o que a filha dela é como pessoa. Isto fica claro quando Ana recorre às mudanças que a filha causou em sua vida e, especialmente, ao fato de a considerar uma pessoa “maravilhosa”. Essa percepção da interlocutora conversa com as ideias de Donath (2017) sobre a construção de sentimentos muito binários em relação à maternidade. Socialmente não há outras possibilidades para além de amar ou odiar a maternidade, Ana consegue desconstruir, em sua narrativa, essa dualidade em relação a sua própria maternidade: ela ama a filha, mas não gosta de ser mãe.

Este é um ponto, segundo Donath (2017), muito difícil de ser tratado quando se discute maternidade, porque há uma grande dificuldade em entender que é possível que mães amem seus/suas filhos/as, mas odeiem a experiência de ser mãe. Não para Ana que deixa claro que a filha é um ser humano maravilhoso, que traz uma outra dimensão para a vida dela, porém, mesmo assim, se pudesse ter escolhido não viveria essa experiência, já que, segundo ela, é uma responsabilidade que não acaba nunca. A percepção trazida por Ana é muito importante para pensarmos como essa vivência tem suas singularidades e se constrói de maneiras muito diferentes para cada mulher.

#### **4 PARA CADA MÃE, UMA MATERNIDADE**

Este terceiro e último capítulo do trabalho se dedica às narrativas de mais três de minhas interlocutoras. Nesse momento da pesquisa, a maternidade já se mostra como uma experiência densa e múltipla. Mesmo para mulheres que pertencem a um mesmo marcador social, como a raça, por exemplo, a maternidade se apresenta como uma experiência muito complexa, por vezes contraditória e bastante diversa. Por isso, me deterei, neste capítulo, a esmiuçar mais três relevantes e singulares narrativas sobre as muitas possibilidades de maternidade.

As narrativas apresentadas aqui foram colhidas em momentos distintos, duas delas realizadas no mesmo período que as demais e uma, alguns meses depois, devido a ter que refazer a entrevista com uma das interlocutoras porque perdi a primeira gravação quando tive

meu celular furtado. Na construção deste capítulo, me vejo envolta a pontos bastante importantes e dolorosos, apontados por elas.

Questões como a solidão das mulheres negras, o impacto da raça na sociabilidade dos/das filhos/as, a importância da identidade racial, a violência racial/policial, entre outras, aparecem com muita força nas falas dessas mulheres a respeito da maternidade, portanto, considero esses assuntos bastante pertinentes para pensarmos suas maternidades e o entrelaçamento dessas questões nas experiências de maternidade de cada uma delas.

#### 4.1 LÚCIA

O início dessa seção começa com a narrativa sobre a vida e maternidade de Lúcia, uma mulher de 44 anos, professora de Sociologia e que teve sua única filha aos 33 anos. Lúcia é natural de São Miguel do Oeste, no Estado de Santa Catarina, mas mora no Paraná há alguns anos.

Sobre sua experiência de maternidade, Lúcia me informa que nunca teve essa experiência como uma pretensão, segundo ela, ser uma mulher negra a limitou de sonhar e planejar algumas coisas, entre as quais a maternidade. Lúcia, é uma mulher negra muito consciente de sua condição de mulher e negra, de tal modo que se configura como uma das interlocutoras com a qual mais me emocionei até aqui, por que me vi em algumas de suas reflexões sobre a dificuldade de sonhar quando se é uma mulher negra.

##### **4.1.1 Ser mulher negra e a dificuldade de sonhar**

A conversa com Lúcia aconteceu em meio a um café em minha casa, conversamos por cerca de uma hora e meia e também voltamos a conversar por áudios de *WhatsApp* algumas vezes. A conversa com ela me emocionou bastante e caminhou por muitos lugares para além da experiência de maternidade. Lúcia trouxe apontamentos assaz pertinentes e que mexeram muito comigo porque me lembrou também da minha própria condição de mulher e negra. Uma das primeiras perguntas que fiz a Lúcia dizia respeito à existência ou não do desejo de ser mãe e se havia um projeto de vida em relação a isso, então ela constrói um raciocínio que me toca muito. Ao longo de sua resposta, Lúcia diz o seguinte:

*Não, nunca sonhei em ser mãe... mas por várias questões. Eu não namorei, eu tinha ficado com as pessoas, mas ninguém tinha falado*

**“vamos namorar comigo” né, justamente por aquele processo, de solidão da mulher negra. Quem é que o homem vai apresentar na sociedade? Ele vai apresentar uma mulher negra ou uma mulher branca? Então ele apresenta as brancas. Namorei uma vez quando eu fazia parte da igreja, namorei um rapaz negro, e, namorar negros, homens negros... Bom, só passei a pensar nisso depois dos meus 20 anos de idade, por toda a discriminação que a gente sofre na escola, o preconceito, essas coisas... então eu não pensava em ter um namorado negro e daí também reproduzir uma criança negra né? Daí eu acho que entra nessa questão também, acho que está implícito essa ideia de ter uma criança negra e sofrer e passar pelos mesmos preconceitos que você passou na sua infância.**

**Então eu tive esse namorado e depois com uns 27 anos comecei a namorar meu então companheiro, namorei, casei na igreja, de véu, grinalda, tudo bonitinho... festa, meus amigos que deram, mas teve festa. Aí depois de seis anos de casamento a gente resolveu ter um filho, já tínhamos estabilidade, uma casa, nós dois trabalhávamos, então vamos ter um filho.**

**Aí começa... a partir disso, eu posso dizer que eu tive um sonho. Eu sempre quis ter uma menina, sempre quis uma filha e meu marido também. Acho que já dentro dessa questão racial, quando eu pensava em uma filha, pensava numa menina do cabelo crespo, cabelo enrolado, black... essas coisas, daí eu acho que sonhava essas coisas assim. Por exemplo, antes de engravidar eu ganhei um imãzinho de geladeira, que era uma menininha negra de fraldinha rosa, está na minha geladeira até hoje.**

**- Pesquisadora: Então você passou a pensar nisso depois de casar? não era um plano de adolescência por exemplo? Como era pensar no futuro?**

**Lúcia: Sempre foi muito pesado pra mim essa questão de futuro, dentro daquilo que já comentei... eu não namorei, na escola normalmente as meninas com 7, 8 aninhos já tem um namoradinho, gosta do amiguinho... lógico que eu também passei por isso, também gostei do amiguinho da escola, mas eu nunca tive a reciprocidade do amiguinho. Sempre foi uma coisa mais platônica, sempre gostei do amiguinho, mas o amiguinho nunca nem olhou pra minha cara. Então assim, nas relações afrocentradas eu lembro que eu sempre gostava de meninos também negros né, gostei de meninos brancos também, mas sempre aquilo os meninos brancos sempre preferiam as outras meninas.**

**Então dentro dessa lógica de não ter namorado, de não ter reciprocidade na escola muitas vezes... aí assim, eu tive um namoradinho no bairro com 14 anos, mas também não foi nada relevante, foi rápido, bem efêmero. Então por causa disso, eu nunca fiquei pensando, sonhando, imaginando essas coisas, então quando aconteceu, inclusive o casamento na igreja foi meio “vamos casar?” - “ah, então vamos casar”. até por que eu namorei muito pouco tempo e resolvi casar, daí que fui atrás de igreja, de vestido... e também tem a questão das relações né.**

**Então a questão da maternidade... e tem as questões das relações, a relação de violência que minha mãe sofria com meu pai, eu não queria reproduzir aquela mesma relação de violência. Eu nunca sonhei em me casar, né. Eu passei a vida inteira com a minha mãe falando que homem não presta... então essa frase ficava latente na minha mente. Então essas coisas de pensar, imaginar, me casar, ter filhos, não.**

A primeira vez que ouvi Lúcia falar de sua experiência, muitas coisas me tocaram. É como se tivesse retornado à minha própria adolescência, senti por alguns momentos um desejo de chorar, de interrompê-la e dizer que a entendia. Algum tempo depois de nosso

encontro, ao reler as palavras de Lúcia, me recordei de uma música do Emicida<sup>6</sup> que diz que “a felicidade do branco é plena, a felicidade do negro é quase”. Não porque acredito que haja soberania na vida do sujeito branco, ou que se possa ser ‘feliz’ vivendo em uma sociedade injusta e fazendo parte dessa injustiça, tal qual fazem os sujeitos brancos em nossa sociedade, mas porque quando o cantor fala em felicidade me vem, quase como sinônimo, a palavra oportunidades.

É essa dimensão que para nós negras/os é sempre quase. Ao dizer que a ideia de maternidade nunca esteve presente em sua vida porque ela não tinha elementos para sonhar, Lúcia me fez voltar a essa canção e pensar o quanto de nossas vidas tem sido “quase” por conta de opressões de diversas ordens. Lúcia, uma mulher negra, disse com todas as letras que nunca pensou em ser mãe porque sua condição de mulher negra nunca a permitiu sonhar, planejar, desejar.

Considero muito importante os apontamentos feitos por ela a respeito da solidão vivenciada pelas mulheres negras, porque é uma solidão que ultrapassa o fato de ter companhia ou não, muito além, em alguma medida retira a possibilidade da crença na possibilidade. Muitos debates contemporaneamente tratam da questão da solidão da mulher negra, especialmente no âmbito afetivo-sexual. As reflexões de Lúcia retomam essas questões, ela é categórica ao dizer que não havia namorado por conta dos problemas raciais existentes e que essas questões raciais fazem com que a vida afetiva e sexual de mulheres negras contenha muitas problemáticas.

Lúcia tem consciência de que sua falta de planejar ou de pensar o futuro estava estritamente ligada à sua raça, porque via empiricamente as restrições a que era colocada pelos homens/meninos, tanto brancos quanto negros, em diversos momentos de sua vida. Ao questionar qual seria a mulher que os homens (negros ou brancos) apresentariam à sociedade, a interlocutora chama atenção para o poder exercido pelos marcadores de raça e gênero na vida das mulheres negras. A narrativa de Lúcia apresenta também alguns preconceitos internalizados da interlocutora, em relação a ter filhos/as com homens negros. Segundo ela, a possibilidade de que o preconceito racial atingisse seus/suas futuros filhos/as fez com que ela considerasse por algum tempo desvantajoso ter filhos/as negros/as.

Após essa fala de Lúcia, eu a questionei sobre a influência do casamento no fato de ter tido sua filha, já que ela não fazia planos com a maternidade. Este momento me emocionou muito, porque escancara a maneira como discretamente o racismo tolhe diferentes

---

<sup>6</sup> Emicida é o nome artístico do rapper, compositor e cantor brasileiro Leandro Roque de Oliveira. A música a que faço referência é “Ismália”, de seu mais recente álbum “AmarElo”.



possibilidades, neste caso, a possibilidade de sonhar, de planejar a maternidade, tendo em vista que não via possibilidades de se relacionar afetiva e sexualmente com alguém.

Ao ser questionada sobre momentos de sua vida em que ela pensou no futuro, Lúcia diz emocionada que pensar no futuro sempre foi muito doloroso para ela, visto que nunca tinha tido expectativas correspondidas neste campo da vida, pois o fato de ser negra a colocava à margem das relações afetivo- sexuais. Minha interlocutora pontua que tendo consciência de que estava socialmente à margem das dinâmicas sexuais e afetivas em que poderia encontrar parceiros e, portanto, gerar filhos/as, ela acabou se retraindo, isso fez com que não conseguisse, ao longo da vida, sonhar nem fazer planos. A consciência da discriminação acabou por deixá-la vivendo de modo automático, sem que conseguisse se ver como um sujeito autônomo, amável e desejado.

Lúcia também conta que além dessa questão, a maternidade lhe parecia distante porque a maternidade estava, para ela, muito vinculada aos relacionamentos e ela havia passado a vida toda presenciando violências no relacionamento de seus pais, assim como ouviu, desde sempre, a mãe dizer que homens não prestavam. Portanto, de acordo com Lúcia, tanto sua condição de mulher negra como o exemplo de relacionamento que ela tinha em casa não possibilitou que ela imaginasse a vida com alguém, filhos/as, família e coisas correlatas a isso.

#### **4.1.2 Maternidade e a relação com a identidade racial e materialidades**

Minha conversa com Lúcia foi bastante reveladora da multiplicidade de histórias e pontos que essas mulheres consideram relevantes em suas próprias narrativas. Ao ser questionada sobre a importância da experiência de maternidade em sua vida, Lúcia traz um elemento que já esteve presente na fala de outras de minhas informantes, mas apresentando um dado novo sobre sua relação com a filha, para ela, a identidade é um assunto importante quando fala de sua experiência de mãe. Este dado apresentado por Lúcia nos informa um tanto sobre as posicionalidades sociais e o que carregam, tendo em vista que Lúcia é socióloga (o que faz com que ela tenha determinadas percepções sobre debates sociais), é a única entre minhas interlocutoras a ter essa preocupação explícita em relação à filha. Sobre isso, a interlocutora diz o seguinte:

*Então...quando eu tinha essa idade de 20 anos, eu ficava imaginando que casaria com uma pessoa branca, pra não reproduzir uma criança negra, pra*

*não passar pelos mesmos preconceitos e problemas que você passa. A partir dos 20 anos onde minha **identidade** estava mais fortalecida, eu passei a imaginar que de repente eu poderia gerar uma criança negra, depois... a partir do momento que você gera essa criança, da zero idade até os 5/6 anos de idade foi tranquila, no sentido assim, de pensar o futuro. Você cuida, você compra, você pensa no melhor, faz tudo do melhor. **Inclusive eu tenho uma pira com roupa né?! Minha casa... ao invés de construir minha casa eu comprei roupa, risos.***

***Por causa daquela coisa de... dentro dessa ideia de maternidade, eu transferi muito pra questão física, material, entendeu?***

*Meu marido é super paizão assim, então ele sempre cuidou, sempre estava próximo e tudo mais, mas eu acho que foi muito questão material, por causa daquela ideia de infância pobre né? **Eu lembro de ter tido dois vestidos novos na minha vida quando criança, um amarelo e um azul. Todas as minhas peças de roupa eram doações, então como eu tenho uma estabilidade um pouco melhor... eu acho que minha relação com ela de maternidade não foi muito aquela coisa de “ai minha filhinha”, e dentro dessa lógica também de “minha filhinha”, do jeito que eu queria, minha bonequinha. Então sempre cuidei muito bem, da estética dela, do cabelo, essa coisa do cabelo sempre foi muito forte, tentei trabalhar.***

***Quando ela tinha uns 3 três anos e meio, como ela estuda num colégio particular em que a maioria das crianças são brancas, ela começou a falar que queria o cabelo pra baixo, eu quase tive um treco... mas depois com o tempo, eu, a minha irmã a gente conseguiu trabalhar isso com ela, então quando ela passou pela primeira vez ao lado de um boneco preto na loja do Corinthians né, uma boneca preta com black power, ela bateu o olho e disse: “nossa, que bonita”, eu falei “pronto, tá pronta a criança”. Eu acho que a maternidade, no meu caso, ela passou muito por essa questão de reforçar a identidade dela, com a preocupação com a identidade dela, da questão estética, da identidade, da relação que ela tem com ela mesma. E a partir da maternidade a sua vida não é mais sua, então tudo que você faz na vida é pensando naquele ser que você colocou no mundo.***

*A minha filha me dá muita alegria, quem conhece sabe que ela é muito doce, acessível, muito inteligente do ponto de vista emocional. E dentro dessa lógica estética ela é uma criança muito bonita, então ela fez moda, catálogo de moda. Então essa relação com a maternidade, o que me vem é orgulho. Tenho orgulho de ter a filha que eu tenho, né.*

*Até as pessoas ficam insistindo pra que você tenha outro filho, as pessoas insistem na ideia de outro filho. Primeiro que eu não tenho dinheiro pra tudo isso, não tenho dinheiro pra bancar, segundo, aí é uma questão pessoal... **quando você é mãe, a criança tá lá no quarto e você na cozinha lavando louça e a criança fica: “mãe, mãe, oh mãe” “filha, eu num guento, como assim? ninguém aguenta (risos)”***

*Aí eu fico imaginando que as pessoas ficam falando que tenho que ter outro filho, imagina dois falando? E quatro? Tem que ser santa! Eu não aguento, não tenho a mínima vontade de ter outro.*

Lúcia, assim como outras interlocutoras, traz em seu discurso de maternidade a relevância da questão material. Ela faz questão de dizer que quando criança não teve condições de ter roupas novas e que essa dimensão é muito importante, hoje, em seus cuidados com a filha. No caso de Lúcia, ela tem uma relação muito forte com roupas, assim

manter a filha bem vestida e arrumada é algo que ela considera essencial em seu papel, aliás, considera que tem “problemas” com isso e conta que deixou de construir uma casa por gastar com peças de roupas.

Há, na Antropologia, muitos estudos que versam sobre a cultura material, sobre a maneira como as coisas representam as pessoas em suas diferentes culturas e locais. As declarações de Lúcia a respeito da importância das vestimentas em sua vida e, conseqüentemente, em sua relação com a filha, me fez voltar às discussões de Miller (2013), que vai na contramão do modo como comumente se pensa essa questão a partir da cultura material. Para ele, as coisas não nos representam, pois não há esse distanciamento entre nós e as coisas, mas sim uma relação que se estabelece de maneira mútua, somos feitos pelas coisas e as coisas feitas por nós. Em um dos textos de seu livro intitulado *Trecos, troços e coisas*, o autor discute porque a indumentária não é um utensílio superficial. Miller (2013) traz exemplos do valor e da relação que as pessoas têm com suas roupas em três lugares: Trinidad, Índia e Londres. Em todos esses lugares ele mostra como as roupas constroem o que as pessoas são, ou seja, elas não são meramente elementos usados por nós, elas fazem parte de nós.

A maneira como as pessoas, em Trinidad, relaciona-se com as vestimentas é uma das que mais me aguçou a reflexão, porque a indumentária lá é vista como parte das pessoas, do que são, do que querem ser, sendo, portanto, sua verdadeira face, digamos assim. Esse olhar se difere muito da nossa concepção cultural em relação a isso. Entre os/as trinitário/as não se faz uma separação de importância entre o profundo e o superficial e mais, para eles, não há nada que diga mais sobre nós que o que se pode ver, portanto, os cuidados, asseio, glamour, tecidos, etc., de uma roupa dizem muito sobre as pessoas e não há algo mais profundo a ser visto ou descoberto, ao contrário, no interior se pode esconder muitas coisas, já o exterior revelaria a verdade.

Essa percepção da indumentária a partir da visão das pessoas de Trinidad levou-me a refletir sobre as falas de Lúcia a esse respeito. Hoje, Lúcia é uma mulher negra com condições financeiras razoáveis e emprego estável, mas antigamente, pobre, de uma tal maneira que a pobreza de Lúcia lhe impingiu uma marca. Essa marca, contraída na infância e adolescência de Lúcia, é resgatada em sua maneira de construir prioridades em seu trato com a filha, para ela, sua relação de maternidade passa pelo cuidado e apreço pelas roupas e, especialmente, por manter a filha sempre bem vestida e cuidada através das vestimentas. Ao conversar com Lúcia e a ouvir dizer que preferiu, durante anos, investir em roupas ao invés de comprar uma casa, pensei justamente no que Miller (2013) trabalha na seção sobre Trinidad. Em nossa

cultura, de modo geral, as prioridades de Lúcia seriam consideradas supérfluas, mas sua maneira de conduzir seus cuidados com a filha e sua relação com as vestimentas, bem como seus apontamentos, me fizeram construir outras possibilidades de reflexões.

Ao ouvir Lúcia, pensei exatamente em minha própria relação com as roupas e como, durante anos, venho questionando minha falta de “estilo”. Atenta à fala de Lúcia, me percebi pensando o quanto as roupas desempenham papel importante na nossa constituição do eu, no que determina cada um de nós a um “eu” específico. As roupas e a relação que minha interlocutora estabeleceu ao longo da vida com esses elementos determinaram seu “eu”, quem ela é pública e intimamente, na mesma medida que determinou também quem ela é como mãe, suas preocupações, prioridades, frustrações (de não ter tido vestidos novos quando criança, por exemplo), etc.

Observar essa questão na fala de Lúcia fez-me caminhar por sua maternidade, também organizada por uma preocupação com as questões materiais da filha, assim como aparece na fala de outras interlocutoras. Tendo em vista nossos aspectos culturais e a maneira como socialmente lidamos com as vestimentas, não é nada curioso que muitas pessoas considerem esse elemento prioritário e dispenda muitos cuidados com isso. Pois, ainda que tratemos as coisas de maneira dicotômica (superficial versus profundo) – sendo sentimentos, elementos profundos e roupas, elementos superficiais –, em sociedades capitalistas e de consumo, vestir-se de determinadas formas traz determinados efeitos, tratamentos, entre outros. Portanto, quando mulheres negras, como Lúcia, se atentam a essa esfera, o olhar tem que ser cuidadoso para compreender as diferentes questões que uma roupa pode suscitar.

Outro ponto bastante relevante nas análises da minha interlocutora consiste na ligação de sua maternidade com a construção de uma identidade racial da filha. Em alguns momentos, ela disse que a construção de sua própria identidade possibilitou a existência da filha, visto que ela temia ter filhos/as negros por conta de preconceito que pessoas negras vivem em sociedades racistas como a nossa e que ela temia que sua filha também vivesse. No momento em que vê sua identidade racial fortalecida, Lúcia não considera mais um problema ter filhos/as negros/as e, mais que isso, passa a se preocupar com suas ações enquanto mãe, segundo ela, *“Eu acho que a maternidade, no meu caso, ela passou muito por essa questão de reforçar a identidade dela”*.

Ao ouvir as elaborações de Lúcia me ocorreu que ela considera a identidade da filha um elemento importante porque, para tê-la, passou pelo processo de fortalecimento da própria identidade. Acredito que sem que tivesse se conscientizado de quem é, dos problemas raciais existentes, de sua estética, entre outros, sua decisão de ser mãe ficasse enfraquecida e talvez

nem viesse a experimentar a maternidade, haja vista que o processo de fortalecimento de sua identidade negra, fez com que ela desconstruísse medos em relação a ter filha/o, permitindo com que vivesse essa experiência. Assim, se a identidade racial de Lúcia pode não ter sido o único fator na decisão, é compreensível que também contribuiu para que ela fosse mãe.

A perspectiva de preocupação com questões de identidade racial e a necessidade de falar sobre ela com os/as filhos/as apareceu somente na fala de Lúcia, ao menos de maneira contundente. Ao narrar o quanto sua maternidade está ligada a instruir e fundamentar a identidade negra da filha, Lúcia conta como essa fundamentação passa pela construção de uma estima estética que envolve, em especial, o cabelo. Lúcia conta que o dia em que a filha viu uma boneca preta de cabelo *black* e disse que a tinha achado bonita ela ficou aliviada com seu trabalho de instruir, neste dia, Lúcia disse: *“pronto, tá pronta a criança”*.

A importância dada aos cabelos por Lúcia é muito simbólica, tendo em vista que o cabelo crespo sempre foi visto como o maior estigma da negritude e usado por muito tempo para justificar a suposta subalternidade de negros e negras africanos/as. De acordo com Kilomba (2019), o cabelo de pessoas negras passou a ser o maior símbolo de “primitividade”. Portanto, quando Lúcia diz que a criança está pronta ao reconhecer como bonito um cabelo *black*, sua afirmação faz todo o sentido.

Os cabelos de pessoas negras passam a corresponder a um instrumento de consciência política, então, ao ver que sua filha assimilou em alguma medida aquilo que ela se dedica, enquanto mãe, a fundamentar e fortalecer, Lúcia acredita que ela está “pronta” e que conseguiu fortalecer a identidade racial da filha. Kilomba (2019) discorre que o cabelo passa a ser um sinal de independência e descolonização das normas brancas de sociedades como a nossa. Desse modo, parece-me que Lúcia compreende a importância de auxiliar na construção da identidade da filha não só para que ela tenha um trajeto diferente do seu, mas especialmente porque entende o significado disso para a coletividade.

Outro ponto que considero bastante relevante para pensarmos é quando, em tons muito bem-humorados, Lúcia diz que não quer ter mais filhos/as e, mais do que isso, diz o quanto é irritante ficar ouvindo a filha a chamando o tempo todo e não consegue imaginar mais alguma criança fazendo o mesmo. Ao ouvir a maneira como ela emprega sinceridade ao falar de seu cotidiano como mãe, ative-me ao quanto é muito importante que as mulheres mães possam falar de seus problemas, dificuldades, irritações, entre outros, visto que se constrói o tempo todo uma imagem muito idealizada e passiva das mães. Quando Lúcia diz que é preciso ser “santa” para aguentar mais de um/a filho/a, ela estava nos chamando a atenção para o

contrário disso, porque não há santas, mães são mulheres e, portanto, estão sujeitas a errar, se irritar, se arrepender, tropeçar, etc. e é assim que ela é.

Esse depoimento de Lúcia me soou muito corajoso, já que mulheres (mãe ou não) são constantemente bombardeadas com idealizações de maternidade. Construimos cotidianamente a ideia de uma mãe “santa”, para quem qualquer ação do/a filho/a soa como um bálsamo e não como irritação, conforme nos apontou Lúcia ao dizer que a filha a chama toda hora. Ao contar com sinceridade sobre seu cotidiano com a filha, Lúcia desmistifica, com sua experiência, ideias tão rígidas a respeito da maternidade e aponta para a pluralidade das experiências dessa ordem.

#### 4.1.3 Maternidade e dor

Lúcia é uma mulher muito comunicativa e isso, sem dúvidas, facilitou muito nossas conversas, ela me dava longos e detalhados relatos com exemplos de situações de sua vivência com a filha. Quando questionada se enxergava na experiência da maternidade algum elemento de poder, Lúcia diz categoricamente que não e, mais que isso, sinaliza que a maternidade negra traz algumas dores. Segundo ela:

*Eu nunca pensei nisso não, sinceramente... na prática você pensa em reproduzir uma outra pessoa, com uma identidade forte e aí de repente pensar que você pode orientar uma pessoa a ter uma vida melhor que a sua, ser mais forte que você. Mas quando você vê a força do racismo na sociedade, você se sente uma criança indefesa, porque quando eu vejo a força do racismo na vida da M.C exatamente como foi na minha vida, você se sente uma pessoa indefesa. Então assim, primeiro que eu nunca pensei na maternidade como projeto de vida, então assim, pensar a maternidade como um empoderamento pra mim talvez nesse sentido de criar, mas até a M.C ter seus 9 anos, eu passei muito tempo fora também, então eu não percebi algumas coisas da vida dela. O ano passado meu marido falou “Lúcia, a M. está vindo mais triste do balé, você percebeu?” – respondi: “Não, não reparei. Eu conversei com ela, ela não falou nada”. Aí eu descobri nas férias agora, nós conversando e ela contou que entrou em dois amigos secretos no balé e no sapateado, onde as pessoas são brancas, classe média... e aí ela fez um amigo chocolate que a menina deu o pior chocolate pra minha filha, o mais simples que ela pode, isso no balé. Daí no sapateado a menina deu pra ela um brinquedo que ela tinha ganhado de brinde por um brinquedo que ela tinha comprado.*

*E aí, as outras meninas todas do balé ganharam os brinquedos que elas pediram, tinha uma listinha de intenções. Todas ganharam e ela não, ela ganhou esse brinquedo de 10 reais.*

*Pesquisadora: Você acredita que ela já faça a ligação da maneira como a tratam com as questões de raça?*

*Lúcia: Creio que ela saca sim, é muito doloroso pra mim..., mas por exemplo, ela vai dormir na casa das amiguinhas, ela posa na casa de algumas amigas. Ela posa na casa da Mr. e das meninas da C. e a relação é de total igualdade, um dia uma vai posar na casa da outra, depois as meninas vem, ela vai, etc; como elas são crianças negras, temos total igualdade nisso, mas quando se trata das branquinhas... a M. posa na casa da A.B, por exemplo, mas a A.B não posa na minha casa. Nunca foi, já foi brincar, mas posar não. Mas a A.B posa na casa da C. e vice-versa, entendeu? E aí, pra mim como mãe é difícil falar... é por causa do racismo, esse povo é racista. Por que dói... é uma sinuca de bico.*

*Aí vai, eu sou negra, meu marido é negro... aí tem aquelas ideias “ah, esse negão aí vai pegar a minha filha”, eu não sei o que esse povo tem na cabeça. É muito complicado.*

*Então não, eu não vejo como uma esfera empoderadora... e talvez por que eu conheço outros espaços de poder, então o lar para mim seria uma coisa muito ínfima, nesse sentido. Pode ser pela minha visão, por eu ser ativista, por eu participar de sindicatos, já viajei um monte pra encontros, pode ser que a minha condição me faça pensar assim, mas o empoderamento é algo maior, coletivo... não através da educação de um filho dentro de uma casa, ainda mais pra mim que nem noção de casa eu tenho direto - risos.*

Ao longo de suas respostas, Lúcia trata de questões muito importante em sua narrativa. A primeira delas diz respeito à maneira como a experiência de maternidade a coloca de frente com os problemas raciais, que passam a ser vistos, sentidos e discutidos em dobro. Se antes de ser mãe ela lidava com essas questões em alguns momentos e dizia respeito somente a ela, ao ser mãe se sentiu indefesa, porque agora consegue ver a força do racismo se perpetuando na vida da filha, como também foi com ela. Esse momento da conversa foi bastante delicado para mim, me emocionei muito no momento em que Lúcia falou que percebe discriminações raciais na vida da filha idênticas às que ela sofreu. Esta fala me fez refletir por alguns instantes o modo como opressões vão se moldando ao longo do tempo, como ainda temos que avançar, o quanto doía nela, em mim e quanto deve doer em tantas outras mulheres negras, mães ou não.

Para esmiuçar ainda mais suas colocações, Lúcia traz o exemplo das relações de amizade ou de proximidade que a filha estabelece nos lugares em que frequenta e relata como sua filha é tratada de modo descuidado e racista pelas colegas. Segundo Lúcia, em ocasiões de dois dos amigos secretos que participou, a filha ganhou presentes muito abaixo do que desejava e do que todas as outras meninas brancas ganharam. Outro exemplo tratado por ela é a maneira como a família de amiguinhas brancas da filha criam distanciamentos e limites para o relacionamento, como exemplo, Lúcia cita que as meninas brancas nunca dormiram na casa dela e de sua filha, mas o contrário já ocorreu e sua filha esteve na casa das amigas.

Lúcia não encara isso como uma coincidência, o que me fez lembrar de Kilomba (2019) quando evoca em seu livro um conceito que ela trata como “contágio racial” referindo-se especialmente a fronteiras geográficas. Ao ouvir as falas de Lúcia associei o conceito também a fronteiras emocionais/subjetivas, visto que a maneira como a família das amigas de sua filha a tratam, fica claro que há uma convivência limitada, com barreiras, como se algumas coisas fossem possíveis, outras consideradas uma área não possível de adentrar.

Assim como as barreiras espaciais, as barreiras subjetivas impostas nas relações de M.C com pessoas brancas faz com que Lúcia se sinta ferida ao se dar conta de que a filha é discriminada, como ela também já foi. A fronteira subjetiva imposta nas relações também separa os mundos, tal como as geográficas. Quando as mães das amigas brancas de M.C não permitem que elas durmam na casa de Lúcia, como a filha de Lúcia faz, elas estabelecem uma separação de mundos e o fazem de modo simbólico, mas, ainda assim, a mensagem subliminar por traz do comportamento diz o seguinte: há o mundo dos brancos que se pode e deve conhecer e o mundo dos negros que pode ser ignorado.

Ao tratar essa questão, Lúcia levanta outro assunto importantíssimo: a imagem do homem negro estuprador. Lúcia retoma a crença racista de que homens negros seriam estupradores, apenas por serem negros. Ao falar do afastamento que as amigas brancas de sua filha têm de sua família, a interlocutora retoma a ideia do mito do homem negro estuprador como uma possibilidade para esse afastamento, a possibilidade do medo racista da família branca da amiga de sua filha.

As concepções trazidas por Lúcia são bastante relevantes, visto que a imagem do homem negro como estuprador é uma questão bastante trabalhada por Davis (2016). A autora retoma a construção dessa imagem nos E.U.A justamente como um elemento político de opressão e dominação da população negra. Segundo esta autora, a partir do momento que a estrutura econômica do pós-guerra ganhava força, era preciso encontrar outros métodos para subjugar a população negra. O mito do homem negro estuprador nasce precisamente para respaldar a opressão e para justificar os linchamentos, pois as ideias de negros organizados para matar toda a população branca, bem como todo tipo de conspiração negra já não se sustentava, sendo assim a construção desse mito se torna imprescindível para abarcar novos contextos históricos e sociais da época.

As construções do mito do homem negro estuprador também atingem as mentalidades brasileiras, haja vista que o que está por detrás do mito é a desumanização do negro, a ideia de que este é um ser bestial, animalesco e, portanto, incapaz de controlar seus impulsos de qualquer ordem, especialmente os sexuais. Assim como aconteceu nos E.U.A, a construção de



estereótipos dessa origem também alcança a população brasileira, basta observarmos as caricaturas racistas cotidianas em diversos meios de comunicação, as falas do senso comum, os estereótipos a respeito da potência sexual do homem negro, como de sua suposta propensão à criminalidade são imagens constantes e bastante contundentes.

Desse modo, ao apontar sua crença de que a falta de laços de amizade na mesma proporção entre a filha e as amigas passem por essa questão, ou seja, o ideário racista que animaliza o homem negro, Lúcia retoma o mito do homem negro estuprador trabalhado por Davis (2016) e, ao fazer isso, nos remete ao fato de que, embora tenha havido um rompimento no horror dos assassinatos cometidos por conta desse ideário, existem outros tipos de relações e prejuízos contemporaneamente causados por essas ideias, como a necessidade de delimitar a relação entre a menina branca (amiga) e a filha de Lúcia.

#### **4.1.4 A dimensão política de criar filhos/as negros/as**

Tendo em vista as considerações feitas por minha interlocutora a respeito da maternidade como uma possibilidade de empoderamento para as mulheres negras e o quanto essa dimensão é, para ela, inexistente devido às dores que o racismo traz para a maternidade de mulheres negras, perguntei, tal como fiz com minhas interlocutoras anteriores, sobre a criação de filhos/as negros/as ser uma ação política, considerando os males que nos alcançam nesse espaço. Ao ser questionada sobre isso, Lúcia fica alguns instantes em silêncio e depois diz que sim, na sequência explica o porquê e retoma especialmente a maneira como sua filha é tratada. Ela diz:

*Até esses dias ela era modelo infantil, então era super bem tratada, as pessoas paparicavam ela, etc. Outro lugar de relações era na escola, que super protege ela, as pessoas gostam dela, embora seja uma escola de gente branca ela sempre foi super bem tratada, entendeu? **Eu até agora não tinha visto o racismo de forma tão agressiva, as meninas que ela convive na escola tão com ela desde pequenininhas, no entanto só agora que eu percebi que embora ela seja da sala das meninas há pelo menos 7 anos, ela não tem amigos na escola? Se é uma questão política? Com certeza. Quando é que se tornou político, né? Quando eu entendi que eu gostava de pessoas negras, que eu poderia casar, ter uma família afrocentrada, entendeu? Quando a família 'Doriana' pra mim passou a ter que ser negra. Eu sou negra, meu marido é negro, minha filha é negra, então a partir daí era uma questão política, porque eu ia reproduzir uma criança negra e essa criança faria parte dessa situação, agora dizer hoje que a M. tem 11 anos, que na escola onde ela tá há 7 anos ela não tem amigos, ela não tem amigos. No balé ela está desde os 7 anos, ela tem 5 anos de balé e não tem amigos. Ela nunca foi na casa de uma amiga do balé, aí assim, ela tem uma amiguinha no balé... que ela diz que é amiga, uma bem***

*loirinha do olho claro, que esses dias a mãe deixou ir no cinema comigo numa boa, mas são 5 anos de balé, gente eu fico pensando, não é dois dias, então a relação que ela tem na escola é a mesma relação que eu tinha na minha época, por que os meus amiguinhos não queriam ser meus amigos, a C. e a G. não queriam ser minhas amigas. A C. loirinha do olhinho verde e a G. japonesinha, que quando ela fez papel de indígena na escola eu fiquei brava, por que eu era a indígena lá, só por que ela tinha cabelo grande escorrido, ela não é índia, ela é japonesa. Essa relação eu fiz na escola, a mesma relação que eu tive na escola a M.C tem na escola, são relações muito superficiais, não é amizade. Relação de cumplicidade, de carinho, de respeito é só com a família da C. que também é uma família afrocentrada, aí tem quem mais? a L. do balé, uma menina de classe média b, ela e a M.C quem sabe um dia, no futuro elas tenham uma relação de cumplicidade, por que elas não são cúmplices ainda, por que a L. tem a vida dela, passa as férias nos EUA, às vezes com a família, a mãe dela é extremamente fechada, a M.C falava: “ai mãe, a mãe dela (L.) não fala nada com ninguém”, aí eu falei: “a mãe dela tem duas coisas filha, ou ela é arrogante ou ela é tímida”, depois disso a própria filha começou a falar: “mãe, você não fala bom dia pra M.C, você não fala com ela, você não gosta dela?”. E aí diz que a mãe respondeu que gostava sim e a L. voltou a pontuar que ela não a cumprimentava, mas a L. começou a falar porque a M.C falou “ah, sua mãe não gosta de mim”. Então... daí agora que as duas estão construindo alguma amizade, e é isso, é político, ter uma família, criar filhos negros... com três aninhos ela queria abaixar o cabelo, depois disso passou a gostar, virou referência em vários lugares, na escola, várias crianças da escola que ela tá que antes alisavam o cabelo, agora não alisam mais, então assim, ela é referência em vários lugares que ela vai, e sobretudo... é político, não tem como pensar nessas condições sem ser político.*

*Eu só me casei com uma pessoa negra, porque comecei a melhorar a minha visão nesse sentido, e a M.C não sei como vai ser... Ah, ela ama bonecas, tem um monte, mas uma meia dúzia são brancas, é perder dinheiro. Ela tem três ‘ken’, um loiro, dois escuros, um mais claro e outro mais e ela queria um mais escuro ainda. As bonecas todas são negras, aí ela foi na fisioterapia e a moça da clínica disse que ela era racista, por que só tinha bonecas negras. Olha a fala da M.C, ela falou assim “mãe, eu falei que não, eu não era racista, mas ela não deve ter falado sério, porque é uma coisa tão boba”. Ela falou “mãe, foi brincadeira dela”, e eu não ia falar pra ela que não foi brincadeira, não vou... é um tipo de coisa que tomo cuidado, ela é muito sensível e ela deve saber. No final do ano, compramos umas canequinhas cheias de personagens africanos, enchemos de bombons, por que a M.C adora eles (fisioterapeutas), então assim, é isso, você vai construindo percepções e isso é extremamente político.*

*Ser negro, ser uma família negra é sinônimo de resistência, de política, de uma outra realidade, por que normalmente os homens brancos se casam com mulheres brancas para terem filhos brancos, as mulheres negras também se casam com homens brancos para terem filhos brancos e vice-versa.*

Lúcia começa a narrar o momento em que a ideia de ter filhos/as negros/as passou a ser um componente político em sua história de vida e para isso retoma a percepção do racismo como algo forte na vida da filha. Segundo ela, perceber a maneira como sua filha é tratada e o

modo como as relações são construídas em diversos ambientes a fez repensar uma série de coisas, embora já reconhecesse como político, o fato de ter uma família e filhos/as negros/as a partir do momento que se identificou com os seus.

A interlocutora retoma o momento em que se identificou com seus pares e passou a considerar se envolver com pessoas negras, começando a ver que diversas representações que comumente eram feitas com pessoas brancas poderiam ser feitas também com pessoas negras. Assim como a possibilidade de se relacionar afetiva e sexualmente com homens negros passou a fazer parte do horizonte de Lúcia, ter filhos/as também. Dessa maneira, considera a maternidade negra um ato político porque formar uma família negra é passar por uma série de momentos marcados pelas questões raciais e resistir. Construir maneiras de assegurar o bem-estar da filha, tornando-a alguém consciente racialmente faz parte da dimensão política, para ela.

Mais uma vez aparece nas suas palavras a ideia de construção da identidade da filha como um elemento central de sua maternidade. Ao dizer que a M.C tem bonecas negras, as ama e se reconhece nelas, assim como considera uma “bobagem” uma mulher branca a chamar de racista por isso, Lúcia parece deixar claro a importância dessas questões para sua maternidade, fundamentar a identidade racial da filha é, sem dúvidas, um aspecto primordial para a interlocutora.

No final de sua narrativa sobre essa questão, Lúcia diz que criar filhos, casar-se com pessoas negras, construir uma família é uma maneira de resistir e especialmente de subverter a ordem em relação à negritude, visto que o *modus operandi* é que pessoas negras e brancas se casem com brancos para terem filhos/as brancos/as, fazer o contrário é transformar essa realidade, segundo ela, e isso só acontece através de um fortalecimento de identidade de cada um, por isso considera essa dimensão de sua maternidade tão importante.

#### 4.2 NOEMI

Noemi tem 58 anos, é divorciada, heterossexual, funcionária pública (auxiliar de serviços gerais), tornou-se mãe aos 27 anos e teve duas mulheres e um homem. A primeira coisa que ela me contou sobre si é que sempre desejou muito ser mãe e que a maternidade a realizou, de tal modo que, de acordo com ela, se definiria como uma mãe realizada.

#### 4.2.1 Significado da maternidade

Minha conversa com Noemi aconteceu em sua casa, na ocasião estava presente uma de suas filhas acompanhada de uma amiga. Eu e Noemi conversamos sentadas à mesa de sua cozinha por cerca de uma hora e quinze minutos. Noemi foi a mais tímida de minhas interlocutoras, embora tenha respondido a todos os meus questionamentos. Em alguns momentos a sentia com ares de retraimento, passou todo nosso tempo fumando e bebendo sua “cervejinha diária”, como ela mesmo chama. Um dos meus primeiros questionamentos à minha interlocutora foi em relação ao significado da maternidade em sua vida, sobre isso Noemi diz:

*Olha, ser mãe... apesar de que não é todas as mulheres que desejam ser mãe, mas eu desejava muito ser mãe, muito mesmo. E quando eu peguei o resultado de que eu estava grávida, eu saí do laboratório e já estufei a barriga - risos, pra que todos vissem que eu estava grávida, a gestação pra mim foi um dos melhores momentos da minha vida, eu acho assim, que foi a fase que me senti mais importante... por que eu estava gerando alguma coisa dentro de mim. A gestação foi muito prazerosa, mesmo em meio aos problemas de gestação.*

*É muito bom, eu tinha o maior prazer de sair na rua com os meus três filhos, nossa, maior prazer em estar vendo eles ao meu redor, isso é muito prazeroso isso pra mim. Às vezes eu olho e nem acredito que eu fiz eles, que são meus filhos, eu sou muito orgulhosa... eu não penso no trabalho que me deram, eu sou muito grata por ser mãe, você passa dor de cabeça, passa perrengue... mas nunca me arrependi da maternidade. Eu nunca me arrependi, eu acho que sem ser mãe a mulher... pelo menos eu, eu não seria uma mulher completa. E trabalho todos tem né... eu lembro que D. deu muito trabalho na escola, era hiperativo. Lembro que uma vez eu falei assim pra diretora “ai meu deus, onde que eu errei?”, aí ela falou assim: “não mãe, a senhora não errou”. E mesmo com os problemas, nunca pensei que sem eles eu seria mais feliz, por que eu teria menos dor de cabeça... isso não.*

Desde o início de sua fala, Noemi deixou claro que a maternidade era uma experiência que ela queria muito viver, ela me disse que quando completou dois anos de casamento já estava louca para engravidar e preocupada porque isso ainda não havia acontecido. Ao falar sobre a experiência de ser mãe, diz que foi a fase mais importante de sua vida e que se sentiu importante nesse momento da vida.

Noemi é a primeira de minhas interlocutoras a colocar a maternidade como uma experiência de completude. Segundo ela, essa experiência a fez completa. Ao iniciar sua fala para contar sobre isso, ela começou dizendo que “sem ser mãe...” deu um tempo e restringiu a experiência de completude a ela apenas e não a todas as mulheres como deu a entender na

frase inicial: “... *apesar de que não é todas as mulheres que desejam ser mãe, mas eu desejava muito...*”. Noemi faz uma leitura dessa experiência em sua vida como algo necessário, essencial para que ela se sentisse completa. A percepção dela sobre a maternidade como uma experiência necessária vai muito ao encontro das construções socio-históricas que existem e envolvem essa experiência, mas observar que essa é *sua* experiência faz com que a fala de Noemi ultrapasse os discursos, pois demarca que apesar de considerar necessária essa experiência, ela situa que se trata do seu ponto de vista o qual envolve suas particularidades, subjetividades, contextos, etc., e que, portanto, não necessariamente se estende a outras ou a todas as mulheres.

Desde o início de nossa conversa, Noemi pareceu bastante retraída com os questionamentos, inicialmente considerei que pudesse ser pelo fato de uma de suas filhas estar presente na casa, mas logo ficou claro que talvez a temática fosse, em alguma medida, desconfortável para ela. Noemi é uma mulher negra que vive sua negritude absolutamente através de seu corpo negro, diferente de minhas outras interlocutoras, ela não tem um contato teórico com essa discussão, portanto, falar sobre isso pode ser extremamente doloroso para algumas pessoas negras, fazendo com que neguem a existência da questão racial.

#### **4.2.2 Ser negra e criar filhos negros**

Dos pontos levantados por mim em nossa conversa, um dos que me soaram mais relevantes na fala de Noemi foi sobre a questão racial na criação de seu filho e suas filhas. Ela afirma que a raça nunca foi algo com que tivesse que se preocupar e que teve apenas um problema relacionado a isso, conforme ela conta a seguir:

*Olha pra mim... eu não encarei esses tipos de dificuldade, eu acho que não importa se é branca, preta, japonesa, amarela, roxa, o importante é ali, você né.*

- *Pesquisadora: você não acha que existem mais dificuldades na maternidade por ser negra?*

*Não, não...*

- *Pesquisadora: e criar filhos/as negros/as?*

*É... Teve uma vez que a D. chegou da escola falando que um menininho que estudava com ela ficava chamando ela de negra, não sei o que... não sei o que, aí eu fiquei pensando “meu deus, pq isso né, entre crianças, né?”, aí eu e o pai dela fomos na casa dessa criança e conversamos com os pais né, porque... pela criança né, pq a criança pode pegar um trauma ou qualquer uma coisa e se prejudicar por muito tempo, mas daí nós fomos lá e eu fiquei meio assim preocupada, pensativa, mas... só que correu tudo bem, a adolescência correu tudo bem, eu acho que tem sim, existe muita até assim rejeição, devido a criança ser negra.*

- *Pesquisadora: isso (a rejeição) era algo que te preocupava?*  
*Não. Nunca pensei, nunca me preocupei com isso. Eu nunca tive essa preocupação por eles serem negros, nunca me preocupei com isso não.*  
 - *Pesquisadora: mesmo depois do episódio na escola?*  
*Sim, depois passou né... ela ficou de bem, a não ser que aconteceu alguma coisa e eles nunca me falaram, mas pelo contrário não.*

Diferente das interlocutoras anteriores, Noemi apresenta uma visão sem grande preocupação com as questões de discriminação racial, ao menos é o que ela me informa. Ao ouvir as respostas de Noemi sobre isso, houve da minha parte um sensível desconforto. Ela me tirou de um espaço que não imaginei sair, ao longo das entrevistas, pois era claro em minha cabeça que, de uma forma ou de outra, minhas interlocutoras me apresentariam diferentes tipos de incômodos e questões sobre criar pessoas negras, umas mais outras menos, mas todas tocariam nesse ponto. No entanto, Noemi não apresentou questão alguma, segundo ela, não existem diferenças nas maternidades por conta exclusivamente da cor da pele, mas de sua relação com os/as filhos/as. Mesmo depois de ter contato sobre uma ocasião em que a filha foi racialmente discriminada, ao responder meu questionamento acerca de suas preocupações em relação a isso, Noemi diz não as ter tido ao longo de sua experiência como mãe.

Em um momento de sua fala Noemi se refere ao episódio de discriminação na escola como algo de difícil entendimento porque viria de uma criança, ela diz “*meu deus, por que isso né, entre crianças, né?*”. Essa fala de Noemi, pode indicar a maneira como alguns elementos relacionados às questões raciais são entendidas por ela. Neste caso, ela demonstra certa surpresa ao falar sobre a discriminação ocorrida na escola, essa percepção pode soar ingênua, mas, de todo modo, é assim que a interlocutora se sente. Ao demonstrar surpresa a discriminação exercida por crianças, podemos refletir como o imaginário social pode romantizar a infância, tanto que para Noemi, parece impensável que as crianças reproduzam racismo, simplesmente por serem crianças, tornando para ela o fato ainda mais espantoso. Este olhar indica uma maneira de ver as crianças fora das estruturas sociais, sendo, portanto, vistas como ‘blindadas’ de reproduzirem uma série de opressões presentes na sociedade.

No início de nossa conversa, Noemi faz uma descrição da maternidade de maneira bastante entusiasmada, para ela a experiência traz algo de “sagrado”, de perfeição e de completude à sua vida. Desse modo, ao afirmar que não existe e nunca existiu preocupações em sua maternidade relacionadas às questões raciais, Noemi localiza sua experiência de maternidade sem interferências de ordem racial. Embora sua descrição sobre a maternidade seja bastante entusiasmada, ela admite que ser mãe traz algumas dores de cabeça e

perrengues, mas não localiza a questão racial como um desses momentos. Para além das questões estruturais, Noemi positiva sua experiência materna tanto em sua narrativa como em sua memória.

Em toda nossa conversa, Noemi se mostrou alheia a qualquer tipo de problemas ou dores causadas pelas questões raciais que marcam sua vida e de seu/suas filho/filhas, tratou todas as questões que envolviam a maternidade de modo distante do recorte racial. É bastante comum que pessoas que fazem parte de determinadas minorias se sintam constrangidas e procurem não falar sobre suas dores e problemas justamente porque retomar essas questões as tornam muito vivas. Ainda assim, em determinado momento de nossa conversa, ela deixe subentendido que compreende que o que aconteceu com a filha foi discriminação racial. Sobre o caso, ela diz não considerar um *modus operandi* da sociedade, mas uma fatalidade esporádica, o que pode ser uma estratégia de proteção de si mesma e de seu/suas filho/as, visto que admitir a discriminação racial é viver com ela para sempre e não só em momentos em que ela efetivamente acontece, é, sobretudo, viver consciente a todo tempo que sua cor é um marcador para violências. Portanto, me parece que Noemi busca adiar essa vivência simbólica de sua vida e de seu/suas filho/as.

Noemi apresenta uma discrepância em relação as minhas demais interlocutoras até o momento, ao tratar das diferenças e das problemáticas de viver a maternidade negra. Ela difere também de outras interlocutoras pois está em uma posição politicamente distante das discussões raciais, o que traz certamente outros contornos para o modo como ela enxerga a experiência aqui investigada.

Noemi não relaciona sua experiência de maternidade e as questões que viveu com a filha, por exemplo, a uma experiência de maternidade marcada pela raça. Acredito que a discrepância em relação às falas das demais interlocutoras se dê ao fato de que ao pensar a maternidade, as demais interlocutoras admitem os problemas de ordem racial contidos na experiência, justamente por estarem posicionadas em contextos em que esses debates ocorrem. Noemi é a única que embora relate uma situação de discriminação racial, não liga o fato à sua maternidade, talvez porque parta de uma posição em alguma medida romantizada da questão, não abrindo possibilidades para uma maternidade que fuja de certa perfeição ou simplesmente porque, embora o racismo exista enquanto estrutura e este tenha atingido seus/suas filhos/as em alguns momentos de sua vivência, sua maternidade passe especialmente por outros lugares. A interlocutora mostra em suas falas que sua maternidade é uma experiência completamente positivada para ela, se tratando da realização bastante íntima de seus desejos. A maternidade parece estar em uma área sem intervenções externas para

Noemi, ao menos é assim que ela parece sentir e vive-la. Portanto, essa experiência parece estar localizada para ela em um espaço de autoconhecimento, de intimidade e de deslocamento de aspectos sociais. A maternidade para Noemi parece se localizar em um espaço de autonomia, de domínio e de fruição, tal como Collins (2019) aponta como uma das muitas possibilidades da vivência materna.

### 4.3 MÁRCIA

Minha última interlocutora se chama Márcia. Ela tem 42 anos, é natural do interior de São Paulo, mas mora há alguns anos no Paraná. Márcia tem um filho de 22 anos, que criou sozinha desde os 2 anos de idade. É advogada, estudante de Ciências Sociais e *sommelier* de cerveja. Seu primeiro e único filho nasceu quando tinha 19 anos de idade, nunca quis ser mãe, mas engravidou e na época estava em um relacionamento, então decidiram que teriam o filho. Um tempo depois se separou e passou a cuidar do filho sozinha.

#### 4.3.1 Mudanças pós experiência de maternidade – existe uma Márcia antes e uma depois?

Márcia foi uma de minhas interlocutoras mais falantes, conversamos durante uma hora e quarenta e cinco minutos aproximadamente, em um domingo à tarde. A conversa aconteceu em sua casa e foi a segunda vez que Márcia gentilmente me recebeu para conversarmos. Antes de entrarmos de fato sobre as questões da pesquisa, falamos sobre livros, ela comentou das plantas de seu apartamento, me ofereceu bolo e café. E antes mesmo que eu passasse a conduzir nossa conversa, minha interlocutora já deu início ao assunto “maternidade”, me contando, por uns quinze minutos, sobre uma apresentação que seu filho havia feito e que ela estava muito orgulhosa porque ele tinha lido uma série de autoras negras. Depois de ouvir a história da apresentação, perguntei o que significava a maternidade para ela e se via mudanças em si após ser mãe. Sobre essas questões Márcia fez uma longa explanação, conforme segue:

*Olha eu nunca parei pra analisar isso, mas não houve alterações assim...né, às vezes eu já parei pra refletir sobre isso por que eu ouço muito de meninas que falam isso, de mulheres que falam isso “ai, me tornei mais forte, mais aguerrida, é... me impulsionou”, enfim... parece que eu vivi um continuum, não consigo pensar um antes e um depois. O que talvez eu consiga imaginar é que eu não fui uma pessoa apegada à vida né, e o fato de cuidar dele, eu parei de pensar um pouco em mim, dessas minhas questões*



*mais é... subjetivas, meu querer estar no mundo ou não, porque eu não tinha mais tempo pra pensar nessas questões, que tinha que pensar em fazer comida, em lavar fralda, é... ou então pensar na febre que tá alta ou então na escolinha que, a mudança de escola, essas coisas que envolve criar uma criança, então... é, mesmo a questão do trabalho, “ai, vou trabalhar pra ter algo no futuro, deixar algo pro meu filho”, nunca pensei sobre isso, por que a gente foi vivendo tudo junto, porque eu tinha **recém saído da adolescência** então é... e me tornei mãe, não dava pra refletir muitas coisas não, talvez eu consiga refletir mais hoje do que naquele momento, mas eu não sei o que seria por que eu nunca imaginei outra coisa, eu não sei o que seria sem ele, porque meu caminhar já foi com ele né. Eu não tive uma experiência para dizer **“ah, minha vida até certo ponto era assim”, por que eu era uma adolescente e já transitei para a vida adulta já mãe, né, eu não sei o que seria esse estar com ele ou sem ele e no que isso me transformou ou no que não me transformou porque foi acontecendo um processo assim... e sem me cobrar demais, por que eu pensava ninguém tem que me cobrar nada porque ninguém me deu nada, então tá me cobrando o que, né? E também nunca tive aquela pira de eu tenho que dar o melhor pro meu filho, de eu não tive tenho que dar pro meu filho, não. É, inclusive a gente tava conversando disso hoje, se eu tivesse grana eu ia sair pro mundo viajar, mas eu não levaria ele, por que ele tem todas as condições de fazer por ele, e como eu estou mais velha eu que tenho que aproveitar, se sobrar tempo ele aproveita - risos, mas isso não é egoísmo, é questão de estratégia, é questão de tempo, de vida, eu já estou mais velha, então... e ele super concorda. Mas assim, uma coisa que eu sempre gostei pra mim, pra minha vida, de estudar, não por que tinha incentivos, que alguém dizia “olha estuda”, não era uma coisa bem nata assim, acho que nasceu comigo, não sei se nasceu, mas sempre gostei. E eu via que sempre que eu melhorava um pouco, minha vida também melhorava um pouco, as concepções das coisas melhoravam e aí minha preocupação em relação a ele, se eu tive alguma, foi em proporcionar boas escolas, públicas, mas boas... eu nunca paguei ensino pra ele, então, por exemplo, escola pública eu sempre procurava colocar na melhor escola, é... inclusive estava falando sobre isso hoje no almoço, veio um amigo dele aqui almoçar e estava falando do meu primeiro embate aqui em Maringá que foi colocar ele no G. porque fui saber referência de escola e me disseram C. e G. e como eu desejava pra ele, não pra mim, mas pra ele, porque sabia que por ser um homem, especialmente negro você estar estudando em uma boa escola te dá mais segurança e me disseram que tinha o C. mas que era difícil de colocar e tinha o G. que era excelente, eu lembro que eu morava aqui perto, fui lá e a diretora não queria matricular.***

*E eu queria saber as razões e ela não dizia, falava pra colocar em outras escolas, mas lá não, aí disse que não era o limite escolar. Mas aí eu falei: “é o limite sim, eu pesquisei e é”, aí eu disse: “então vou querer saber... inventariar todos os alunos que estão aqui, você vai ter que me dar o endereço dos alunos porque se tiver um aluno que seja de outro raio que não aqui, e o meu está sendo barrado, você vai ter que explicar legalmente”, quando eu pedi isso ela aceitou a matrícula dele no ato, e aí ele estudou lá e foi excelente. Aí assim, eu sempre me preoquei em relação a isso, mas acho que seria em relação aos meus sobrinhos também, eu brigo pelos meus sobrinhos por causa das mesmas coisas... eu acho que é mais pela nossa condição enquanto afrodescendente do que mesmo ser mãe, eu acho é mais é isso.*

O primeiro ponto tratado por Márcia ao me responder foi sobre perder o tempo que antes era só para si e a maneira como a maternidade a fez olhar mais para o filho do que para suas questões subjetivas. Márcia dá a entender que sempre se questionou muito sobre estar viva, sobre dimensões muito profundas de si, mas com a vinda do filho essas questões se tornaram secundárias, haja visto que o cuidado com o filho demandava tempo demais.

Embora ela tenha clareza sobre não desejar ser mãe, acabou sendo e deixa claro que o faz com muito empenho e seriedade, especialmente em relação aos direitos e bem-estar de seu filho. O seu desejo de não ser mãe e sua vida de mãe dedicada ao bem-estar do filho remeteram-me às discussões de Donath (2017) sobre tornar-se mãe com consentimento, mas sem vontade. A antropóloga analisa as narrativas de mulheres que foram mães mesmo sem desejar e sinaliza as dificuldades que sofrem, em sociedades patriarcais, ao verbalizar seus desejos de maneira clara, especialmente mulheres de grupos sociais minoritários.

Para além disso, Donath (2017) discute a maneira como é difícil manter um desejo subjetivo quando o mesmo se choca com ditames sociais, ou seja, mesmo mulheres que tem certeza de não desejarem a maternidade, muitas vezes acabam compelidas pela força das estruturas patriarcais. Márcia deixa claro que não desejava ser mãe, mas tornou-se por que estava em um relacionamento e decidiram viver essa experiência, ou seja, a possibilidade da parceria amorosa para vivenciar a maternidade tornou a experiência possível para a interlocutora.

#### **4.3.2 Maternidade como projeto de vida**

Depois de conversarmos sobre as mudanças ou não que a experiência de ser mãe trouxe para vida de Márcia, questionei se ela entendia a maternidade como um projeto de vida. Sobre isso, ela diz:

*Pra mim não. É uma coisa muito imposta, é... pesada pra muitas mulheres e elas não conseguem dizer. Eu vejo essa cobrança quando você diz que não nasceu pra ser mãe, você não quer esse papel e as pessoas ficam chocadas, horrorizadas, tipo “ai, cê tem problema, né?! não querida, talvez você tenha” - risos. Eu não tenho problema, sou bem resolvida nessa questão, eu não me vejo cuidando de outras pessoas, eu mal consigo dar conta de cuidar de mim, eu vou dar conta de cuidar das pessoas. Eu gosto de cuidar de planta, mas... de bicho, mas de gente é uma coisa que não, essa função no mundo eu não quero. Não teria e nem sou louca pra ser vó, obrigada, não quero. Essas coisas de vai ser uma segunda mãe, “não, não quero, obrigada”. Eu não seria mãe, seria tia, por que é muito legal você*

pegar seu sobrinho, “vamos tomar sorvete, levar ao teatro, ir num show, dar uma passeadinha e depois “oh, tó mãe”.

**- Pesquisadora:** *O que te incomoda na relação mãe/filho-a especialmente? O que me pega é a questão da responsabilidade, é uma coisa que eu não gosto, não gosto de nada que eu tenha que desempenhar um papel. Eu vejo isso no meu dia a dia, por exemplo, eu adoro falar sobre cerveja, mas eu gosto de falar sobre cerveja, se alguém pergunta eu já não vou falar, entendeu?! por que nada que seja um obrigação, um ofício me estimula, eu tenho preguiça, acho chato... a rotina, é... imagina né? Eu não sei, eu acho que eu devia estar em transe, estava em Bacurau - risos, quando eu criei o F., por que eu fico imaginado acordar de madrugada, levantar pra fazer mamadeira, levar no parquinho. Não, foi divertido tudo isso. Foi bem legal até, eu gostei de conviver com ele, gosto de conviver com ele, mas eu fico pensando “nossa, é muito pesado cara” e as pessoas não percebem que isso é algo que consome a vida do outro e você faz isso sem remuneração, é absurdo. Tudo isso baseado numa construção social de que o amor supera tudo, de que é lindo, é maravilhoso. Não é, é um porre, é cansativo. Você fica doente e não tem quem cuida de você, aí você tem que cuidar de uma pessoa doente, cara se você for ver, parar de analisar... ser mãe é cruel pra cacete, ninguém pensa na mulher assim, de como isso é pesado e quando ela diz isso as pessoas a condenam, dizem “ai que desumano, tals”, enfim... as pessoas não pensam no quanto isso é desumano, sabe?! E é...*

Questionada se considera a maternidade um projeto, Márcia diz que para ela não era um projeto, que a maternidade é uma experiência imposta socialmente e que as pessoas ainda encaram com muito tabu, o desejo das mulheres de não serem mães. Márcia se mostra uma mulher com muita clareza de suas ideias e aparenta enxergar com nitidez quais são os problemas dessa experiência.

Márcia trata a maternidade como um fenômeno social que tem bastante força sobre a vida das mulheres, seja para cobrá-las de viver a experiência, seja para verificar se a mesma é executada de acordo com as expectativas sociais. De acordo com ela, a questão que mais a incomoda em relação a experiência de ser mãe é a responsabilidade, uma responsabilidade que nunca se esgota e a obrigação de ter que realizar determinadas tarefas de cuidado. Ela deixa claro o quanto essas questões a atravessam e se diz surpresa por ter conseguido cuidar do filho até hoje, segundo ela, “estava em transe”.

As observações feitas por Márcia sobre sua experiência retiram, em grande medida, o véu da perfeição que socialmente se põe sobre a maternidade, embora mãe, ela diz com todas as letras que não existe perfeição e que muitas vezes a experiência é um “porre”. Donath (2017) trata da obrigação do cuidar, com suas interlocutoras, e indica o quanto o arrependimento da experiência é visto como negligência. Ao tratar a questão com tamanha honestidade a ponto de denominá-la como “porre”, Márcia remeteu-me às discussões dessa autora quando nos mostra o quanto a ideia de responsabilidade com os filhos está ligada a

uma rede de relações intersubjetivas e que sustenta a condição feminina da entrega, da dedicação, do cuidado, sobrepondo os desejos e necessidades de terceiros a si mesma. Márcia apresenta em sua fala o quanto não compactua com a ideia de abnegação e completa responsabilidade que socialmente se espera das mães. Para ela é cansativo, injusto e cruel, o que socialmente se espera das mulheres mães.

#### 4.3.3 Maternidade como território de resistência

Márcia fez uma longa reflexão sobre a maternidade como um projeto de vida e a maneira romantizada como percebe que a sociedade encara essa experiência. Para ela, é evidente, nas construções sociais, uma negação da possibilidade de arrependimento para as mulheres, assim como a ideia de não parcialidade das experiências, transformando a maternidade em uma experiência que não deve ser analisada, devido sua suposta perfeição. Em meio a essas questões levantadas por Márcia, perguntei se ela considerava a maternidade uma experiência que pudesse trazer algum tipo de poder para as mulheres negras, a respeito disso Márcia disse o seguinte:

*Então, acho que depende muito né. Essa minha construção política enquanto corpo negro na sociedade ela é muito recente, eu nunca tinha visto, pra mim de forma individual e subjetiva. A maternidade, ela não dá nenhum status, ela não dá nenhum poder, porque eu me vejo dentro de outros espaços e podendo falar dentro de outros espaços, mas, assim pra mulher negra ser mãe e manter as sua prole é um espaço de resistência, a maternidade é um território de resistência, eu acho que eu construiria assim, nunca parei pra pensar teoricamente, fazer uma análise mais crítica, mas olhando hoje acho que é um território de resistência. Quando a gente começa a trazer a memória que as mulheres negras eram obrigadas a ter filhos para trabalhar na lavoura, para serem escravizados, vendidos, elas não tinham essa oportunidade de conviver com a sua prole ou eram obrigadas a engravidar pra ter seus filhos arrancados pra servir de ama de leite para as mulheres brancas, as mulheres brancas não veem isso né?! E as mulheres negras criarem seus próprios filhos, isso é um ato muito de... poder mesmo, né?! De um espaço no mundo, é de construir também a sua narrativa e se construir enquanto sociedade. E é pesado quando você... meu filho tem 22 anos né, o Racionais fala “27 anos contrariando as estatísticas” , eu fui num show do Mano Brown em outubro e ele disse: “50 anos contrariando as estatísticas”, por que pra mulher negra ainda oh... antes elas tinham seus filhos arrancados pelo senhores de escravos e hoje ela tem seus filhos arrancados pela letalidade do Estado, pelo genocídio, pelas mãos da polícia, então elas criam seus filhos e não conseguem conviver porque o Estado os mata, então acho que é um espaço de resistência olhando por esse viés, de forma estrutural. Individual, pra mim eu não leio dessa maneira porque eu tenho uma outra experiência, mas dentro desse locus de estrutura, se for verificar a maternidade acaba*

*sendo um espaço de poder e um espaço de sofrimento se for ver por esse lado.*

*Eu não escolhi ser mãe, acabei optando por ser mãe porque engravidei e eu quis estar mãe, estou mãe e hoje a minha luta não é “ah, o F. está bem”, por que eu sei que ele vai estar porque ele foi conduzido por essa narrativa, mas meu maior medo... eu tenho um medo hoje, eu não durmo direito, porque... não é porque ele é meu filho, se ele fosse meu irmão, se ele fosse meu amigo eu teria a mesma preocupação, por que a gente convive, temos uma construção de vivência. **Então meu maior medo é ele ser morto pelo Estado, pela mão da polícia, eu morro de medo, é meu maior medo.***

Quando questionada se a maternidade seria uma experiência que traria algum tipo de poder à sua vida, Márcia diz que nunca pensou sobre isso, mas que não consegue enxergar essa experiência assim. Ao contrário, ela utiliza um outro adjetivo para a questão, diz que entende a maternidade como um território de resistência das mulheres negras. Márcia é a primeira das interlocutoras a adjetivar a maternidade dessa maneira, considero muito relevante que ela o faça, tendo em vista que ter algum tipo de poder e resistir são coisas muito distintas, ao menos na percepção que Márcia faz delas.

Minha interlocutora justifica que não entende a maternidade como um espaço de poder porque ela transita em outros espaços, tem voz nesses lugares e nunca cogitou o lar como sendo um deles. Mas o vê, sim, como um território onde mulheres negras resistem a discriminações racistas cotidianamente e, segundo ela, conseguir ter seus/suas filhos/as contrariando as estatísticas é resistir a uma estrutura que tenta não só tirá-los delas, através do genocídio, mas também é romper com uma série de estereótipos a respeito de mulheres negras.

Márcia considera a experiência da maternidade uma maneira de resistir porque essa vivência, assim como todas, foram negadas às mulheres negras, ora pelo sistema escravocrata que as usavam como procriadoras, atualmente pelo Estado através do genocídio da população negra, em especial, dos meninos negros. Dessa forma, de acordo com ela, conseguir ter seus filhos e mantê-los é um espaço de conquista de um ponto de vista coletivo, estrutural. Fica claro também em suas reflexões que ela não se identifica com essa questão em um âmbito pessoal, mas que consegue ter clareza dos impactos e significados para a comunidade negra de maneira coletiva. Tendo em vista, que viver a maternidade é um também um direito que foi sempre negado a essas mulheres.

Outra questão apresentada por Márcia é seu medo de ter o filho assassinado pela polícia, essa é uma questão que ela aprofunda em outro momento. A interlocutora acredita que a maternidade é território de resistência, mas afirma categoricamente que é também um espaço de dor e medo, como o que ela sinaliza.

#### 4.3.4 A dimensão política de ser mãe negra e criar filhos/as negros/as

Ao refletir sobre sua condição de mulher negra e mãe de um filho negro, Márcia levanta pontos muito relevantes para pensarmos a questão da maternidade de mulheres negras. De todas as narrativas ouvidas por mim, a de Márcia é a mais contundente em relação ao genocídio cometido pelo Estado contra jovens negros. Esse é o medo mais latente de Márcia como mãe. A esse respeito, faz uma longa reflexão e diz:

*Eu penso que sim, é político criar filhos negros, por que pra mulher branca, ela não passa por essa situação (do filho ser morto pela polícia), a polícia tá ali pra proteger o meu filho, enquanto uma mãe negra... sempre vai chegar (...) a primeira coisa que a mãe negra fala, pelo menos eu falo pro meu é “não confia na polícia”, “se você ver a polícia se aproximar não corra, continua normal, não faça movimentos bruscos, porque qualquer coisa ela vai te atingir”, então essa acho que é uma diferença muito marcada.*

*A tranquilidade dessa mulher branca de não se preocupar... ela até pode se preocupar por outras coisas que também atingiria o meu, por exemplo, meu filho andar com um iphone na rua e você ter uma violência contra o patrimônio que pode acabar atingindo a vida num latrocínio, que é roubo seguido de morte, é que não era pra atingir a vida dele, era pra atingir o bem, que pode atingir também o corpo branco, mas é uma outra linguagem, não é o corpo sendo atingido primeiro, por que quando você fala da letalidade policial no corpo negro, é o corpo que é o alvo não o bem, então a mulher branca não pensa sobre isso, ela nunca se imaginou nessa condição, então ela vai sempre ler que a polícia está ali para cuidar dela, do filho dela, da família dela... a mulher negra não, pelo contrário, a polícia é inimiga número um.*

*Pode parecer contraditório com o que eu disse até agora assim, por que eu não seria mãe, eu tô... mesmo com o que eu vou dizer agora eu não seria, por que é uma escolha, é ter direito de escolha não querer ser mãe. Agora politicamente pras mulheres negras é muito importante, por que esse espaço foi negado e é negado o tempo todo, como eu disse, no passado elas não podiam ter suas famílias e no presente a mesma forma, quando elas tem suas famílias, elas são desestruturadas... ou o pai é assassinado ou vai parar no presídio e ela tem que cuidar sozinha dessas crianças, as crianças ficam o dia inteiro sozinhas e entra naquele ciclo que a gente sabe de violências e a maioria ao completar 18 anos.... que é a realidade que eu trabalho hoje, a maioria dos processos criminais que eu pego são mães negras e seus filhos negros de 18 anos, é... não estou dizendo que é generalização e regra, mas o que o Estado proporciona a esses corpos e aí, o que acontece?! Adolescentes infratores que a polícia só espera completar dezoito e no dia seguinte tá lá na porta, aí encontra uma quantidade de droga e é preso por tráfico, é tudo tráfico!*

*Então assim, ainda o direito de existência dessas mulheres está sendo negado, dessa maneira bem insidiosa e eu acho que ter família pra mulher negra... primeiro que é um direito, direito fundamental e politicamente é marcar seu lugar no mundo, dentro da sociedade. Uma sociedade que lê*

*dessa maneira, que vê a importância da família, por que assim, quando você vê a família como um espaço de poder, de transformação em cima dessa construção social dentro dessa sociedade que a gente vive, porque só mulheres brancas podem ter famílias e serem mães? E as mulheres negras não?! Se for ver por esse lado é importante que mulheres negras sejam mães, mulheres negras criem seus filhos e que esses filhos possam ter seus filhos, dar continuidade. Se é esse letramento que a gente tem enquanto sociedade de que ter família é importante, por que determinados corpos podem ter o direito de ter família e outros não?*

*Então ter família pra mulher negra é um ato de resistência, é se insurgir contra esse sistema em que elas não podem ser mães, não podem ter famílias...*

*Criar um menino negro acho que vai um pouco naquela questão que é ser uma mãe negra na sociedade brasileira hoje, acho que criar um menino negro é se insurgir contra esse sistema que diz que ele não merece estar vivo... e criar não é só dar casa e comida, é dar uma formação mesmo, torná-lo consciente dessa estrutura que o diminui e subalterniza, que não os vê como gente, né. Na verdade é um ato revolucionário... criar um menino negro e mantê-lo longe do sistema criminal é um ato revolucionário, hoje no Brasil, por que é difícil você pegar um menino negro que não foi fichado, é muito difícil, então... meu filho tem muito privilégio, ano que vem ele se forma, numa universidade pública, embora periférica, uma faculdade de nome, num curso da elite e nunca ter passado pelo sistema criminal, eu diria que é o privilégio dos privilégios e eu tenho medo assim, não é por que tá terminando a universidade, isso não dá a ele é... nenhuma garantia, nenhum salvo conduto. Não é um habeas corpus pra nada e assim, ele vai... a qualquer momento... o problema é que você nunca vai ter paz, por que qualquer momento ele pode ser parado pela polícia e pode ser acusado de alguma coisa e pode parar no sistema, por que o corpo dele é lido para estar ali, né. Foi forjado na verdade para estar ali e ele está fora, então a pergunta que fazem pra ele o tempo todo é “o que você está fazendo aí se é aqui dentro que você tem que estar?”.*

*Enfim, acho que a gente fica muito alerta por causa disso assim... eu não escolhi ser mãe, eu nunca quis, mas eu sou e estou e a gente vai meio que... acho que não tem manual pra isso, você vai sendo.*

*- Pesquisadora: Em relação às dificuldades que ele passou ou vai passar por ser negro, como você sente em relação a isso?*

*Olha, é... por enquanto não, por que a gente tem montado estratégias, montei pra mim e tenho tentado passar um pouco pra ele, né. Por que um corpo preto dentro de uma sociedade racista como a nossa, a gente tem que encontrar estratégias de sobrevivência. Então, por exemplo, o setor público ainda é algo que dá uma certa garantia, então tenho conversado com ele pra ele poder estudar, buscar ferramentais pra entrar. Se bem que com todo esse desmonte do setor público, talvez isso não seja tão seguro assim, mas o que eu digo pra ele é: “estudar muito, é... buscar uma bagagem teórica muito grande pra se sobressair” e acho que mais ou menos esse o caminho a fazer, estudar línguas, então já vai tendo mais ferramentais pra poder entrar no mercado de trabalho, enfim...*

Ao tratar as questões postas por mim em nossa conversa, Márcia pareceu bastante clara sobre cada uma das questões e parecia muito disposta a respondê-las ao mesmo tempo que aparentava certa emoção, uma espécie de desesperança, ao falar especialmente de seus medos. Assim como em outros momentos de diálogo com minhas interlocutoras, ouvir sobre

os medos de Márcia me emocionaram de modo muito contundente, me fez revisitar histórias de conhecidos assassinados pela polícia e, ainda, meus próprios medos.

A primeira questão que Márcia discorre é sobre a diferença de ser uma mãe negra em relação a mulheres mães brancas. Destaca que acredita que a diferença entre ela e outras mulheres mães (brancas) é o tipo de preocupação que assola de maneiras diferentes cada uma delas. Segundo Márcia, são preocupações completamente distintas, os aparatos estatais são encarados por uma como um espaço de segurança e confiança para seus filhos, já para mulheres negras esses mesmos aparatos são vistos como inimigos e possíveis assassinos de seus filhos. De acordo com minha interlocutora, o que mais a preocupa é a morte do filho pelas mãos do Estado (polícia). Márcia diz que dá comandos específicos para o filho, caso cruze com a polícia e não dorme direito quando ele está fora de casa, porque sabe que, socialmente, é um corpo negro vivo e estar vivo para meninos negros é perigoso.

Em suas discussões acerca da maternidade, Collins (2019) diz que proteger os filhos da violência de qualquer ordem é umas das maiores preocupações das mães afro-americanas, mas, como podemos notar, não só das afro-americanas, por aqui, as mulheres negras também buscam proteger seus filhos da violência, especialmente da policial, como nos conta Márcia. Para a interlocutora, ser mãe de um menino negro, mantê-lo vivo e longe das fichas criminais é se insurgir contra um sistema racista e genocida, é, nas suas palavras, um ato revolucionário, visto as taxas<sup>7</sup> absurdas em que figuram os/as jovens negros/as no Brasil.

Márcia retoma a discussão do tópico anterior sobre a negação da maternidade para mulheres negras e versa sobre o fato de que socialmente é colocada para mulheres negras a impossibilidade da maternidade, de que possam ter seus filhos, constituir suas famílias, etc. Assim, de acordo com o que ela diz, o grande problema é a mulher negra não ser vista como apta e merecedora de alguma experiência, ou seja, já que a sociedade tem esse tipo de prioridade (família/ filhos/as), por que as mulheres negras não poderiam fazer parte disso? Sobre essas questões Márcia finaliza me respondendo sobre suas preocupações futuras, diz não as ter em demasia e revela que ela e o filho têm montado estratégias de sobrevivência, tal qual ela fez para si. Ao ouvir “estratégias” de Márcia, fui, mais uma vez, lançada às reflexões de Collins (2019) em que a autora discute como a maternidade das mulheres negras está estritamente ligada a criar estratégias de sobrevivência para os/as filhos/as.

---

7 Segundo o Atlas da Violência 2017, em 2015, 31.264 jovens entre 15 e 29 anos foram vítimas de homicídio no país. Entre 2005 e 2015, 318 mil jovens foram assassinados. Em 2015, dos 31.264 mortos, 47,8% eram homens na faixa etária citada, com o recorte racial na análise, é possível perceber a disparidade. Houve um aumento de 18,2% na taxa de homicídio de negros e a queda de 12,2% na mortalidade de não-negros.



Márcia diz que já criou estratégias para ela e agora cria para o filho, sabe onde e como chegar aos resultados, trazendo, em sua maneira de ser mãe, aspectos visionários e pragmáticos, tal qual Collins (2019) percebeu entre as mães afro-americanas. Quando questionada sobre o que seriam exatamente as estratégias, Márcia diz que montar cronogramas de estudos, pagar cursos, materiais, cursos de línguas, etc., são meios de construir as possibilidades de vida para o filho, tendo em vista que, segundo ela, sempre gostou de estudar e viu na educação uma estratégia para mudar sua realidade.

#### 4.3.5 Mãe preta e solo

Sobre a experiência de criar filhos/as de maneira não compartilhada, Márcia diz que tem muita raiva do ex-companheiro pois poderia ter evitado de passar por muitas dificuldades. E, mais do que isso, sente raiva porque ele não é cobrado socialmente ao passo que as mulheres são cobradas diariamente. Segundo ela, ser mãe solo pesou em sua experiência porque teve que fazer muito mais do que quando se divide responsabilidades.

*Olha, a opção de ter o F. não foi sozinha, foi feita por duas pessoas, então me senti péssima de ter que criar ele sozinho, porque não é fácil ser responsável pela vida de outra pessoa sozinho, então assim, foi bem difícil eu acho que teria sido muito tranquilo, inclusive eu ia poder fazer minhas coisas. Por que assim, eu pude fazer tudo que eu quis, mas demorou mais... então o processo teria sido menos penoso, mais tranquilo, enfim, teria sido mais de boa. Por que assim, ah, foi legal, a gente fez um monte de coisas juntos, viajou, passeou, foi a primeira vez na praia juntos. **Eu trabalhava por exemplo de garçonete uma noite inteira, no sábado numa casa noturna, de bartender pra pegar a diária e no outro dia cedo ir num lugar lá que tinha café colonial e a gente ficava o dia inteiro depois tomando café colonial. Talvez se tivesse um parceiro ou uma parceira essas dificuldades seriam menores, divididas. Então, pesou bastante.***

*- Pesquisadora: O estereótipo da mãe solo impactou sua maternidade?*

*Acho que não, acho que com ele eu seria a mesma coisa. É... uma coisa que as pessoas falavam e que falam até hoje e que eu não vejo glamour nenhum nisso é “que forte que você é, sabe?”, nunca achar que você pode chorar, sabe? Nossa, eu já sentei e já chorei muitas vezes, porque não era fácil, filho doente e você tendo que cuidar dele sozinho e no outro dia ter que ir trabalhar o dia todo, sem poder ajudar ela (criança), você sofre. Então essa romantização “ai que lindo!”, lindo o caralho, é muito desumano... romantizam isso para tirar essa construção que recaí sobre as mulheres, no caso desse leque aí que são obrigadas mesmo a criar os filhos sozinhas.*

*Eu nunca pensei em deixar o F., embora a relação com o pai dele tenha mudado, eu nunca pensei em virar as costas e deixar, tipo “se vira aí, o mundo que te crie”, nunca. Diferentemente do pai dele, “sua mãe se vira aí com você”, foi exatamente isso que eu ouvi, eu ouvi isso, sabe? Eu lembro que quando eu passei no vestibular em Geografia na Unesp de Ourinhos, eu*

*queria muito fazer, sempre gostei. Eu ia todo dia, consegui um horário especial no trabalho e ia e voltava, só que eu deixava ele e assim, na época eu e minha mãe tínhamos uma relação muito conturbada.... então ela reclamava muito, e aí eu ficava pensando que meu filho não deveria crescer achando que era um peso, eu cresci com a minha mãe falando que eu era um peso, enfim, ela fazia questão de dizer que eu era um peso. E aí eu ficava pensando que ela ia falar as mesmas coisa pro meu filho e ele não precisava passar por isso, ele é minha responsabilidade e não dela, **aí fui conversar com o pai dele por um período pra eu poder estudar (...)** e aí ele disse o seguinte **“o filho é seu, quem pariu Matheus que o embale”**.*

*E aí eu tive que parar o curso por que essa foi a única opção, na época não dava pra levar o F., aí essa foi a única opção, eu abandonei o curso. Mas nada assim, que eu ficasse frustrada, nada de “eu vou morrer se não fizer Geografia”, tanto que me dou muito bem no Direito e amo fazer Sociologia. **A não responsabilização dele me trouxe problemas práticos e muita raiva, porque as pessoas cobram o tempo todo da mulher, da mãe..., mas e esses caras que viram as costas pros seus filhos?!! Ajudou materialmente, depois de uma ação judicial que precisou, mas isso aí é um dever, não é nenhum bônus. Então essa coisa de cobrar da mulher e não cobrar do homem é muito pesado assim.***

A última questão no diálogo entre mim e Márcia foi sobre sua experiência enquanto mãe solo. Desde o início de nossa conversa, ela já havia deixado claro que não desejava ser mãe, mas que fez essa opção em uma decisão conjunta com o então parceiro. Sobre sua maternidade solo, Márcia diz que sente muita raiva, explica que a decisão foi conjunta, mas que, após a separação, o parceiro a deixou como a única responsável pelo cuidado e bem-estar do filho. E ressalta como um dos grandes problemas da experiência de cuidar de seu filho sozinha é a sobrecarga de responsabilidades, pontuando que trabalhava de madrugada aos finais de semana para poder levar o filho para fazer algum passeio e geralmente iam tomar café colonial.

A isenção do pai de F. fez com que Márcia se sacrificasse em prol do bem-estar do filho e destaca isso como uma das injustiças da maternidade solo. Segundo ela, não há nenhum tipo de glamour em ser mãe solo, em se responsabilizar sozinha por algo que é conjunto e ela percebe, por parte da sociedade, uma valorização do esforço desumano que as mulheres solos fazem para criar seus/suas filhos/as, de modo que criando uma espécie de aura do esforço, acentua a opressão sobre as mulheres. Para Márcia, essa suposta valorização do sacrifício das mulheres tem apenas uma serventia: respaldar a irresponsabilidade masculina frente a sua prole. O ex-companheiro de Márcia, ao deixar sobre seus cuidados toda a responsabilidade de cuidado com o filho, causa na vida dela uma série de problemas e desvantagens, como no episódio em que ela desiste de um curso universitário porque o ex-companheiro não se sente responsável pelo próprio filho.

A desigualdade presente na maneira como homens e mulheres são tratados socialmente em relação à responsabilidade por seus/suas filhos/as é o que mais incomoda Márcia. Esse dado é resultado de uma estrutura patriarcal que atribui a responsabilidade dos/das filhos/as à mulher, sobre a qual o ideário se mantém repleto de estereótipos essencialistas, como os de amor materno, instinto, habilidade natural, etc. Esses estereótipos fundidos aos estereótipos raciais fazem com que as mulheres negras sejam o grupo que mais se destaca entre as mulheres mães solas.

A experiência de Márcia com a maternidade solo é uma experiência muito comum entre as mulheres negras. Compreender a maneira como as opressões se inter cruzam e constroem diferentes histórias e problemas na vida dessas mulheres é essencial para pensarmos formas de dismantelar essas construções. Márcia é uma mulher que viveu e vive a experiência de ser mãe solo e ainda assim conseguiu superar alguns dos problemas e dificuldades impostos por essa condição, mas não sem estar sobrecarregada. Como ela mesma conta, não há o que valorizar na sobrecarga das mulheres, simplesmente porque é desumano sobrecarregá-las e louvar que as mesmas aguentem, o que é injusto.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Chego ao fim desse trabalho de um jeito muito bonito, mergulhada nas minhas inseguranças a respeito do que criei até aqui, encontrei um artigo de Tate (2019) que me serviu de alento em meio às minhas angústias. Tate (2019) fala sobre a importância de escrever, sobre a importância de nos posicionar e, especialmente, de nos livrarmos da política do medo.

Ao longo desses dois anos mergulhei em um mar de teorias, reflexões, entrevistas e pensamentos sobre maternidade e sobre raça. Ainda assim, chego ao final tomada pelo medo. Medo do ostracismo negro e da não polidez que a branquitude espera de nossas produções, conforme Tate (2019). Para a autora, é preciso que paremos de sentir medo de nossos escritos, e só assim será possível teorizar de maneira significativa e transformadora.

Foi o contato com esse artigo de Tate (2019) que me fez voltar aos meus escritos de conclusão sem medo de escrever, de reescrever e de falar sobre mulheres, sobre negritude, sobre maternidade. No momento de escrever sobre minhas considerações finais, fiquei paralisada pelo medo de ser irrelevante. Só depois de ler sobre a importância de perder o

medo de falar sobre nós, do nosso jeito, sobre nossos interesses, entre outras, me pareceu possível retomar as considerações finais deste trabalho.

Pensar a respeito do medo fez-me voltar à necessidade de falar sobre a experiência de mulheres negras. Um dos pontos que considero mais relevantes para falar sobre as nossas experiências é que somos plurais, assim como todo ser humano e temos uma infinidade de questões a serem exploradas e que estão a todo tempo sendo negligenciadas em todos os espaços.

Inspirada nas reflexões de Lorde (1977) sobre a pluralidade de nossas existências para além da raça, considero relevante pensarmos a vida das mulheres negras em seus mais variados espectros. Há elementos relevantes em nossas vidas, tanto para observar, participar ou teorizar e, com isso, quero dizer que considerar nossas vidas com a complexidade que elas possuem é considerar sobretudo nossa humanidade. Portanto, escutar o que mulheres negras têm a dizer sobre qualquer que seja a questão é romper com a lógica que nos lê apenas por meio da pele que possuímos, é, sob meu ponto de vista, a possibilidade de construirmos outras narrativas de existências.

Escutar o que mulheres negras têm a dizer sobre suas experiências de maternidade, bem como qualquer outra, é subverter o espaço a que temos sido relegadas. Falar sobre maternidade é também um exercício de subversão das temáticas “discutíveis” no contexto da sociedade que estamos inseridas e é por esse motivo que acredito que temos que parar de sentir medo de algumas temáticas.

A maternidade, assim como uma série de questões, é uma discussão permeada por inúmeros tabus sociais. Encontramos diariamente uma série de “motivos” para não discutir maternidade e todos eles veem de diferentes lugares. Assim sendo, parece uma experiência comum aos agrupamentos sociais, mas vista em nossa sociedade como algo indiscutível, já que está imersa a uma gama de idealizações e essencializações. Por ser uma experiência vivenciada em muitos agrupamentos sociais e por atingir todas as mulheres em alguma medida, é extremamente importante que existam possibilidades de diálogos com as mulheres a respeito dessa temática.

Dessa forma, não me parece haver nada mais produtivo que ouvir o que essas próprias mulheres têm a dizer sobre o assunto, por isso, procuro fazer, a respeito da maternidade de mulheres negras, o que Tate (2019, p 191) sugere: que, como feministas negras, façamos sempre por “colocar o conhecimento gerado por mulheres negras na vanguarda do saber, fazendo delas e de nós sujeitas que descrevem, imaginam e são servidas”.

É por partilhar da perspectiva de Tate (2019) que considero relevante que se ouça a narrativa de mulheres negras e de mães, assim como de tantos outros grupos. É precioso para as discussões de gênero e raça que mais e mais pesquisas se debrucem sobre conhecimentos ignorados, negligenciados e marginalizados, como são as questões das mulheres e de raça. Pois assim esse movimento abre uma ruptura na hegemonia eurocêntrica dos estudos de raça e gênero, rompendo com a história única que nos é contada, dando a possibilidade de construirmos saberes que deem lugar às diferenças de todas as ordens.

É isso que essas narrativas significam para mim, um espaço em que mulheres negras, como eu, possam ser sujeitas. A construção das narrativas dessas seis mulheres foi um movimento muito significativo, pois me colocou em um processo de escuta muito importante como mulher e como negra, já que estive imersa na realidades e experiências muito tocantes ao longo desse período, que me fizeram lembrar de minha mãe, minhas tias e avós e refletir muito a respeito do que Collins (2000) diz sobre sabedoria versus conhecimento para as mulheres negras. De acordo com a autora, a sabedoria é um elemento de sobrevivência para as mulheres negras, já que essas não possuem o escudo da brancura, da riqueza e da masculinidade, ser sábia é conseguir ler para além do que dizem os textos oficiais e isso para as mulheres negras é fundamental.

Collins (2000) reproduz em seu texto um trecho onde Mabel Lincoln resume o que seria a diferença entre sabedoria e conhecimento. O trecho diz o seguinte: “para pessoas negras como eu, um tolo – aquelas pessoas, que você sabe, que adoram ter surtos de raiva, para quem não se pode dizer nada, pessoas que são capazes de atirar com uma espingarda em uma barata – é alguém muito esquisito.” (GWALTNEY, p. 68 apud COLLINS, 2000, p. 149).

Esse trecho é algo que me marcou muito, ao longo da pesquisa, pois eu ouvi em diversos momentos de minhas interlocutoras que elas utilizavam de determinadas estratégias para lidar com as questões que a maternidade lhes conferia. Ao ler o trecho acima citado por Collins (2000), a ideia de sabedoria e conhecimento fizeram todo o sentido para mim, compreendi o que minhas interlocutoras estavam denominando em nossas conversas de “estratégias”. Ao dizer que usavam de determinadas estratégias, minhas interlocutoras estavam dizendo que utilizavam de métodos para criar os/as filhos/as ou atingir objetivos que ultrapassavam as políticas públicas, os textos sobre racismo, etc., elas estavam utilizando de suas sabedorias no cotidiano das micro relações. Afinal, não é possível desperdiçar o tiro com baratas, especialmente quando se é mulher e negra.

Essas narrativas ocupam para mim um espaço muito significativo no processo de construir conhecimentos que buscam violar as construções dominantes, pois através das

experiências vividas por essas mulheres foi possível discutir questões e traçar metodologias que abrem lacunas aos espaços rígidos de produção. Portanto, as narrativas com as quais entrei em contato, ao longo dessa pesquisa, significam meu processo de rompimento com o medo e ouvir a experiência dessas seis mulheres foi também entrar em contato com o que Collins (2000) denominou de sabedoria, foi olhar sem medo para mim, para minha mãe, para as mulheres negras e acreditar que temos sim muito a dizer, e que temos batalhado para dizer.

A maneira como as mulheres negras que fizeram parte dessa pesquisa tratam a questão do racismo e da discriminação racial em suas percepções de maternidade é muito clara. De modo geral, a maternidade delas foi, em algum momento, tomada por essas questões, seja em um episódio isolado de discriminação, seja em preocupações constantes em relação à prole. Ser mãe e ser negra perpassa essas mulheres por precisarem pensar em algum momento essa questão.

Um exemplo comovente disso é minha informante Márcia que diz que o maior medo que ela tem como mãe é de o filho ser assassinado pelo polícia por ser negro. Márcia disse em nossas conversas que esse medo é tão avassalador que muitas vezes fica sem dormir quando o filho não está em casa, tamanha preocupação com sua vida. Outro exemplo marcante das preocupações dessa ordem está presente no discurso de Lúcia que, ao contrário de Márcia, tem uma filha, cuja principal preocupação é construir uma autoestima resistente na menina, para que ela consiga sobreviver ao sexismo, consiga, segundo Lúcia, uma vida sem tantas privações.

A narrativa dessas mulheres sobre a criação de seu/sua filho/filha, demarca um ponto bastante significativo na pesquisa, a diferença de criar meninas e meninos negros. Há claramente um marcador de gênero na maneira como as preocupações com os/as filhas /filhos foram conduzidas em nossas conversas e este é um ponto importantíssimo em meio a tudo que elas me sinalizaram.

Considerando que vivemos em uma sociedade patriarcal, certamente a maneira como meninas e meninos são criados passa por inúmeras diferenças. Da maneira como nos vestimos, nos comportamos, os desejos que são incentivados ou não, etc., tudo isso passa pelos marcadores de gênero. Segundo Saffioti (1976) é somente através da educação recebida que nos tornamos homens e mulheres, ou seja, só assim essa identidade é construída socialmente. Dito isso, é certo que as mulheres (negras ou não) reproduzem essa estrutura em diferentes espaços da vida, inclusive em maternidades, visto que, como nos lembra Bourdieu (2007, p. 51) sobre a dominação masculina, as violências simbólicas desta dominação “estão duradouramente inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (aptidões,

inclinações)”. Sendo assim, os lugares sociais e políticos de homens e mulheres são divergentes, em nossa sociedade.

Nesse sentido, as reflexões sobre a maternidade suscitam indagações interessantes que cabe aqui expor como um pano de fundo da discussão: se a maternidade é algo que tem distinção social, por que ela afeta diferentemente homens e mulheres de uma mesma classe ou raça? Por que as mulheres têm que lidar com a maternidade – seja como ideia, seja como realidade – e nem todos os homens têm que lidar com a paternidade? Qual é a grande diferença? Seria o poder de as mulheres gerarem crianças e isso ser essencial na sobrevivência da humanidade? Seria a pressão social em favor da procriação? Por que as mulheres pensam e frequentemente têm de se posicionar sobre a maternidade, ao menos a sua própria?

Tais questões são inevitáveis e abrem possibilidades para aprofundarmos as discussões, servindo como temas para futuros debates e pesquisas como essa. O que podemos dizer, diante das narrativas das minhas interlocutoras, é que os marcadores de gênero e raça estão presentes também na experiência de maternidade das mulheres negras. Quando falamos de homens e mulheres negras, os lugares sociais e políticos se alteram novamente, já que junto à desigualdade de gênero se inter cruzam as questões raciais. Portanto, criar meninos e meninas negras aparece nas falas de minhas interlocutoras com notáveis diferenças.

Criar um filho negro significa lidar diariamente com a avalanche de estereótipos e violências que incidem sobre o corpo negro masculino. Minha interlocutora deixa claro que é pelo fato de ter um filho negro que ela não dorme direito, porque sabe que o corpo negro, especialmente masculino é marcado para a morte. Esse é um ponto importante da diferença de criar meninos e meninas negras, sobre os corpos masculinos a violência estatal incide cotidianamente e com mais força.

De acordo com estudo do IPEA, no Atlas da Violência (2017), relata que: “de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra” (IPEA, 2017, p. 30). A realidade vivida pelos/pelas jovens negros /negras brasileiras certamente influi na maneira como mulheres negras mãe operam com a maternidade. Márcia é um exemplo disso, ela teme pela vida do filho, portanto, instrui o mesmo diariamente sobre como se comportar de modo que evite sua própria morte.

Diferente dos relatos de Márcia, Lúcia que tem uma filha negra aponta para outras questões ao criar uma menina negra. As observações feitas a respeito da criação da filha, dialogam com perspectivas trabalhadas por Collins (2019). Segundo a autora as mães de

filhas negras afro-americanas se esforçam muito para conscientizar racialmente as filhas e acima de tudo está o ensinamento de que precisam trabalhar e estudar para se sustentar.

Ensinar a importância de trabalhar e estudar é uma estratégia de ascensão que está no *ethos* da maternidade negra (de mães de meninas), de acordo com Collins (2019). A ideia é que as meninas negras consigam transcender e sobreviver à política sexista, ultrapassando os espaços que suas mães conseguiram alcançar, construindo autoestima e autoconsciência. As preocupações de Lúcia com a filha, são exatamente as descritas por Collins (2019). Para ela, conseguir construir na filha uma autoestima e consciência racial que a leve a outros lugares é uma de suas maiores inquietações enquanto mãe.

As observações feitas por minhas interlocutoras a respeito da criação de seus/suas filhos/as, trazem a compreensão das diferenças na criação de meninos e meninas negras, para além das diferenças de gênero já mencionadas. Ser mãe de meninos e meninas negras apresenta questões marcadas pela maneira como a raça incide de maneira diferente em ambos.

Quando falamos dos meninos negros a questão que envolve mais preocupação na criação é a integridade física, tendo em vista os altos índices de assassinatos em que jovens negros são vítimas. Por outro lado, quando falamos da maneira como as meninas negras são criadas, aparece claramente uma preocupação com a escolarização, a autossuficiência econômica e a possibilidade de romper com o vivido por outras mulheres negras até ali.

Há, claramente, conduções diferentes ao lidar com a criação de meninos e meninas negras, porque a raça leva homens e mulheres negras a espaços diferentes, embora pertencentes racialmente a um mesmo grupo, o gênero constrói conjuntamente com a raça realidades distintas para ambos, fazendo com que a criação de um se volte para a sobrevivência no sentido da integridade física do outro, mas não só da dimensão física e material, mas especialmente da simbólica.

Pensar acerca das experiências de maternidade de mulheres negras acabou por me levar a diversas reflexões. Para além da diferença na criação de filhos/filhas negros/as, minhas interlocutoras informaram-me ainda outra questão de extrema relevância: as formas particulares de afeto expressas por elas ao longo da pesquisa. A primeira evidência que me fez pensar a respeito das particularidades dos afetos, inclusive do materno, foi as preocupações que minhas interlocutoras manifestaram em relação às/aos seus/suas filhos/as.

A segurança material de seus/suas filhos/as apareceu com bastante recorrência nas narrativas deste trabalho. É uma fala comum entre minhas interlocutoras a preocupação com o bem-estar material da prole, portanto, vestimentas, alimentação, escola, acesso a cursos, etc., são dimensões de prioridade na vivência de maternidade dessas mulheres. No entanto, essa é



uma dimensão que pode parecer geral, afinal, quem não se preocuparia com essa dimensão sendo responsável por alguém?

De fato, a preocupação com o bem-estar material dos/as filhos/as deve perpassar a experiência de grande parte dos responsáveis pela criação de outrem, mas nesse caso, gostaria de sublinhar o elemento racial como potencializador desta preocupação. As aflições que foram constantes em nossas conversas tinham a ver especialmente com a possibilidade de a discriminação racial incidir mais fortemente sobre seus/suas os/as filhos/as, caso lhes faltasse algum aparato material. Consequentemente, as mulheres negras mães que contribuíram para essa pesquisa demonstravam uma grande preocupação com os/as filhos/as estarem bem vestidos, bem alimentados, bem arrumados, estudando em boas escolas, possuindo bens de algumas marcas específicas, etc.

Esse modo de pensar a maternidade e suas responsabilidades em proporcionar o melhor para seus/suas filhos/as em termos materiais é, sem dúvidas, resultado do marcador racial na medida em que elas, de modo geral, assumiam como uma espécie de estratégia para blindar seus/suas filhos/as da discriminação racial, uma tentativa materna de reduzir as dores causadas pelo racismo.

Collins (2019) aborda como essa dimensão material sempre foi uma preocupação das mulheres afro-americanas, segundo a autora, há um esforço extremo por parte dessas mulheres para proporcionar aos/as filhos/as condições materiais melhores que as que as mesmas tiveram, numa tentativa de transformar a realidade desigual e racista que vivem. Minhas interlocutoras se aproximam bastante das afro-americanas no que diz respeito a proporcionar aos/as filhos/as melhores condições de existência, mas, para além disso, essas mulheres nos indicam como o afeto pode ser múltiplo, visto que suas tentativas de resguardarem os/as filhos/as através de aparatos materiais é uma das maneiras de demonstrar seus afetos.

De maneira corajosa, minhas interlocutoras localizaram o afeto em outros lugares, rompendo com estereótipos circulantes, genéricos e superficiais a respeito do “amor materno”, amor esse comumente localizado apenas em abraços, beijos e falas serenas. Essas mulheres nos chamam a atenção para um amor que, conhecendo o contexto racial em que habitam, se importam sim com o vestir, por exemplo, porque conhecem os impactos de não possuir determinados bens em nossa sociedade e, para além disso, se permitem também reclamar, ter crises, se arrepender, ficar exaustas, etc., trazendo para o debate sobre maternidade a pluralidade de perspectivas que essa experiência pode ter, abrindo essa discussão, de maneira forte e corajosa, através de suas narrativas.

Desta forma, considero essencial pontuar a maneira como a discussão da maternidade tem sido ao longo do tempo tratada de maneira universalizada. Os movimentos feministas hegemônicos<sup>8</sup> deixaram de pensar a pauta de maternidade a partir de diferentes recortes, especialmente os de raça e classe, como bem nos ressalva Davis (2016). Este apontamento surge aqui não meramente como crítica, mas como proposição, como sugestão de agenda aos movimentos feministas hegemônicos, visto que a experiência de maternidade das mulheres presentes neste trabalho sugere a construção de sujeitos políticos bastante expressivos e relevantes.

Gostaria, assim, de reiterar que acredito no cotidiano das histórias e especialmente no poder de construir outras perspectivas através do que é considerado margem. Por isso, optei por captar e visibilizar narrativas que contassem sobre mulheres que tem/tiveram essa dimensão da vida ignoradas nos espaços hegemônicos e, desse modo, mostrar o quão relevantes são para pensarmos uma experiência social, tão importante, sobre outra chave.

As contribuições dessa pesquisa para mim, enquanto pesquisadora, foram enormes, pois me resgatou do medo de falar. Passei a perceber o quanto importante é que nossas vozes sejam ouvidas, não apenas porque precisamos falar, mas porque temos muitas coisas a dizer, e mais, temos coisas importantes a dizer. E é essa possibilidade que traz ao campo uma perspectiva mais ampla de produções, mais democrática, menos macho-euro-centrada, menos lgbtfóbica, etc. Acredito que este trabalho trouxe para esse campo a sabedoria trabalhada por Tate (2019), pois traz um reposicionamento a respeito de uma série de concepções pouco exploradas da maternidade, especialmente da maternidade negra.

Além do mais, procurei trabalhar através de uma visão decolonial, tendo em vista que procurei desenvolver um compromisso ético e político de produzir um conhecimento contra-hegemônico como nos fala (Grosfoguel, 2009). Acredito na relevância da fala de minhas interlocutoras e de suas vivências e, especialmente, no potencial transformador presente nessas reflexões, pois elas contêm dados relevantes para pensarmos questões de raça, gênero e, principalmente, a maneira como pautas, como as presentes aqui, têm estado ou não inseridos nas agendas feministas atuais. Portanto, considerando o contexto de sociedade em que nós mulheres negras estamos inseridas, falar de nossas experiências, percepções, desejos, alegrias e dores é responder ao apagamento eurocêntrico ao qual fomos relegadas.

Por fim, assim como Kilomba (2010), acredito que nossa escrita, nossas narrativas, nossa presença descoloniza a academia e produz novas configurações e possibilidades de

---

<sup>8</sup> Me refiro aqui como movimentos feministas hegemônicos os ocidentais. Ver: Chandra T. Mohanty (1984; 2003; 2006).

pensamento, conhecimento e experiências, por isso, quis e sempre estarei disposta a ouvir, sempre que uma mulher negra quiser falar.

## REFERÊNCIAS

- ANGELOU, M. **Mamãe & Eu & Mamãe**. [Tradução Ana Carolina Mesquita]. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 2018.
- ABU LUGHOD, Lila. Escribiendo contra la cultura. **Andamios**, Volumen 9, número 19: 129-157, 2012.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. [Tradução de Sérgio Milliet]. v. 2. São Paulo: DIFEL, 1975.
- BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- BOSI, E. **Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social**. Petrópolis, Vozes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- CARNEIRO, Rosamaria. Em nome de um campo de pesquisa: antropologia (s) do parto no Brasil contemporâneo. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 44, 24 abr. 2015.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, 17 (49), 2003.
- CARNIEL, F.; RAPCHAN, E. S. Usos (sem abuso) do texto etnográfico em sala de aula. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 99, n. 253, p. 687-699, set./dez. 2018.
- COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DAVIS, Â. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DONATH, O. **Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade**. [trad. Marina Vargas]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. [Trad.: Renato da Silveira]. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Kauara Rodrigues Dias. **Racismo e sexismo em instituições de saúde do DF: pré-natal, parto e pós-parto de mulheres negras.** 2015. 158 f., il. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

FONSECA, C. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, ANPEd, n. 10, p. 58-78, jan./abr. 1999.

FORNA, A. **Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães.** [Tradução: Angela Lobo de Andrade]. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

GEERTZ, C. **Local Knowledge.** New York: Basic Books, Publishers, 1983.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** [Tradução: Vera Joscelyne]. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos.** [trad. Roberto Cataldo Costa]. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIUMBELLI, E. Para além do "trabalho de campo": reflexões supostamente malinowskianas. **RBCS**, Vol. 17, n. 48, fevereiro, 2002.

GOES, E. F.; MOORE, H.; FIGUEIREDO, J. Mulheres negras, racismo e a (não) garantia dos direitos reprodutivos. **Anais 18º Redor Perspectivas Feministas de Gênero: Desafios no Campo da Militância e das Práticas**, 24 a 27/nov/2014.

GOFFMAN, E. **Estigma: Estigma notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, pp. 223-244. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod\\_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20%20Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf). Acesso em: 05/03/2020

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Edições Almedina, 2009.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna et al. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. **Friedrich Ebert Stiftung Brasil**, n.7, 2015.

INGOLD, T. **Antropologia, pra que serve?** [Trad. Beatriz S. C. Filgueiras]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

IPEA. **Atlas da violência**. Brasília: Ipea, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

KITZINGER, S. **Mães: um estudo antropológico da maternidade**. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

KOFES, S. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas – SP: Mercado das Letras, 2001.

LEVI, G. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. 6º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LIRA, A. de MORAIS, N & BORIS, G. A homoparentalidade em cena: a vivência cotidiana de mulheres lésbicas com seus filhos. **Revista da SPAGESP**, 16(1), 74-91, 2015.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e ação. **Comunicação de Audre Lorde no painel “Lésbicas e literatura**, Associação de Línguas Modernas, 1977. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. [Coleção Os Pensadores]. São Paulo: Abril Cultural, 1998.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

MOTHER. Direção de Darrem Aronofsky. Estados Unidos: Paramount Pictures, 2017. (121 min.)

MÜLLER, E.; RODRIGUES, L.; PIMENTEL, C. O tabu do parto: dilemas e interdições de um campo em construção. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 272-293, abr.-jun. 2015.

NGOZI, C. A. **O perigo de uma única história**. Palestra proferida no TED Global, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wQk17RPuhW8>. Acesso em: 04/03/2020.

NOGUEIRA, I. B. **Significações do Corpo Negro**. [Tese de Doutorado: Universidade Estadual de São Paulo]. São Paulo:USP, 1998.

PARSEVAL, G.D. **A parte do pai**. [Trad. Theresa Cristina Stummer]. Porto Alegre, L&PM, 1986.

PEIRANO, M. Antropologia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 337-391, jul./dez, 2014.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Campinas: Papyrus, 1994.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**. Tomo II. [Tradução de Marina Appenzeller]. Campinas: Papyrus, 1995.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SCAVONE, L. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e Ciências Sociais**. São Paulo: editora UNESP, 2004.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n.2, jul-dez, 1990.

SILVA, Fabiana. C. da. **Maternidade negra em Um defeito de cor: História, Corpo e Nacionalismo como questões literárias**. [Dissertação de Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

STEVENS, C. M. T.; VASCONCELOS, V. Mães de outras cores: matrifocalidade na literatura afro-brasileira de autoria feminina. **Cerrados**, Brasília, v. 20, pp. 200-215, 2011. Disponível em: <http://www.revistacerrados.com.br/index.php/revistacerrados/article/view/221/191> Acesso em: 24 maio, 2019.

STEVENS, C. M. T. Maternidade e feminismo; diálogos na literatura contemporânea. In: STEVENS, Cristina (org.). **Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

TATE, Shirley. Descolonizando a raiva: a teoria feminista negra e a prática nas universidades do Reino Unido. In: **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Bernardino Costa, Nelson Maldonado Torres, Ramón Grosfoguel (orgs). 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

TORRES, M. **Ecofeminismo: um termo novo para um saber antigo**. Rio de Janeiro, nº 20, 2009.

## APÊNDICE 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-la a participar da pesquisa intitulada (até o presente momento, sujeita a alteração do título ao longo do processo) “Maternidade tem cor? Vivências de mulheres negras sobre a experiência de ser mãe”, que faz parte do curso de pós-graduação em Ciências Sociais e é orientada pelo professor Fagner Carniel da Universidade Estadual de Maringá. O objetivo da pesquisa é compreender como mulheres negras entendem e falam a respeito de suas maternidades. Para isto a sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: colaboração em entrevistas semi-estruturadas e também conversas livres sobre a temática. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Ressaltamos, ainda, que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade, todo material elaborado será arquivado para uso exclusivo da pesquisa. Não há benefícios diretos aos participantes além da contribuição para o avanço no debate científico na área de especialidade. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada e entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu,.....(nome por extenso da participante da pesquisa) declaro que fui devidamente esclarecida e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pelo professor Fagner Carniel.

\_\_\_\_\_ Data:.....

Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu Luara Paula Vieira Baia declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

\_\_\_\_\_ Data:.....

Assinatura do pesquisador



## APÊNDICE 2 – Questionário

### Questionário (guia):

Fiz questionamentos mais objetivos quanto a idade, sexualidade, profissão, quantidade de filhos, idade que foi mãe, etc; na sequência passei para algumas questões mais complexas a respeito da maternidade. Foram essas questões que abriram caminho para uma série de reflexões e de outros questionamentos ao longo das conversas.

1. O que significa a maternidade para você?
2. Você conta/contou com alguma rede de apoio (creche, vizinhas, familiares)?
3. Há diferenças claras em você antes e depois de ser mãe? Se algo mudou, o que foi?
4. Você considera a maternidade um espaço de poder para as mulheres negras? Como? Porque?
5. Você enxerga a maternidade como um projeto de vida?
6. A maternidade ocupa um espaço de valor em sua vida?
7. Você considera que há diferenças na construção da maternidade em mulheres mães negras?
8. Criar filhos/as negros/as é visto como uma questão política para você? Por quê?

**APÊNDICE 3 – Tabela do perfil das entrevistadas**

<b>Nome (*)</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Ocupação/profissão</b>	<b>Sexualidade</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Nº Filho/as</b>
Rita	56	superior completo	jornalista	heterossexual	casada	1 filho
Sílvia	34	superior incompleto (biologia)	secretária	heterossexual	divorciada	1 filho 1 filha
Noemi	58	básico incompleto	auxiliar de serviços gerais (funcionária pública)	heterossexual	divorciada	2 filhas 1 filho
Ana Paula	29	superior incompleto (estudante artes cênicas)	<i>freelancer</i>	bissexual	união estável	1 filha
Lúcia	44	superior completo	professora	heterossexual	casada	1 filha
Márcia	42	superior completo e estudante de ciências sociais	advogada	heterossexual	divorciada	1 filho

\* Nomes fictícios